

Biblioteca dos Estudos Estratégicos

---

# Agenda Urbana do Eixo Atlântico



## DOCUMENTO ESTRATÉGICO

Colecção: Biblioteca dos Estudos Estratégicos

Eitor: *Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular*

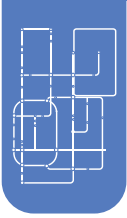
---

### COORDENADORES:

- Luís Domínguez Castro,  
*Professor Titular da Cátedra Jean Monnet Ad Personam de História da UE da Universidade de Vigo*
- Martín Fernández Prado,  
*Professor de Urbanismo e Ordenamento do Território da Universidade da Corunha*

### EQUIPA REDATORA: :

- Luís Domínguez Castro,  
*Professor Titular da Cátedra Jean Monnet Ad Personam de História da UE da Universidade de Vigo*
- Martín Fernández Prado,  
*Professor de Urbanismo e Ordenamento do Território da Universidade da Corunha*
- Andoni Aldekoa,  
*Ex-Conselheiro Delegado de Bilbao e experto em transformação urbana*
- José Palma Andrés,  
*Ex-Diretor de Cooperação Territorial Europeia. Comissão Europeia*
- Emílio Fernández,  
*Catedrático de Ecologia da Universidade de Vigo*
- Luís Ramos,  
*Professor Associado de Planeamento e Ordenamento do Território da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro*



#### EXPERTOS COLABORADORES:

- Carlo de Grandis,  
*Coordenador de Políticas de Redes Transeuropeias e Estratégias de Investimento. Comissão Europeia*
- Thomas Elmqvist,  
*Professor de Gestão de Recursos Naturais do Stockholm Resilience Center*
- Charles Landry,  
*Urbanista Autor do conceito de Cidade Criativa*
- Samuele Furfari,  
*Conselheiro do Diretor-geral. Direção-geral de Energia. Comissão Europeia*
- Jordi Joly,  
*Experto Sénior externo do Instituto Europeu de Administração Pública*
- Carmen de Paz,  
*Experta em Proteção Social. Colaboradora no Banco Mundial e na OMS*
- Sebastiano Zilli,  
*Membro da Direção-geral de Política Regional e Urbana. Comissão Europeia*
- João Aguiar Machado,  
*Diretor-geral de Assuntos Marítimos e Pesca. Comissão Europeia*
- Juan Ronco,  
*Policy Officer da DG de Assuntos Marítimos e Pesca. Comissão Europeia*
- Artur Costa,  
*Consultor-coordenador. Quatenaire*
- Ana Ladeiras,  
*Diretora Ejecutiva. Around Europe*
- Xosé Luis Barreiro,  
*Professor de Ciências Políticas e Diretor do Master de Marketing Consultoria e Comunicação da Universidade de Santiago de Compostela*
- Severino Rodríguez,  
*Eixo Atlântico*
- José Manuel Peña Penabad,  
*Eixo Atlântico*
- Marta Cabanas,  
*Eixo Atlântico*
- Xoan V. Mao,  
*Eixo Atlântico*

EDIÇÃO: *Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular*

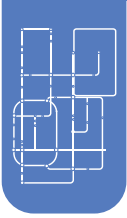
MONTAGEM: *Ideaspropias Publicidad, S.L.*

IMPRESSÃO: *Tórculo Comunicación Gráfica, S.A*

ISBN imprensa: 978-989-99900-6-7

ISBN digital: 978-989-99900-7-4

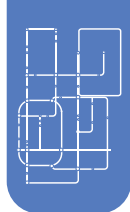
Depósito legal VG 702-2017



## ÍNDICE DE CONTEÚDOS

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. ESQUEMA OPERACIONAL DA AGENDA URBANA DO EIXO ATLÂNTICO 2020 .....	13
2.1 O SISTEMA URBANO ORGANIZADO: O NOVO TERRITÓRIO .....	17
2.2 A CIDADE COMPETITIVA: CRESCIMENTO E EMPREGO .....	35
2.3 A CIDADE ECOLÓGICA: O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE .....	63
2.4. A CIDADE INTEGRADORA E PARTICIPATIVA: A NOVA SOCIEDADE .....	77
2.5. MUNICÍPIOS EFICIENTES: A NOVA ADMINISTRAÇÃO.....	97
3. CONCLUSÃO: AS CIDADES QUE QUEREMOS. A AGENDA URBANA, UMA OPORTUNIDADE DE SONHAR COM AMBIÇÃO .....	115





## 1. INTRODUÇÃO

As administrações públicas e os representantes eleitos têm a incumbência de gerir e liderar, respetivamente, o bem comum. Os poderes locais, os mais próximos das pessoas e dos seus problemas, dotam-se de ferramentas adequadas para servir a cidadania. As agendas estratégicas são uma dessas ferramentas que podem ser muito úteis se fizerem o diagnóstico correto, se utilizarem as medidas propostas e se conseguirem envolver todos os agentes interessados.

Uma agenda urbana do Eixo Atlântico deve responder a este modelo e ao mesmo tempo superá-lo, indo um pouco mais longe. Com efeito, temos de tomar consciência de que quando voltarmos ao caminho do crescimento económico sustentável e deixarmos para trás a atual crise, muitas coisas vão mudar. Uma delas, a que mais nos afeta, será o papel que as cidades vão ter a partir desse momento.

### O QUE DEVE E NÃO DEVE SER UMA AGENDA URBANA

A agenda urbana do Eixo Atlântico deve ser uma **oportunidade** para refletir sobre os erros e as carências no âmbito local, que contribuíram para a atual crise, com o objetivo de os ultrapassar e estarem fortes para a etapa pós-crise. Assim, a agenda urbana deve ser um **instrumento** para fazer das cidades o espaço nuclear de crescimento inteligente, sustentável e integrador, dentro de um quadro estratégico geral europeu. Resumindo, a agenda urbana do Eixo Atlântico deve ser o **referencial integrador** do esforço coletivo das cidades da Galiza e do Norte de Portugal, que lhes permita liderar o crescimento inteligente, sustentável e integrador do futuro próximo, potenciando as mais-valias que representa o quadro euro-regional de cooperação entre as administrações públicas locais.

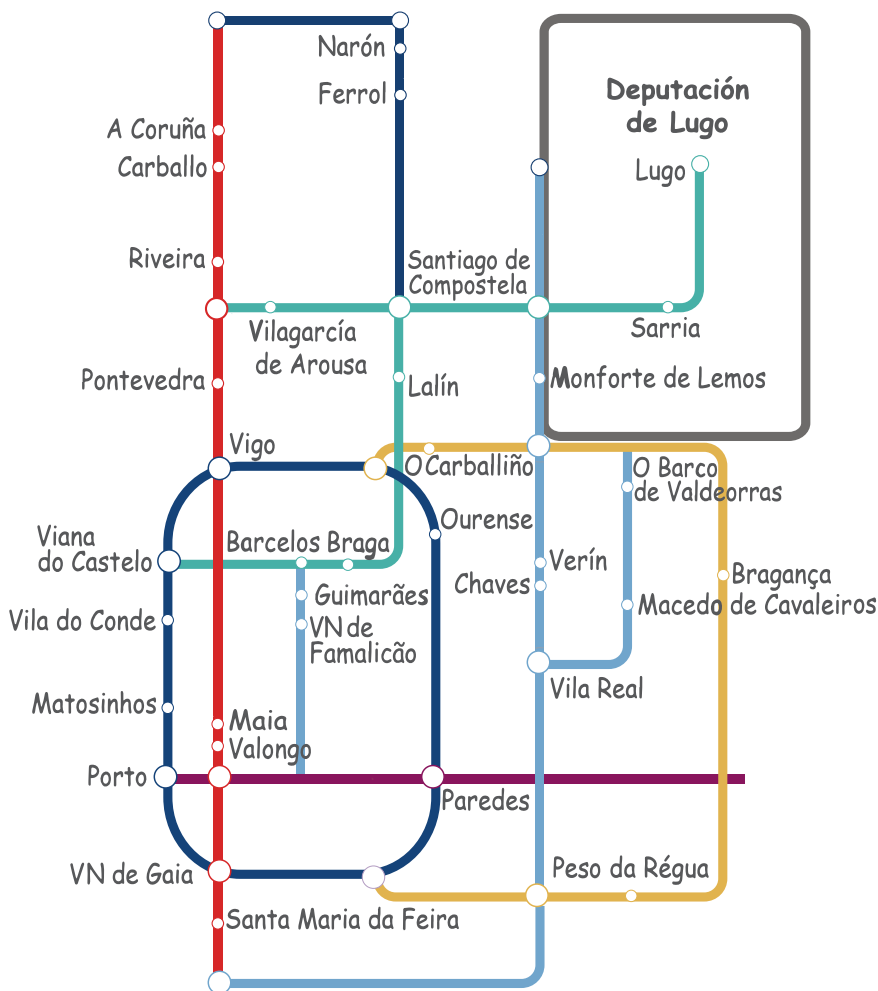
Trata-se de que a Agenda Urbana do Eixo Atlântico seja um **instrumento de desenvolvimento regional** ao serviço do sistema urbano da Euro-região Galiza Norte, sem esquecer que se trata de assentar as bases da reflexão pois **são as cidades que devem tomar as decisões**.

### PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS DAS CIDADES DA EURO-REGIÃO GALIZA-NORTE DE PORTUGAL.

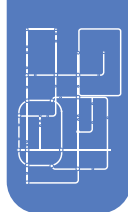
#### PONTOS FORTES

- Um **sistema urbano organizado**, em redor do Eixo Atlântico. Trata-se de um caso único na União Europeia, quer pelas suas dimensões territoriais quer pela consolidação e antiguidade das suas estruturas operacionais.

## EIXO ATLÂNTICO: SISTEMA URBANO DA EURO REGIÃO



- Há uma autêntica Euro-região que avança, entre outras coisas, na configuração de um **mercado único** no seu âmbito territorial e no aumento de escala para a competitividade e que tem de avançar, no âmbito da sustentabilidade, na redução de fluxos em qualquer uma das suas escalas.
- Uma fachada marítima ao oceano atlântico perfeitamente localizada nos principais fluxos do futuro comércio internacional. A **maritimidade** é um fator de competitividade e de sustentabilidade que é preciso explorar muito mais do que se tem feito até ao presente.



- Uma clara **tendência policêntrica** do sistema urbano com a ausência de um núcleo orientador único que deve ser compatível com a redução da dispersão de núcleos tendo em vista uma maior sustentabilidade.
- A Euro-região conta com um rico **património**, tanto **natural como cultural**, com oito reconhecimentos de Património Mundial, uma rica gastronomia e três línguas, duas delas de ampla projeção internacional.
- A Euro-região, tendo uma economia com claro predomínio do setor terciário, conserva uma **base industrial com importantes potencialidades** em linha com o previsto na Estratégia Europa 2020, com dois navios almirantes de clara vocação exportadora: o ramo automóvel e o têxtil.

### PONTOS FRACOS

- Um **povoamento disperso** que encarece os serviços públicos e dificulta a competitividade e a sustentabilidade.
- Uma crise demográfica que tem no aumento das **taxas de dependência** da terceira idade e nos fracos índices de natalidade os seus perfis mais preocupantes.
- Um processo de **perda de talento jovem**, e a falta de capacidade de recuperação do referido talento, que deve ser assinalado como um elemento crítico do desenvolvimento deste território.
- A **perifricidade** do noroeste peninsular, sendo alheia aos principais eixos de conectividade europeia, é um dos seus principais obstáculos e a aposta na maritimidade e na conectividade, tanto física como virtual devem ser caminhos que mitiguem o impacto periférico e dotem a Euro-região de maior centralidade.
- Histórico e endémico **desequilíbrio territorial entre o interior e o litoral**, agudizado nas últimas décadas.

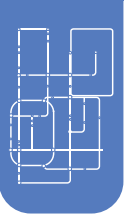
### DESAFIOS GLOBAIS DO ÂMBITO LOCAL

- Adaptação ao cenário internacional de globalização através da **modernização institucional e dos setores produtivos**.
- **Sustentabilidade**. A mitigação da alteração ambiental global requer uma ação decidida nas cidades, somada à necessidade de conservação do oceano e sua biodiversidade.
- **Complexidade social e demográfica**. Os processos migratórios estão a concentrar-se nas cidades, bem como as diferenças sociais e as situações de pobreza e exclusão, enquanto o âmbito rural sofre uma desertificação social que põe em risco a sua viabilidade.
- **Competitividade económica**. As cidades são, cada vez mais, o centro da economia mundial, onde se concentra grande parte das oportunidades de geração de riqueza e de empregos.

- **Digitalização.** A incorporação das tecnologias da informação nos âmbitos económicos e sociais está a ocorrer de uma forma massiva e acelerada, transformando os elementos de produtividade, e as capacidades dos territórios e da sociedade.
- **Legitimidade democrática.** Participação, eficácia e transparência serão cada vez mais importantes na governação local, num momento em que está a ter lugar uma crise política global, com alto impacto no funcionamento das administrações públicas.

### PRINCÍPIOS INSPIRADORES

- Incentivo do modelo de cooperação e associação que representa o sistema urbano da Euro-região que permite que a **soma do conjunto ultrapasse a soma de cada uma das partes** que o integram. Um modelo de cooperação tanto horizontal, como vertical, incentivando a colaboração quer entre a própria administração local, quer com o conjunto da rede institucional.
- Assunção de um modelo de **governação democrática** que passa por estabelecer uma gestão estratégica partilhada entre os diferentes níveis das administrações públicas, as empresas, os agentes sociais e a cidadania no seu conjunto.
- Aposta em **estruturas de governação informais** que não suponham a criação de novas administrações e que tenham suficiente capacidade de adaptação.
- Promoção da **sustentabilidade** como elemento nuclear que permita um desenvolvimento equilibrado e duradouro quer dos territórios quer das pessoas, partilhando os critérios e desafios estabelecidos pela ONU e pela UE.
- Coordenação que permita **partilhar recursos, investimentos e serviços** através de cooperações reforçadas em função das características das cidades.
- Defesa da **equidade**, entendida como igualdade de oportunidades, direitos e deveres do conjunto da cidadania independentemente do espaço territorial que habitem.
- Impulsionamento da **competitividade do capital humano e do território** como alavanca de criação de emprego e crescimento.
- Adaptação ao cenário internacional de globalização através da **modernização institucional e dos setores produtivos**.
- Apoio à **inovação social** como melhor forma de estruturar os diferentes grupos sociais e os diversos territórios que constituem a rede urbana das cidades.
- Concentração dos recursos numa **programação integrada** que possibilite otimizar os fundos públicos e conferir-lhes o maior grau de eficiência.



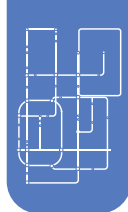
## MARCAS TRANSVERSAIS

- Aposta no conceito plural das **smart cities**, não como um objetivo ou medida concreta mas sim como uma opção transversal útil em muitos dos âmbitos de atuação de uma agenda urbana para a saída da crise.
- Posição decidida perante a **alteração ambiental global** com elementos como a luta contra a artificialização do solo, a sobre-exploração de recursos, a eutrofização à escala global, a poluição ou a perda de biodiversidade.
- Apoio à **transição energética** graduada do atual modelo baseado nos combustíveis fósseis para outro modelo baseado nas energias renováveis, a eletrificação da economia, a eficiência energética e a geração distribuída.
- Conceção de **cidade resiliente** com capacidade de se recuperar rapidamente dos impactos que sofre através duma estratégia preventiva, proactiva, transversal e coordenada, que comece por um conhecimento profundo de si mesma.
- Adaptação e antecipação às **alterações demográficas** no território — envelhecimento (transformado em oportunidade para o desenvolvimento da economia social), mobilidade da população (imigração e emigração), existência de população desempregada, especialmente a mais jovem e de longa duração —.
- Impulsionamento à **economia circular** baseada na redução ao mínimo dos resíduos e do uso de recursos. Os recursos devem ser conservados dentro da economia quando um produto chega ao fim da sua vida útil, com o objetivo de os voltar a utilizar repetidamente e continuar a criar valor.
- Trabalho em favor da **regeneração urbana** entendida como tarefa de reabilitação do tecido físico das cidades, reconstrução do tecido económico que permita recuperar emprego digno e do tecido social que integre os imigrantes e incentive as relações inter-geracionais.
- Perspetiva alicerçada em processos **de especialização inteligente** que some as capacidades dos territórios para gerar novas oportunidades e setores empresariais em linha com os “*polos regionais de cidades*”.
- Desenvolvimento de uma **diplomacia urbana**. As cidades participam em redes, constituem-se como grupos de pressão perante as autoridades nacionais, europeias e mundiais, alcançam acordos entre elas e geram intercâmbios de experiências e conhecimentos.
- Uso inclusivo do **processo de urbanização** já que as dinâmicas das cidades determinam as condições de vida dos territórios, não só pelo seu progressivo peso demográfico, mas também pela sua influência para além do próprio espaço urbano.
- Um método de trabalho baseado na **cooperação colaborativa**, gerador de um sistema urbano organizado que torne possível a coordenação das políticas públicas urbanas e de novas formas de parcerias público-privadas.

## OBJETIVOS GERAIS

- Alcançar um **desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado**. É necessário atuar sobre a crescente disparidade entre o litoral e o interior da Euro-região, de uma perspectiva policêntrica que valorize o papel das cidades pequenas e médias.
- Garantir a **competitividade global sobre a base de uma economia local sólida**. Devem ser aproveitadas as oportunidades da globalização consolidando umas bases fortes de desenvolvimento endógeno identificando qual é a melhor estratégia de especialização inteligente.
- Incentivar **ecossistemas urbanos hipo-carbônicos que minimizem o consumo de recursos naturais**. A sustentabilidade do crescimento e do bem-estar urbano passa pelo uso eficiente dos recursos naturais e a produção e consumo de proximidade. A qualidade de vida manifesta-se na qualidade do ar, do solo, da água e do grau de poluição acústica de que se possa dispor.
- Promover **comunidades urbanas inclusivas, tolerantes e democráticas**. É preciso procurar o equilíbrio entre a defesa da identidade própria e a abertura multicultural aos valores universais. Além disso, o sentido de comunidade é chave para superar os problemas derivados das diferenças geracionais, culturais e económicas.

Definir o (os) **modelo(s) de cidade(s) das próximas décadas**. Há que repensar a relação dos centros urbanos com a sua envolvência; a organização, estrutura e funcionamento da administração local; as suas competências e os recursos financeiros necessários; a sua imagem de marca.



## 2. ESQUEMA OPERACIONAL DA AGENDA URBANA DO EIXO ATLÂNTICO 2020

O documento da Agenda Urbana deve ser aberto, dinâmico e não limitador, deve propiciar a reflexão das cidades e dos demais atores envolvidos sobre temas de futuro para o seu desenvolvimento. Trata-se de definir o papel que as cidades devem ter no desenvolvimento urbano inteligente, sustentável e integrador no século XXI, sem esquecer que se trata **somente de assentar as bases da reflexão, pois são as cidades e os seus atores que devem tomar as decisões.**

Neste contexto e orientando-se nos princípios, marcas transversais e, muito especialmente, nos cinco objetivos gerais descritos, a agenda urbana do Eixo Atlântico concentra-se em cinco grandes eixos de atuação:

### EIXOS DE ATUAÇÃO DA AGENDA URBANA DO EIXO ATLÂNTICO

#### 2.1. Sistema urbano organizado: o novo território

- 2.1.1. A coesão territorial interna na Euro-região
- 2.1.2. Áreas urbanas funcionais: a matriz de ordenamento do novo território
- 2.1.3. Um planeamento urbano para cidades atrativas, sustentáveis e integradoras
- 2.1.4. Mobilidade urbana interna e conectividade externa
- 2.1.5. Novos modelos para o acesso aos serviços urbanos

#### 2.2. A cidade competitiva: crescimento e emprego

- 2.2.1. Emprego e competências para o emprego na economia local
- 2.2.2. Inovação e digitalização
- 2.2.3. Energia
- 2.2.4. Educação e talento
- 2.2.5. Cultura e territórios criativos
- 2.2.6. Turismo
- 2.2.7. Maritimidade
- 2.2.8. Economia rural e dos produtos tradicionais
- 2.2.9. Marketing territorial e urbano

### 2.3. Cidade ecológica: o desafio da sustentabilidade

- 2.3.1. Otimizar os fluxos metabólicos urbanos (energia, água, materiais)
- 2.3.2. Alcançar a suficiência energética: a transição energética
- 2.3.3. Uso racional do território: investir na artificialização do solo
- 2.3.4. Gerar um espaço urbano saudável e de qualidade

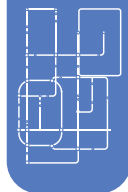
### 2.4. Cidade integradora e participativa: a nova sociedade

- 2.4.1. Demografia, saúde, política social e inclusão
- 2.4.2. Multiculturalidade, interculturalidade e educação cultural
- 2.4.3. Segurança estrutural, funcional e jurídica
- 2.4.4. Programas integrais de revitalização urbana
- 2.4.5. Habitação
- 2.4.6. Políticas de comunicação

### 2.5. Municípios eficientes: a nova administração local (entidades locais relacionais)

- 2.5.1. Governança democrática: liderança e impulsionamento de uma estratégia integrada de desenvolvimento urbano
- 2.5.2. Eficiência e transparência administrativa: uma administração para a gestão da estratégia
- 2.5.3. Financiamento: suficiência, transparência e autonomia financeira
- 2.5.4. Estruturas de redes e lobby: cooperar e concertar

A Agenda Urbana do Eixo Atlântico, assim configurada, não é um documento de compartimentos estanques sem relação entre si. Pelo contrário. Seguindo o princípio da **programação integrada** cada um destes eixos está ligado aos restantes uma vez que não é possível desenvolver os seus âmbitos de atuação sem ter em conta os dos outros, ou seja, na realidade todos os âmbitos de atuação propostos devem retroalimentar-se. Assim, o delineamento da organização territorial e do **planeamento urbano estratégico** é decisivo para criar o sentimento de pertença e a atratividade necessários para a cidade competitiva; o mesmo acontece com a conectividade e a cidade compacta na hora de conseguir reduzir o percurso dos fluxos com a correspondente diminuição dos consumos energéticos e o uso eficiente dos recursos naturais, sem dúvida o planeamento é determinante para conseguir, também, os espaços urbanos de qualidade da cidade ecológica; e não em menor medida, esse mesmo planeamento e a conectividade são fundamentais para construir cidades amigáveis e inclusivas capazes de integrar os segmentos desfavorecidos da população; sem esquecer que o delineamento do território e a



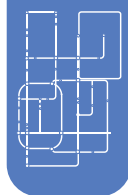
estruturação de áreas urbanas funcionais são peça chave para alcançar a eficiência administrativa, a suficiência financeira e os sistemas de redes que permitam estabelecer entidades locais relacionais.

**A competitividade não pode ser compartimentada.** É, em si mesma, um resultado da atuação global sobre as diferentes dimensões da cidade que, como organismo vivo, reage globalmente a qualquer intervenção pontual e/ou setorial. Assim, uma cidade competitiva é aquela que é capaz de: fixar população, atrair talentos e visitantes, captar investimentos e, simultaneamente, proteger e valorizar o seu património (incluindo o natural) sem perder a sua identidade própria. É fundamental entender a importância dos “ecossistemas económicos” como o conjunto de componentes que um território tem –educação, emaranhado empresarial, administrações, sistemas de inovação, fiscalidade, infraestruturas, governabilidade, etc... , e que a soma e interação das suas capacidades são as que lhe outorgam o seu carácter competitivo e inovador. Trata-se, pois, da perspectiva desta agenda, de um conceito multidimensional que não se limita ao desenvolvimento económico local mas que também inclui o aumento das dinâmicas sociais e relacionais da cidade. Importa, no entanto, assinalar que no âmbito da Agenda Urbana do Eixo, competitividade não significa concorrência. Significa manter a capacidade e condições para afirmar a sua identidade própria como espaço de acolhimento de habitantes, investidores e visitantes.

Por outro lado, a aproximação espacial adotada no eixo da cidade sustentável será a escala de bairro. Esta escala considera-se a mais adequada para a sua aplicação ao nível municipal. O eixo do novo território ocupa-se das escalas territoriais mais amplas. Os diferentes eixos da agenda com as suas diferentes aproximações e escalas de atuação, alimentar-se-ão de forma recíproca com a finalidade de alcançar o desenvolvimento harmónico do território. O **desenvolvimento urbano sustentável exige uma aproximação holística**, capaz de conceber e projetar a cidade como um sistema amplo e integrado. A aproximação do triplo P, *People-Planet-Profit*, introduzida por Elkington em 1997, responde a este desafio ao tratar de avaliar os efeitos do desenvolvimento nos âmbitos social, económico e ambiental e estimular as estratégias inclusivas que aumentam a qualidade de vida. Uma aproximação que cada vez está mais estendida na teoria e na prática da planificação urbana.

A cidade, pela sua própria definição, constitui um **instrumento de integração social**, que não só afeta a população que a forma, e os bens e serviços públicos que nela se geram, mas também toda a envolvente territorial que é estruturada por ela, e que, devido às dinâmicas que a própria cidade impulsiona, pode funcionar, no mais amplo e profundo sentido da palavra, como uma *polis*, ou como **um grupo social participativo**, solidário e seguro, e como um nível administrativo perfeitamente adequado para a prestação dos serviços de integração e para a elaboração de programas de reabilitação e sustentabilidade que servem para a preservação do modelo urbano europeu. Quando uma cidade desvia ou debilita a sua capacidade de integração, as suas opções de participação ou a sua aceitação da multiculturalidade, ou quando manifesta uma perda dos seus níveis de igualdade económica, social ou de género, a cidade pode transformar-se numa fonte ou instrumento de desintegração, ao dispersar pela sua envolvência –geralmente mais sensível que o próprio núcleo urbano- as causas e consequências dessa regressão social.

Finalmente, mas não por isso menos importante, nas sociedades europeias contemporâneas produz-se uma importante e vertiginosa transformação económica, social, institucional e de governo que questiona, entre outros, os paradigmas dos governos territoriais atualmente vigentes e exige uma profunda reflexão sobre o exercício do governo das nossas cidades. A literatura científica mais recente fala, quase como metodologia de superação da crise atual, de nova governabilidade ou governação e da gestão estratégica dos territórios baseada nas redes. Refere-se ao conceito de “governo promotor” ou “habilitador”, como o selo identificativo de uma nova forma de governar fundamentada no compromisso, na concertação, na coordenação e na cooperação de todos os agentes envolvidos com o desenvolvimento das nossas cidades e municípios, o que vamos denominar por **governação democrática**. Uma governação que deve permear, como orvalho, todos os âmbitos de atuação da Agenda Urbana. Além disso, é fundamental promover o **princípio da subsidiariedade**, consagrado no Tratado da União Europeia como um dos pilares fundamentais para o seu funcionamento, pelo que se promove a proximidade na tomada de decisões e do carácter fundamental do âmbito local no bom governo, o funcionamento institucional e a tomada de decisões.



## 2.1. O SISTEMA URBANO ORGANIZADO: O NOVO TERRITÓRIO

Povos e cidades interagem cada vez mais em sistemas policêntricos, sobretudo na Europa, devido às características específicas da sua rede urbana, bem como para as políticas da União destinadas a preservar e melhorar a sua coesão territorial, graças também às políticas destinadas a preservar a coesão territorial na União Europeia.

Estes sistemas, no entanto, ainda enfrentam obstáculos de diferente tipologia ao longo das fronteiras internas que ainda impedem os fluxos de mobilidade e de transporte dos cidadãos, o que limita as interações positivas entre os nós.

Carlo di Grandi (colocar citação) e José Palma Andrés (colocar citação) referem que os conceitos de zonas ou áreas urbanas funcionais e de “tamanho emprestado” podem encaixar na lógica da especialização policêntrica e da cooperação como oposta à polarização, redefinindo-a de uma forma mais aberta para fazer um balanço das oportunidades que oferece a cooperação entre nós e a sua especialização / integração.

A Euro-região Galiza-Norte de Portugal compreende uma rede de cidades de dimensão e morfologia funcional muito diversificada, desde cidades que constituem espaços metropolitanos até cidades médias e pequenas. Estas cidades estão integradas em territórios também distintos, desde áreas de elevada densidade no litoral (relativamente bem comunicadas por estrada ainda que com alguns estrangulamentos que é preciso eliminar) até os territórios de menor densidade no interior (onde se desenvolvem possíveis eixos horizontais de contato das cidades do Eixo Atlântico com as grandes rotas de comunicação com a Europa).

É necessário inverter algumas tendências de dispersão descontrolada, repensando o equilíbrio territorial, a coesão interurbana e o crescimento do habitat difuso nas periferias urbanas. Os municípios do Eixo também devem adotar um planeamento urbano que valorize a integração entre as cidades e a sua envolvente, especialmente a rural.

Este sistema urbano, organizado, coeso e equilibrado, é o Novo Território que será desenvolvido em três escalas espaciais simultaneamente:

1. A primeira é a da rede policêntrica, que se refere aos fluxos e às ligações entre as cidades da Euro-região e à integração deste sistema em espaços/redes mais amplos. A mobilidade de passageiros e mercadorias dentro dos sistemas de mobilidade policêntrica que abranja para além das fronteiras interiores chaves no desenvolvimento transfronteiriço, sendo desejável o desenvolvimento de modelos de plataformas integradas de transporte / logística que permita a cooperação entre as entidades locais a diferentes níveis de integração política e o desenvolvimento de gestão conjunto.

Na opinião de Carlo di Grandi, nesta logística, as sinergias potenciais com os portos e corredores transfronteiriços (RTE-T) são estratégicas no objetivo de conseguir sistemas integrados de transporte nas zonas fronteiriças policêntricas.

Na sua opinião, o marcar sinergias entre as estruturas policêntricas transfronteiriças requer uma governação multinível com papéis bem definidos e com uma discussão separada para cada uma das partes interessadas para fazer face a diferentes questões a nível político / estratégico; a nível administrativo e a nível técnico.

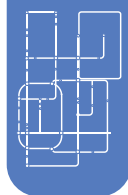
Requer-se um planeamento que dialogue tanto de baixo para cima como de cima para baixo. Euro-regiões, AECT, associação de polos urbanos devem desempenhar um papel preponderante para pedir uma resposta intergovernamental. Sem esta última, é difícil superar as barreiras administrativas, sobretudo, mas não exclusivamente, no âmbito do transporte com maior margem de manobra nos órgãos que estão mais próximos do mercado (aeroportos, terminais privados); sem a primeira, é pouco provável que possa amadurecer qualquer benefício a nível local, nem aproveitar as oportunidades de mudar os serviços transfronteiriços de acordo com as necessidades locais.

Euro-regiões formais e informais jogam um papel importante não só no estabelecimento de sinergias entre os atores económicos locais e as plataformas forâneas — que frequentemente são grupos de interesse —, mas também na planificação estratégica de um ajuste fino através das fronteiras. Uma visão concreta das necessidades e oportunidades das estruturas policêntricas transfronteiriças necessita de ser desenvolvida antes de iniciar grandes investimentos em infraestruturas, as ações concretas devem vir da procura dos utilizadores finais: empresas, fornecedores de serviços logísticos, os cidadãos e as administrações locais.

Esta visão deve abranger a especialização e a integração dos centros logísticos, e como inclui entidades com fortes implicações políticas, como portos e aeroportos há que evitar a fragmentação que é um obstáculo enorme a ultrapassar para conseguir a integração territorial. O processo de integração implica identificar explicitamente as compensações e os pontos economicamente ineficientes de falhas e posições erróneas de mercado.

As sinergias, a partir das primeiras fases do processo de integração, serão direcionadas para a identificação de medidas brandas que se possam implementar a curto prazo para permitir colocar o processo em marcha e deverão estar a funcionar no exercício a médio e longo prazo para permitir investimentos importantes. Em consequência, na base de uma (potencial) análise da procura, deve-se abordar um sistema de ação baseado em:

- a. Definir as utilizações do solo e a planificação das investimentos.
- b. Com acordos administrativos para permitir a prestação de serviços transfronteiriços.
- c. Integrar a longa distância e os serviços de proximidade (para as pessoas).
- d. O desenvolvimento dos serviços / terminais especializados (em particular para as mercadorias).
- e. Evoluir para uma prestação integrada de serviços logísticos - o aumento do valor acrescentado da cadeia de fornecimento e a visibilidade das estruturas policêntricas / euro regiões nos mercados mundiais.
- f. Prosseguir a integração de sistemas nas comunidades logísticas (“balcões únicas”, de acordo com as normas da UE), a informação, venda de entradas / fixação de preços, a compensação das receitas (que exige acordos administrativos).



2. A segunda, intermédia, é a da relação entre as cidades médias e pequenas e o restante território, nomeadamente os espaços de influência de cada centro, na dupla perspectiva: como fortalecer cada cidade a partir do seu espaço; e como dar coesão e levar para o local as dinâmicas competitivas induzidas pela rede urbana. A esta tendência está necessariamente associada a preocupação de elaborar estratégias que não se limitem ao território específico da cidade enquanto tal, mas sim a todo o território envolvente (área metropolitana, zonas de influência rurais e urbanas de menor dimensão) numa perspectiva de governo e planeamento integrado, e no respeito por um desenvolvimento equilibrado das cidades e das áreas urbanas e rurais vizinhas, através de uma importante participação dos cidadãos e dos agentes económicos no processo.

José Palma Andrés insiste em que uma das responsabilidades que devem assumir as cidades é a de planear a sua articulação com a sua envolvente rústica, incluindo as áreas agrícolas e florestais do hinterland e dos interfaces urbano-rurais, explorando as complementaridades económicas, sociais e culturais que resultam desta relação de proximidade, melhorando as condições de transporte e logística e promovendo a oferta de produtos regionais, especialmente no sector hortofrutícola.

As cidades devem evitar a proliferação indiscriminada da edificação dispersa nos solos rústicos periurbanos, sobretudo a destinada a habitação, precavendo deseconomias urbanas, e promovendo a afetação desses solos a atividades produtivas, nomeadamente agrícolas e florestais, desmotivando o seu abandono e ajudando a neutralizar interesses adventícios.

3. A terceira é a escala de proximidade, da gestão urbana de cada cidade. Em relação a este tema, na opinião do perito internacional José Palma Andrés, parece razoável considerar, tendo em mente o facto de que cada cidade é um caso diferente e como tal deve ser tido em conta, que a tendência para a evolução futura deve orientar-se para cidades mais densas e compactas com uma solução mista, face a soluções de edificação dispersa de tendência horizontal. Com uma preocupação de construção / renovação do habitat de acordo com o princípio de eficiência energética, e dando prioridade às políticas de regeneração e renovação urbana com reabilitação de edificações e permitindo a reserva de solos:
  - Para a proteção do meio ambiente e espaços verdes a criar para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos,
  - Para a utilização agrícola necessária,
  - Para o desenvolvimento de atividades económicas necessárias para a criação de emprego
  - Para o desenvolvimento de uma mobilidade sustentável (transportes públicos eficientes, espaços pedonais, zonas para o uso da bicicleta como meio de transporte)
  - Para dar resposta às perspectivas de evolução demográfica ligadas a áreas de solo edificável definidas de uma forma sustentável e com especial relevância aos solos vagos nos centros urbanos e peças já solidificadas em transformação, e relacionados com zonas inundáveis previsíveis pelo fenómeno da alteração climática.

Para responder aos desafios da construção do Novo Território atendendo a todas estas escalas, este eixo da Agenda Urbana será estruturado em cinco vetores de atuação:

- A coesão territorial interna na Euro-região.
- Áreas urbanas funcionais: a matriz da ordenação do novo território.
- Um planeamento urbano para cidades atrativas, sustentáveis e integradoras.
- Mobilidade urbana interna e externa.
- Novos modelos para o acesso aos serviços urbanos.

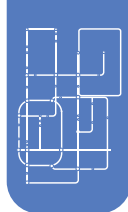
Qualquer um destes vetores relaciona-se com aspetos - complementares e interdependentes – que remetem para as diversas escalas territoriais da organização do sistema urbano.

### 2.1.1. A COESÃO INTERNA NA EURO-REGIÃO

Desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a coesão territorial é um objetivo irrenunciável da UE. Não pode, em consequência, estar ausente do horizonte do Eixo e da sua Agenda Urbana, que tem como objetivo tornar as cidades em motores do desenvolvimento inteligente, sustentável e integrador da Euro-região. Um modelo de desenvolvimento policêntrico parece adequado às características deste território e pode ser uma matriz de base da sua Agenda Urbana. A consolidação de um sistema urbano transfronteiriço constituirá, simultaneamente, uma grande mais-valia e uma singularidade deste território. Essa é uma virtude do sistema policêntrico, que assenta no princípio de subsidiariedade, estimulando cada cidade, qualquer que seja o seu tamanho, a contribuir poderosamente ao crescimento conjunto.

#### 2.1.1.1. Linhas de intervenção

- Incentivar a solidariedade entre cidades/municípios grandes, médios e pequenos, como princípio no combate aos fatores de exclusão territorial.
- Promover políticas públicas comuns com o objetivo de diminuir disparidades no desenvolvimento económico e social.
- Delinear modelos de valorização económica dos recursos e potencialidades dos territórios do interior rural nos grandes mercados do litoral metropolitano e denso.
- Valorizar os territórios rurais de proximidade, constituindo um ecossistema social integrado; os meios rurais são produtores de bens e serviços essenciais à qualidade de vida urbana e contribuem positivamente para o reequilíbrio dos impactos ambientais e territoriais das concentrações urbanas. O Incentivo da agricultura familiar consolidada é central nesta direção.



- Promover a pluriatividade das famílias rurais, através da diversificação das suas fontes de receitas, dotando-as de maior autonomia (menor dependência da atividade agrícola em exclusivo) e menor instabilidade nos seus rendimentos, o que permite a retenção de população rural e a redução do êxodo.
- Incentivar a soberania alimentar através de mercados próprios com marcas protegidas que potenciem a imagem de território e de identidade solidária e facilitem a comercialização através de convénios com cadeias de distribuição e empresas de logística de distribuição.
- Constituir sistemas urbanos de proximidade, baseados em redes de pequenas e médias cidades, em euro cidades transfronteiriças, valorizando complementaridades e articulações.

#### 2.1.1.2. Resultados esperados

- Diminuição significativa da disparidade de indicadores de desenvolvimento socioeconómico entre os municípios do Eixo, com aumento nos territórios menos desenvolvidos (PIBpc; IDS/IDH).
- Maior valorização da contribuição dos territórios do hinterland rural para os indicadores de desenvolvimento urbano.
- Aumento de fluxos internos entre regiões do Eixo (nichos de emprego, intercâmbios comerciais, etc.).
- Aumento da soberania alimentar.
- Retenção da população rural e diminuição do êxodo graças à pluriatividade rural.

#### 2.1.1.3. Atores envolvidos

##### **O Eixo:**

- Dar maior visibilidade aos territórios interiores nas atividades do Eixo.
- Servir de foro permanente de boas práticas.
- Contribuir para o debate do knowhow existente.

##### **As administrações locais:**

- Partilhar políticas públicas comuns.
- Ser solidárias com as restantes cidades/municípios, especialmente com os territórios rurais.
- Impulsionar a soberania alimentar.

**As administrações regionais e nacionais:**

- Promover sistemas urbanos de proximidade, em colaboração com as administrações locais.
- Facilitar a criação de estruturas de cooperação sem novos encargos administrativos.
- Dotar de serviços e equipamentos públicos o interior para ter maior competitividade.
- Incentivar a pluriatividade das famílias rurais.

**A UE:**

- Prestar apoio técnico, via ESPON e DG REGIO, para facilitar a coesão euro-regional.
- Avançar numa política de desenvolvimento rural cada vez mais intensa.
- Descentralizar as ITI.

**A sociedade civil:**

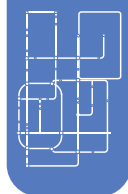
- Desenvolver programas que valorizem os territórios interiores e rurais em benefício de todos. Envolver centros de investigação superior, empresas e cooperativas.
- Promover a soberania alimentar.

**2.1.2. ÁREAS URBANAS FUNCIONAIS: A MATRIZ DO ORDENAMENTO DO NOVO TERRITÓRIO**

Os desafios exigem repensar o modelo territorial e a “geometria” das políticas. Não se trata de criar novas estruturas administrativas, com o seu respetivo sistema de burocracia e legislação, mas sim adotar uma abordagem inovadora ao território comum, que permita às cidades ultrapassar os obstáculos jurídicos e administrativos, tanto internos como externos, à criação de espaços de cooperação (especialmente os que resultam da coexistência dos Estados). As áreas urbanas funcionais, espaços concretos para a intervenção, são a resposta a esta questão. Definem-se como territórios, contíguos ou não, que coexistem, mas não se condicionam, com os limites administrativos e podem ser considerados adequados para a aplicação de determinadas soluções, estratégias e políticas.

A delimitação de áreas urbanas funcionais na Euro-região implica o cumprimento simultâneo das seguintes condições:

- Agregam áreas que partilham problemáticas, recursos ou prioridades.
- Acrescentam valor à natureza policêntrica da Euro-região.
- Pode demonstrar-se que constituem espaços geográficos suscetíveis de otimizar os resultados da implementação de projetos ou políticas.



### 2.1.2.1. Linhas de intervenção

- Delineamento de um mapa dinâmico de áreas funcionais da Euro-região.
- O processo de definição das áreas urbanas funcionais, sobretudo quando são transfronteiriças, poderá ter um carácter experimental e de difusão de mecanismos facilitadores, valorizando modelos já existentes ou não na Euro-região.
- Deve garantir-se a flexibilidade do modelo de áreas urbanas funcionais, nomeadamente no que respeita à sua delimitação: temáticas distintas envolvem (ou podem envolver) áreas urbanas funcionais com limites geográficos distintos.
- Definição dos vetores prioritários para a constituição de áreas urbanas funcionais (ex: redes e sistemas urbanos no interior da Euro-região; espaços naturais supramunicipais ou transfronteiriços protegidos; sistemas de conectividade, logística e acessibilidade; redes de equipamentos e serviços de proximidade; macro espaços produtivos)
- A criação de áreas urbanas funcionais implicará a estruturação de redes e sistemas (institucionais, empresariais, de cidadania) coerentes com os respetivos territórios, nascidos da cooperação entre os diferentes níveis da administração pública (nacional, regional, local) e do envolvimento de parcerias extra-administração.
- Visão concreta das necessidades e oportunidades das áreas funcionais transfronteiriças, identificando as compensações de receitas e os pontos economicamente ineficientes. As ações concretas devem proceder da procura dos utilizadores finais.
- A definição de diretrizes comuns de ordenação do território na Euro-região constituirá um quadro estável de orientação para a criação de áreas urbanas funcionais, sem perda de coerência entre as políticas e intervenções nas diversas áreas temáticas e territórios.

### 2.1.2.2. Resultados esperados

- Identificação dos vetores prioritários para a constituição de áreas urbanas funcionais.
- Implementação, até 2020, de novos processos de cooperação entre cidades e entidades em territórios de geografia não coincidente com os limites administrativos tradicionais, bem como consolidação dos já existentes (euro cidades).
- Definição de um quadro comum de orientações para a ordenação do território na Euro-região, abarcando os aspetos temáticos mais relevantes.
- Criação de modelos de cooperação reconhecidos por todas as autoridades territoriais, suscetíveis de replicação.
- Envolvimento de entidades associadas de diversas áreas temáticas, diferentes naturezas institucionais e em número significativo nos processos de criação de áreas urbanas funcionais.
- Mapa de áreas funcionais da Euro-região.

### 2.1.2.3. Atores envolvidos

#### **O Eixo:**

- Coordenar o mapeamento de áreas funcionais da Euro-região.
- Contribuir para o debate do knowhow existente.

#### **As administrações locais:**

- Partilhar um quadro comum de orientações para o ordenamento do território.
- Participar na definição e identificação das áreas funcionais.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

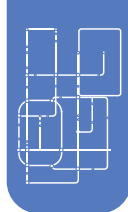
- Definir diretrizes comuns de ordenação do território na Euro-região.
- Liderar a definição e identificação das áreas funcionais.
- Facilitar a criação de estruturas de cooperação sem novos encargos administrativos.

#### **A UE:**

- Prestar apoio técnico, via ESPON e DG REGIO, para definir e identificar as áreas funcionais da Euro-região.
- Descentralizar as ITI.

#### **A sociedade civil:**

- Participar na definição e identificação das áreas funcionais.
- Gerar as procuras, como utilizadores finais, que justifiquem as áreas funcionais.



### 2.1.3. UM PLANEAMENTO URBANO PARA CIDADES ATRATIVAS, SUSTENTÁVEIS, E INTEGRADORAS

O planeamento, às diversas escalas, é um passo estruturador da construção do Novo Território. As áreas urbanas funcionais são um primeiro exemplo de espaços a planear, mas, respeitando escrupulosamente o princípio de subsidiariedade, cumpre também harmonizar metodologias de planeamento urbano que procurem controlar o crescimento da cidade difusa e promover o reequilíbrio entre zonas residenciais e zonas laborais – os efeitos na mobilidade e a descarbonização dos metabolismos urbanos são evidentes. O planeamento urbano desempenha também um papel decisivo na integração social e na segurança.

#### 2.1.3.1. Linhas de intervenção

Articulação das diversas escalas do planeamento territorial, planear o território urbano de forma coerente com o regional (interurbano e de áreas funcionais) e municipal (relação urbano-rural), inovando no quadro da legislação vigente em cada país e região.

- Desenvolvimento de processos participativos e mobilizadores de planeamento e gestão, que responsabilizem quer a administração quer a sociedade em geral com os resultados.
- Orientação para cidades mais densas e compactas com uma solução mista, face a soluções de edificação dispersa de tendência horizontal.
- Concentração da planificação e gestão urbanas em âmbitos alinhados com a agenda urbana e territorial europeia, através de modelos de planeamento urbano orientados para a criação de cidades:
- Inteligentes: criativas, empreendedoras, conscientes de valores coletivos, organizadas, competitivas e tecnologicamente evoluídas. Destacam-se as áreas da eficiência energética, dos sistemas de transportes integrados e da gestão dos serviços urbanos.
- Ecológicas: de baixa pegada ecológica, energeticamente eficientes e com modelos de mobilidade de baixo nível de emissões de GEE, controlando a dispersão urbana, adotando uma ordenação zonal funcional que minimize as deslocações motorizadas, promovendo a proteção de habitats naturais e solos produtivos.
- Inclusivas: para todos os cidadãos, apostando pela acessibilidade, pela regeneração física, económica e social de bairros e residentes, por modelos de habitação flexíveis, pela prestação de serviços de proximidade através de modelos inovadores.
- Aposta em sistemas de acompanhamento e avaliação do planeamento urbano e da sua influência na criação de cidades inteligentes, verdes e inclusivas.

### 2.1.3.2. Resultados esperados

- Criação e aplicação de orientações comuns para o planeamento urbano na Euro-região.
- Criação e aplicação de diretrizes comuns de ordenamento do território euro-regional.
- Adoção de um sistema de indicadores de resultados associados ao planeamento urbano para o gerir.
- Diminuição de emissões de GEE resultantes das atividades urbanas (mobilidade e transportes, habitação, consumo) nas cidades do Eixo.
- Contenção da dispersão urbana, através da aposta em cidades densas e compactas.
- Diminuição dos custos dos sistemas de prestação de serviços urbanos.

### 2.1.3.3. Atores envolvidos

#### **O Eixo:**

- Harmonizar metodologias de planeamento, fomentando o intercâmbio de experiências inovadoras e eficazes.
- Contribuir para o debate do knowhow existente.

#### **As administrações locais:**

- Partilhar um quadro comum de orientações para o planeamento urbano.
- Promover processos participativos e mobilizadores de planeamento e gestão numa perspetiva de corresponsabilidade de administrações e sociedade civil.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

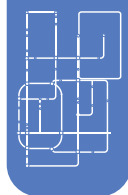
- Definir e aplicar diretrizes comuns de ordenamento do território na Euro-região.
- Inovar o quadro legislativo para conseguir um planeamento territorial integrado, sustentável e participativo.

#### **A UE:**

- Prestar apoio técnico, via ESPON e DG REGIO, para adaptar à Euro-região a agenda territorial europeia.

#### **A sociedade civil:**

- Participar no planeamento urbano e territorial partilhando a responsabilidade dos resultados.



#### 2.1.4. MOBILIDADE URBANA INTERNA E CONECTIVIDADE EXTERNA

Reafirmando o território do Eixo como um território-rede, policêntrico que constitui a teia urbana da Euro-região do noroeste peninsular, é indiscutível a importância de garantir a comunicação entre os nós, e destes com os territórios adjacentes. Essa comunicação, baseada em sistemas físicos e/ou imateriais de transportes e comunicações, deve, para ser eficiente, assentar numa visão global de conectividade e acessibilidade, como contraponto a uma visão de matriz predominantemente infraestrutural. A acessibilidade e a conectividade são os princípios base sobre os quais deve ser construído o espaço policêntrico, “homogeneizando” o território quer do ponto de vista do seu posicionamento face ao exterior quer da atenuação das assimetrias internas.

Neste âmbito, é fundamental a conexão das redes locais e urbanas com os grandes eixos e as grandes portas de entrada-saída, com especial atenção aos territórios do interior. As cidades e os territórios mais competitivos são aqueles com altos níveis de conectividade exterior, uma vez que é nos nós de redes internacionais onde se produzem os maiores níveis de inovação e transferência de conhecimento e experiências. Em muitos casos, esta “last mile” pode ser decisiva para conferir condições efetivas de igualdade e competitividade aos diferentes nós do sistema urbano e, também, para otimizar grandes investimentos públicos realizados em infraestruturas através do aumento da massa crítica dos seus utilizadores.

A mobilidade interna do território, através da provisão de sistemas de transporte eficiente e coletivo, é um dos principais elementos de sustentabilidade futura das cidades e um dos principais focos de ação, pelo que a atuação local numa melhoria dos sistemas de transporte além de ser uma componente essencial de prestação de serviços, equilíbrio territorial e geração de oportunidades, é uma componente essencial da sustentabilidade das cidades e da redução de emissões para a atmosfera. Sem dúvida, a eletrificação do transporte, neste momento um dos principais eixos de atuação neste campo. Devemos igualmente atender aos novos sistemas de “micro-mobilidade” que estão a surgir nas cidades com altos níveis de versatilidade e sustentabilidade.

##### 2.1.4.1. Linhas de intervenção

- Aposta num sistema intermodal de transportes e mobilidade à escala urbana e interurbana, incluindo: o transporte de proximidade; o transporte individual e o coletivo; os modos suaves, rodoviário e ferroviários; a coordenação de horários, sistemas de informação aos utilizadores e sistemas integrados de expedição de bilhetes; a logística da distribuição e abastecimento urbano.
- Aposta em plataformas integradas de transporte e logística, com um sistema intermodal de mobilidade à escala regional e internacional; a articulação entre os aeroportos da Euro-região e destes com os principais hubs mundiais; A valorização da frente marítima através de portos multifuncionais competitivos, e sua conexão com o hinterland através de plataformas logísticas eficientes; a integração de todas as cidades do Eixo Atlântico em redes de estradas de alta capacidade, ligando-se com a Europa continental e marítima (norte e Mediterrâneo); a superação do deficit das ligações ferroviárias de passageiros e mercadorias.

- Especialização e integração dos centros logísticos evitando a fragmentação. Criação de corredores logísticos que promovam a utilização das grandes redes de transporte ferroviário para o transporte de mercadorias.
- Afirmação de um Eixo Atlântico Digital. São indispensáveis melhores condições de infraestruturas e serviços digitais, especialmente o acesso universal à banda larga.
- Aposta em sistemas de transporte coletivos e meio-ambientalmente sustentáveis, que contribuam para o objetivo das cidades de redução da contaminação e coadjuve os objetivos de redução dos níveis de emissão de gases para a atmosfera.

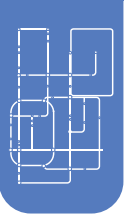
#### 2.1.4.2. Resultados esperados

- Aumento global do número de deslocações realizadas em transporte coletivo e em especial de comboio.
- Aumento global do número de deslocações urbanas em modos suaves.
- Aumento do número de pontos de ligação externos e crescimento sustentável dos passageiros e mercadorias embarcados e desembarcados nos portos e aeroportos da Euro-região.
- Criação de um sistema articulado de transporte ferroviário de mercadorias e passageiros, através dos diversos eixos ferroviários existentes, a modernizar.
- Prestação integrada de serviços logísticos.
- Acesso universal à banda larga fixa e móvel.
- Eliminação dos obstáculos da last mile.
- Criação de áreas urbanas funcionais transfronteiriças de mobilidade.

#### 2.1.4.3. Atores envolvidos

##### **O Eixo:**

- Coordenar a definição e identificação de áreas funcionais transfronteiriças de mobilidade.
- Servir de foro permanente de boas práticas.
- Contribuir para o debate do knowhow existente.



#### **As administrações locais:**

- Implementar sistemas intermodais de transporte e mobilidade urbana.
- Incentivar modos suaves de mobilidade urbana.
- Colaborar com a implementação de sistemas intermodais de transporte e mobilidade interurbana, regional e internacional.
- Melhorar a logística da distribuição e abastecimento urbanos.
- Promover economias locais circulares.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

- Implementar sistemas intermodais de transporte e mobilidade interurbana, regional e internacional.
- Facilitar sistemas intermodais de transporte e mobilidade euro-regional.
- Coordenar a complementaridade dos portos e aeroportos da Euro-região.
- Criar centros logísticos especializados e integrados na Euro-região.
- Criar áreas funcionais transfronteiriças de mobilidade.

#### **A UE:**

- Prestar apoio financeiro, via fundos estruturais e BEI.
- Planificar a política europeia de transporte como elemento de coesão territorial.

#### **A sociedade civil:**

- Parcerias público-privadas nos sistemas intermodais de transporte e mobilidade.
- Delineamento do Eixo Atlântico Digital a partir dos centros de investigação superior e das empresas.

### 2.1.5. NOVOS MODELOS PARA O ACESSO AOS SERVIÇOS URBANOS

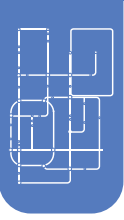
Se, como vimos, a conectividade à escala da rede policêntrica é um elemento central para a coesão territorial, o acesso dos cidadãos aos serviços e aos consumos próprios da vida urbana faz-se sobretudo à escala local. Há uma grande interdependência entre este âmbito e o do planeamento urbano-urbanístico, que aqui ganha uma nova dimensão. Com efeito, não se trata somente de delineamento urbano e de planear espaços e redes, mas também de avaliar alternativas, dimensionar soluções otimizadas, mobilizar agentes múltiplos e concentrar a intervenção nas pessoas e nas instituições.

Significa isso que a Agenda Urbana incorpora o espaço urbano como um dos seus espaços de intervenção privilegiados, porque é nesta escala onde jogam os desafios essenciais da criação das cidades do futuro. As cidades são lugares que geram problemas e que, ao mesmo tempo, criam soluções. São terreno fértil para a ciência e para a tecnologia, a inovação, a cultura e a criatividade individual e coletiva, sendo também importantes para mitigar o impacto das alterações climáticas.

Os serviços urbanos, cada vez mais, terão uma alta componente tecnológica e de utilização das tecnologias de informação, como via para melhorar a prestação de serviços à cidadania, um maior conhecimento desta, e promover a eficiência pela via da informação de utilização de serviços. Os serviços serão um dos principais pontos de desenvolvimento eficaz e tangível do conceito de “Smart cities”.

#### 2.1.5.1. Linhas de intervenção

- Presença local de equipamentos e estruturas, especializados ou multifuncionais, programados em função de critérios de eficácia, eficiência e sustentabilidade social.
- Boa articulação de sistemas de transportes e apoio à mobilidade com as redes de equipamentos e serviços, às escalas urbana e interurbana e com especial atenção às pessoas com mobilidade reduzida.
- Acesso aos serviços à distância, através de NTIC (ex: tele-saúde, cuidados com os idosos, tele-educação, educação permanente ao longo da vida, comércio eletrónico).
- Criação de redes de prestação de serviços públicos através de estruturas móveis – ambulantes.
- Introdução das tecnologias da informação na prestação e exploração dos serviços para a melhoria da qualidade e uso mais eficiente dos mesmos.
- Adoção de modelos urbanísticos e edificados promotores da acessibilidade para todos (idosos, pessoas com diversidade funcional, crianças).
- Envolvimento ativo das comunidades na organização dos sistemas.



### 2.1.5.2. Resultados esperados

- Aumento do número e tipo de serviços públicos disponíveis em plataformas digitais de acesso público nas cidades do Eixo.
- Melhoria da qualidade dos serviços coletivos, medidos através de indicadores como o nível de satisfação dos utilizadores, o aumento do número de pessoas atendidas e a diminuição de tempos de espera.
- Diminuição do número de deslocações (pessoas x quilómetro) para aceder a serviços de proximidade, com os respetivos benefícios ambientais.
- Criação de áreas urbanas funcionais transfronteiriças para a prestação de serviços coletivos (áreas urbanas funcionais sociais).

### 2.1.5.3. Atores envolvidos

#### **O Eixo:**

- Coordenar a definição e identificação de áreas funcionais transfronteiriças para a prestação de serviços coletivos.
- Servir de foro permanente de boas práticas.
- Contribuir para o debate do knowhow existente.

#### **As administrações locais:**

- Criar redes de prestação de serviços públicos através de estruturas móveis-ambulantes à escala urbana.
- Adaptar os sistemas de transporte público urbano às pessoas com mobilidade reduzida.
- Promover o acesso a serviços à distância através do Eixo Atlântico Digital.
- Eliminar todas as barreiras arquitetónicas para a mobilidade e o acesso aos serviços públicos.
- Dotar os espaços urbanos de equipamentos e estruturas suficientes.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

- Criar redes de prestação de serviços públicos através de estruturas móveis-ambulantes à escala interurbana e regional.
- Criar áreas funcionais transfronteiriças para prestação de serviços coletivos.
- Promover o acesso a serviços à distância através do Eixo Atlântico Digital.

**A UE:**

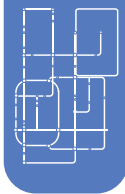
- Prestar apoio financeiro, via fundos estruturais e BEI.

**A sociedade civil:**

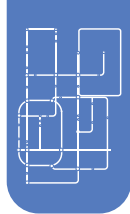
- Participar no delineamento e implementação dos novos modelos de acessibilidade aos serviços públicos, partilhando a responsabilidade dos resultados.

## MATRIZ DE RELAÇÕES ENTRE OS VETORES DO EIXO NOVO TERRITÓRIO E OS OBJETIVOS TRANSVERSAIS DA AGENDA URBANA EUROPEIA

ÂMBITO	SUSTENTABILIDADE	CRESCIMENTO	INCLUSÃO
<b>1: A coesão territorial interna na Euro-região.</b>	Melhor relação rural-urbano, melhorando índices de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida em todos os territórios. Criação de fatores de solidariedade institucional e social.	Efeitos de escala acrescentados na produção e consumo, com valorização global dos recursos e potencialidades.	Novas oportunidades de valorização para as povoações rurais. Melhor acesso de todos os sectores territoriais a serviços coletivos. Diminuição de disparidades internas.
<b>2: Áreas funcionais: la matriz de ordenación del nuevo territorio.</b>	Definição de sistemas ecológicos contínuos e com gestão integrada.	Otimização de sistemas produtivos e logísticos. Áreas funcionais urbanas, incluindo nichos de emprego e de fluxos.	Criação de áreas funcionais de tipo “social” para o acesso a serviços coletivos.
<b>3: Um planeamento urbano para cidades atrativas, sustentáveis e integradoras.</b>	Planeamento de cidades eco eficientes, menos consumidoras, com minimização da pegada ambiental e valorização de recursos renováveis.	Criação de cidades inteligentes e competitivas numa economia de baixo carbono. Desenvolvimento de serviços avançados nos âmbitos das tecnologias e de profissões relacionadas com o planeamento.	Cidades acessíveis, regeneradas, integradoras e que valorizem as relações no seio da comunidade.
<b>4: Movilidad urbana interna y conectividad externa.</b>	Desenvolvimento de alternativas de transporte mais ecológicas a todas as escalas territoriais. Incremento do uso de telecomunicações e Internet, diminuindo as deslocações de pessoas e tornando mais eficiente o transporte de mercadorias.	Criação de condições mais atrativas ao investimento, diminuição de custos de contexto para empresas mais competitivas no mundo global. Desenvolvimento do sector do turismo.	Mais empregos.
<b>5: Novos modelos para o acesso aos serviços urbanos.</b>	Diminuição de custos na prestação de serviços públicos, especialmente associados à manutenção de equipamentos e à mobilidade dos cidadãos.	Desenvolvimento de um sector de economia social.	Serviços públicos acessíveis para todos.







## 2.2. A CIDADE COMPETITIVA: CRESCIMENTO E EMPREGO

A cidade competitiva é um todo complexo dependente da interação e dos impactos entre as suas componentes social, ambiental e económica. Ser competitiva é possuir um conjunto de fatores que a torne atrativa, a distinga dos restantes territórios e a posicione em função do elevado nível de qualidade de vida e bem-estar que proporciona aos seus cidadãos.

A competitividade da cidade moderna pressupõe a existência de um adequado ambiente social, económico e político que ofereça recursos humanos qualificados, infraestruturas (logísticas e telemáticas) corretamente dimensionadas, segurança, condições ambientais e urbanas favoráveis e, como é óbvio, uma coletividade coesa, ativa e participativa. O posicionamento estratégico deve assentar em dois objetivos complementares: gerar atração para o território e gerar sentimento de orgulho e de pertença no território.

Se, por um lado, as propostas de intervenção em cada um dos âmbitos da competitividade não implicam necessariamente uma ação individual (de cada cidade) podendo constituir uma intervenção sobre um determinado território (cidade, município ou, até, um conjunto de cidades), por outro, considera-se que a existência de polos ou cidades/territórios competitivos é um fator de competitividade do próprio sistema urbano e elemento dinamizador dos territórios menos competitivos.

Sem dúvida, a competitividade da economia local não se deve a componentes únicos, mas sim à soma dos diferentes âmbitos tangíveis e intangíveis de um território; é um ecossistema económico de valor aquilo que oferece um conjunto de elementos diferenciadores tanto de âmbito económico, social, político como cultural. Por isso, há que entender a política económica, como uma ação sistémica nos principais elementos do território que somados geram valor e competitividade.

Neste sentido, a competitividade numa cidade tem a ver com muitos campos e aspetos, mas na opinião de Samuele Furfari, um deles é a estratégia energética e o papel que as cidades têm como solicitadores e como atores das políticas energéticas. As cidades são essenciais com a sua capacidade de inovação e de transformação, especialmente em temas de transporte, e também relativamente ao isolamento de edifícios públicos, à economia circular, à gestão de resíduos, etc. Todos são vetores de enorme consumo de energia.

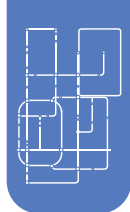
Se bem que estes aspetos energéticos têm uma importante componente económica, não é menor a componente ambiental, com enorme influência na emissão de CO<sub>2</sub> e de gases de efeito de estufa. Esta dupla vertente conduziu a opiniões que apontam para transformações das políticas energéticas em duas velocidades diferentes: enquanto os mais ecologistas e ambientalistas apontam para uma transformação mais rápida para as energias renováveis e mais limpas, as visões mais pragmáticas em relação aos custos económicos defendem uma fase prévia com o desenvolvimento do gás natural especialmente no âmbito do transporte. Em qualquer caso, o que ambas as linhas apontam é o enorme papel que as cidades têm nesta transformação energética já em funcionamento, apostando pela inovação para transformar o sistema energético vigente na Europa.

A própria Comissão Europeia apostou na união da energia como uma das suas prioridades centrais, sob a presidência Juncker, associando à transição energética que promove a reinvenção da nossa economia e suas fontes de crescimento, emprego e bem-estar. E sustenta que a luta contra as alterações ambientais globais é muito interessante do ponto de vista empresarial porque pode abrir novas oportunidades comerciais para a Europa e para as suas cidades e mais empregos ecológicos e sustentáveis, ao vincular as energias renováveis e o transporte com o rápido processo de digitalização, desafiando os modelos empresariais tradicionais.

Por outro lado, como assinala Charles Landry, a digitalização da cidade é já uma realidade de enorme influência e impacto que age sobre a totalidade dos aspetos urbanos, a ideia de cidade inteligente, a aplicação de TICs às atividades e serviços urbanos, a gestão do “big data” urbano, as possibilidades deste enfoque para a “governança colaborativa” são aspetos essenciais para melhorar a qualidade de vida, criar e manter o talento e gerar crescimento e emprego numa nova cidade mais competitiva. Isto vai obrigar-nos a re-delinear o nosso mundo com este enfoque no qual será necessário pôr o “interesse público no centro do cenário”, mas, onde apesar deste crescimento virtual, será mais necessário e importante do que nunca para las pessoas fixar-se aos lugares físicos e levará a uma maior potenciação do local que situe a pessoa no centro de interesse, ao mesmo tempo que reforce a necessidade de dotar as cidades de uma imagem de marca própria.

Neste contexto, o eixo cidade competitiva, reflete sobre as oportunidades de transformar as cidades no espaço nuclear do crescimento inteligente, sustentável e integrador, atuando de forma concertada e estruturada sobre os seguintes vetores:

- Emprego e competências para o emprego na economia local
- Inovação e digitalização
- Energia
- Educação e talento
- Cultura e Territórios Criativos
- Turismo
- Maritimidade
- Economia Rural e dos Produtos Tradicionais
- Marketing Territorial e Urbano



### 2.2.1. EMPREGO E COMPETÊNCIAS PARA O EMPREGO NA ECONOMIA LOCAL

As recomendações da UE em matéria de emprego estão orientadas para que os Estados membros descentralizem a gestão das políticas de emprego para que estas se aproximem e se adequem às necessidades concretas de cada território e à realidade do mercado de trabalho local, com o fim de alcançar uma estratégia de ação comum. É de vital importância criar postos de trabalho no âmbito local porque nele estão os novos viveiros de emprego suscetíveis de gerar novos postos de trabalho que devem ser detetados e aproveitados. Contar com pessoas altamente formadas e capacitadas, com estudos universitários e profissionais, é sem dúvida, um elemento fundamental para a geração de atividade económica, mas por sua vez fundamental para a inserção laboral. As pessoas formadas, reduzem para metade o seu tempo de incorporação ao mercado laboral, e num futuro, o emprego especializado e que requer mais formação e capacidades vai aumentar progressivamente face ao emprego não qualificado.

Sem adiantar o que deve ser fruto da reflexão coletiva sobre o papel das administrações públicas urbanas na criação de emprego, parece pertinente a conveniência de contar com infraestruturas que favoreçam esse objetivo, como podem ser as escolas de empreendedores ou os viveiros de empresas e as estruturas de cooperação público-privada através de consórcios, clusters ou fundações, por exemplo. Ao mesmo tempo, devem ser eliminados os obstáculos administrativos na hora de criar empresas, especialmente quando se trata de favorecer a economia social. Por isso, deve-se promover a colaboração entre associações empresariais e profissionais, iniciativa privada e administração de modo a identificar e colaborar na dotação de pessoal qualificado e preparado para as principais atividades urbanas.

Por outro lado, a educação e a formação permanentes são a base mais sólida para estimular o emprego e a iniciativa empresarial que o gerará. Para serem competitivas as cidades devem ser atrativas para os investidores e criar essas condições é uma tarefa comum.

#### 2.2.1.1. Linhas de intervenção

- Dotação de mecanismos ágeis, em colaboração com os agentes sociais, para detetar novos viveiros de emprego, sem criar nova burocracia e orientando-se para economias locais circulares.
- Melhoria da empregabilidade, em colaboração com os agentes sociais, através de uma formação permanente flexível nas suas estruturas e dinâmica nas suas competências, especialmente dirigida aos jovens, aos desempregados de longa duração e aos sectores em risco de exclusão social.
- Incentivo do espírito empresarial e do empreendedorismo, com especial atenção ao sistema educativo e à sociedade civil.

- Eliminação ou redução muito significativa da tramitação administrativa necessária para a criação e gestão diária de empresas, generalizando a e-administração neste terreno.
- Promoção do diálogo com associações empresariais, profissionais e de trabalhadores, e o intercâmbio de conhecimento para promover iniciativas de melhoria do emprego, promoção de projetos e melhoria de capacidades.

#### 2.2.1.2. Resultados esperados

- A otimização de todos os recursos endógenos capazes de gerar nichos de emprego local sustentável.
- O aumento do número de empresas locais, com especial interesse nas nascidas da inovação social.
- O aumento das taxas de ocupação da população ativa, sobretudo jovens, mulheres e sectores em risco de exclusão social.
- A dotação de cursos de formação permanente flexíveis e dinâmicos no âmbito local que respondam aos nichos de emprego existentes.

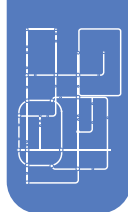
#### 2.2.1.3. Atores envolvidos

##### **O Eixo:**

- Coordenar processos colaborativos entre os agentes sociais e as administrações locais para melhorar a empregabilidade e aproveitar ao máximo os viveiros de emprego, a nível euro-regional.
- Servir de foro de intercâmbio de boas práticas.
- Contribuir para o debate do knowhow existente.

##### **As administrações locais:**

- Facilitar a criação de empresas, a sua gestão e a sua sustentabilidade, no âmbito local.
- Estimular o espírito empresarial, o empreendedorismo e a inovação social no âmbito local.
- Promover o diálogo social e a colaboração entre os agentes sociais no âmbito local.
- Atender à formação permanente adaptada às necessidades locais, em colaboração com os agentes sociais e a sociedade civil.



#### **As administrações regionais e nacionais:**

- Facilitar a criação de empresas, a sua gestão e a sua sustentabilidade, no âmbito das suas competências.
- Descentralizar as políticas de emprego até alcançar o âmbito local.
- Descentralizar a gestão da formação permanente até alcançar o âmbito local.
- Estimular o espírito empresarial, o empreendedorismo e a inovação social no âmbito das suas competências.

#### **A UE:**

- Promover o espírito empresarial, o empreendedorismo e a inovação social no âmbito das suas competências.
- Prestar apoio financeiro através do Fundo Social Europeu e da Iniciativa de Emprego Juvenil.

#### **A sociedade civil:**

- Participar ativamente na deteção de viveiros de emprego local.
- Participar ativamente na implementação de formação permanente adaptada às necessidades locais.
- Propiciar o diálogo e a colaboração no delineamento das políticas de emprego e empreendedorismo.
- Estimular o espírito empresarial, o empreendedorismo e a inovação social.

### **2.2.2. INOVAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO**

A cidade deve, no seu conjunto, constituir um ecossistema de inovação, ou seja, um ambiente propício ao desenvolvimento da inovação onde os diferentes agentes interagem na procura das melhores estratégias de desenvolvimento do território. Um espaço que fomenta a co-gestão da cidade pela quádrupla hélice (a administração pública, o sector privado, a academia e a cidadania) dirigida para o utilizador final – para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos. É fundamental, no contexto da quádrupla hélice, a promoção da inovação aberta (inovação resultante da disponibilidade e intercâmbio de conhecimentos permitindo o seu aprofundamento por entidades ou indivíduos diferentes dos que os geraram inicialmente e aplicados a sectores para os quais não foram desenvolvidos) e da inovação cruzada (transferência de inovação de um sector para outro – ainda que não tenham nenhuma relação direta entre si - e geração de ideias transferíveis entre sectores). Ambos os conceitos – inovação aberta e inovação cruzada - reforçam e consolidam o sistema urbano no seu conjunto já que permitem partilhar a inovação entre as cidades que o compõem, fazendo, uma vez mais, com que a competitividade de uma cidade seja alavanca da competitividade das restantes.

Dada a natureza do Eixo Atlântico como associação transfronteiriça de cidades, aos conceitos de inovação aberta e cruzada junta-se o conceito de inovação colaborativa (entendida como a inovação em processos, metodologias, produtos e serviços realizada conjuntamente pelas cidades do sistema urbano e pelos sectores público

e privado). Deve ser baseada na especialização inteligente definida regionalmente, ou seja, não só nas vantagens competitivas individuais de cada cidade mas também na sua aplicação ao conjunto do território permitindo, por exemplo, o seu desenvolvimento na definição de novas centralidades e de novas fórmulas para as explorar.

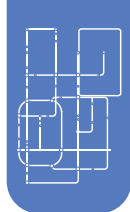
Dentre os diversos contextos de aplicação da inovação nas cidades, é essencial para a competitividade das mesmas a inovação social (inovação nas estratégias, conceitos e organizações promotoras da inclusão social e do bem-estar coletivo) com o objetivo de permitir a afirmação da coletividade como agente ativo na construção da cidade. A inovação social é a definição coletiva de soluções para os problemas da comunidade e deve buscar, em primeira instância, a mobilização em redor da qualificação e valorização do papel das cidades porque a cidade é o primeiro (e principal) degrau de resposta às necessidades sociais.

A digitalização é um processo irreversível que se está a intensificar no âmbito produtivo e económico que por sua vez afeta as administrações e o conjunto da sociedade. Adaptar-se à economia digital e à digitalização da produção é um elemento fundamental, além duma oportunidade para a economia urbana na provisão de serviços avançados, entre os quais se incluem os serviços tecnológicos. Por isso, são as cidades que devem incorporar processos como a economia em cloud, a reutilização de dados abertos (open data) para a criação de novas oportunidades e a exploração massiva de dados Bigdata para a criação de conhecimento e valor.

Por isso, a “hibridação” e o “empreendedorismo disruptivo” vão abrir novas possibilidades económicas, sendo um processo acrescentado à inovação, ao presumir a criação de novos produtos, serviços e linhas de negócio, não através do conhecimento existente e da experiência, mas antecipando novas procuras que se vão produzir no futuro, atendendo às novas condições sociais e possibilidades tecnológicas da população.

#### 2.2.2.1. Linhas de intervenção

- Conversão das cidades em ecossistemas de inovação (aberta, cruzada e colaborativa) centrados nos cidadãos e no desenvolvimento das vantagens competitivas do território.
- Aposta em processos de inovação que abrangem todos os vetores: social, económico, cultural, ambiental e administrativo.
- Incentivo da inovação tecnológica mas também da inovação organizativa, emocional e criativa que transforme as cidades em organismos cognitivos e inteligentes que oferecem soluções urbanas lúcidas.
- Impulsão da inovação que gera competitividade ao dotar as cidades com elementos diferenciadores e únicos, a partir do património endógeno.
- Ênfase na inovação relacionada com a economia circular, começando com o delineamento ecológico na fase de produção; impulsionando o triplo R de reutilização, refabrico e reparação; aumentando as matérias-primas secundárias com a conversão de resíduos em recursos; estimulando a bio economia.
- Criação de condições favoráveis à inovação social como eixo estruturador das cidades.



- Promoção de agendas digitais urbanas que impulsionem a incorporação das tecnologias da informação quer no âmbito da economia urbana, quer na própria administração e sociedade.
- Incentivo do conceito de City Lab colocando o espaço urbano como espaço de desenvolvimento de experiências pioneiras e inovadoras.

#### 2.2.2.2. Resultados esperados

- Aumento da resiliência das cidades capazes de responder em tempo real à evolução das necessidades da sua coletividade.
- Estabelecimento de novos modelos e métodos de intervenção da cidade e sobre a cidade, mais eficientes em termos de gestão e de consumo dos recursos disponíveis.
- Resposta mais rápida e eficaz às oportunidades detetadas (especialmente, as relativas à atração de investimentos, à promoção do emprego e à internacionalização).
- Reforço da imagem, da marca e da notoriedade da cidade como cidade inovadora e facilitadora da inovação, como cidade indutora de inovação e acolhedora de novos talentos.
- Valorização do património endógeno e otimização das vantagens competitivas da cidade graças à melhoria, modernização e adequação dos produtos e serviços que têm a sua origem nelas.
- Avanço significativo da economia circular como fator de competitividade, empregabilidade e proteção meio-ambiental.
- Continuidade e consolidação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos pelas cidades do Eixo Atlântico no âmbito da Agenda Digital Local e das Smart Cities.

#### 2.2.2.3. Atores envolvidos

##### **O Eixo:**

- Consolidar as suas iniciativas em matéria de Agenda Digital Local e Smart Cities.
- Servir de foro de intercâmbio de boas práticas.

##### **As administrações locais:**

- Criar ecossistemas de inovação no âmbito local.
- Estimular a inovação em todos os vetores, com especial interesse na inovação social e na economia circular.
- Reforçar a sua imagem de marca com processos de inovação incardinados com a mesma.

**As administrações regionais e nacionais:**

- Facilitar a criação de ecossistemas de inovação nas cidades.
- Incentivar a participação dos centros públicos de investigação superior em processos de inovação incardinados com as estratégias de especialização inteligente.
- Incentivar o desenvolvimento da inovação com apoios seletivos positivos.

**A UE:**

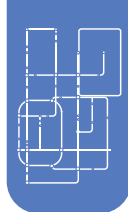
- Promover o espírito de inovação.
- Prestar apoio financeiro através de programas de Horizon 2020 que primem por projetos de inovação interativa entre os centros superiores de investigação e a sociedade civil.
- Apoiar projetos em economia circular através do Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos.

**A sociedade civil:**

- Procurar que as cidades sejam ecossistemas de inovação em todos os aspetos.
- Participar ativamente nos processos de inovação orientados para o aumento da competitividade, da sustentabilidade e da qualidade de vida das cidades e dos espaços rurais.

**2.2.3. ENERGIA**

A competitividade das cidades e, muito especialmente, das suas empresas tem nos custos energéticos um dos seus elementos centrais. Numa tripla vertente: garantir o seu fornecimento, alcançar preços acessíveis e garantir a proteção do meio ambiente. Sem dúvida, a melhoria da eficiência no uso da energia, em todos os elos da cadeia, constitui um fator fundamental para conseguir cumprir com os três desafios mencionados, utilizando menos energia para um nível equivalente de atividade económica ou serviço. O desperdício de energia não é uma opção. Quer por razões de segurança e garantia no fornecimento quer de desenvolvimento sustentável é preciso ir deixando para trás uma economia impulsionada por combustíveis fósseis. A Euro-região não tem jazidas de combustíveis fósseis nem, por razões edafológicas, tem possibilidades de os ter no futuro, mas pode ser um bom laboratório para o ensaio de um mercado único da energia, sem barreiras nacionais. Neste caso, a transição energética para energias limpas não é uma opção, é uma necessidade para a qual temos que preparar o nosso sistema produtivo a médio e longo prazo. No conjunto da UE, 75% do parque de habitacional é ineficiente e 94% do transporte depende de combustíveis derivados do petróleo. Esta é uma realidade que devemos transformar mas que não podemos obviar. No outro lado da balança, a UE possui 40% de todas as patentes de tecnologias renováveis. Esta é uma liderança que não devemos perder.



### 2.2.3.1. Linhas de intervenção

- Diversificação das fontes de energia, aproveitando a maritimidade para o GPL e impulsionando as energias renováveis para garantir o fornecimento e preços acessíveis.
- Impulsão à criação de um verdadeiro mercado euro-regional da energia, no quadro do mercado ibérico de eletricidade (MIBEL) e na linha da União da Energia da UE.
- Investimentos na produção, redes e eficiência energética no quadro da transição para um sistema mais seguro e sustentável.
- Aposta na cogeração de alta eficiência e nas TIC relacionadas com a energia nas grandes infraestruturas públicas: hospitais, campus universitários, portos, etc.
- Atenção especial aos sectores com um enorme potencial de eficiência energética, em particular os sectores da construção, com um parque de edifícios energeticamente neutros, e dos transportes, descarbonizando-os.
- Aposta decidida pela descarbonização da economia e pelas energias renováveis autóctones, com uma especial atenção à biomassa pelo valor de criação de emprego e manutenção de zonas rurais.
- Enfoque prospetivo da captura e armazenamento de carbono (CAC) e da captura e utilização de carbono (CUC) para os sectores energético e industrial.
- Impulsão à inovação tecnológica capaz de reduzir, significativamente, a fatura da eletricidade para as administrações, as empresas e os lares.

### 2.2.3.2. Resultados esperados

- Estratégia a 10-15 anos para a transição energética na Euro-região e para a criação de um mercado energético euro-regional, baseada num estudo sobre as possibilidades de evolução para uma economia mais descarbonizada, a produção de energia mais limpa de CO<sub>2</sub> e os mecanismos e ritmos necessários para alcançar um mercado energético euro-regional.
- Interconexão de eletricidade que se aproxime a 10% da capacidade de produção elétrica de ambos os lados da fronteira para 2030.
- Avanço na criação de um mercado euro-regional da energia, incluindo a liberdade de procura dos consumidores de ambos os lados da fronteira.
- Criação de um centro operativo regional no quadro das Redes Europeias de Gestores de Redes de Transporte de Eletricidade e Gás (REGRT-E/G).
- Redução do custo de integrar a eletricidade renovável no mercado interior da energia e do seu armazenamento.
- Consecução de uma poupança energética que se aproxime dos 20% para 2030, mantendo e incrementando a atividade económica e de serviços.
- Aumento do uso e produção de energias renováveis autóctones.

### 2.2.3.3. Atores envolvidos

#### **O Eixo:**

- Promover a função de exemplo dos edifícios das administrações públicas locais em matéria de eficiência energética.
- Atuar como lobby na consecução do mercado euro-regional da energia.

#### **As administrações locais:**

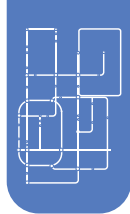
- Investir em eficiência energética e impulsionar a produção de energias renováveis e a micro-co-geração.
- Exercer a função de exemplo nos seus edifícios.
- Propor-se a que as novas edificações sejam energeticamente neutras.
- Colaborar na garantia do fornecimento de energia, a preços acessíveis, às empresas e à cidadania no seu conjunto.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

- Elaborar uma estratégia a 10-15 anos para a transição energética na Euro-região e para a criação de um mercado energético euro-regional.
- Facilitar e impulsionar a criação de um mercado euro-regional da energia, no quadro do MIBEL e na linha da União da Energia da UE.
- Ajudar as empresas a investir nas curvas de aprendizagem das tecnologias sustentáveis imaturas.
- Garantir o fornecimento de energia, a preços acessíveis, às empresas e à cidadania no seu conjunto.
- Promover a descarbonização da economia e a geração e uso crescentes de energias renováveis.
- Incentivar as cidades mais eficientes no uso da energia e que mais contribuam para a descarbonização da economia.
- Impulsionar a I+D+i enfocada para a transição energética.

#### **A UE:**

- Desenvolver a União da Energia.
- Continuar a apostar no Plano Estratégico Europeu de Tecnologia Energética.
- Cofinanciar infraestruturas necessárias para a transição energética através de «Conectar Europeia» e fundos estruturais.



### **A sociedade civil:**

- Contribuir para a eficiência e a poupança energéticas.
- Promover a implementação de auditorias energéticas nas empresas, adaptadas à realidade das PMES.
- Reivindicar a flexibilização da oferta e da procura no mercado energético, para além dos atuais mercados nacionais, nas zonas transfronteiriças.

## **2.2.4. EDUCAÇÃO E TALENTO**

- Os níveis de educação, conhecimento e geração de talento são elementos fundamentais para o desenvolvimento económico, especialmente no âmbito urbano onde os serviços avançados são um elemento essencial da economia local. A educação básica é um componente essencial do ciclo educativo, mas sem dúvida, a disposição de um ecossistema de educação terciária com a universidade e a formação profissional dota as cidades e o espaço urbano das componentes necessárias para munir-se de recursos humanos avançados e dispor de um sistema de ciência e tecnologia que gere valor à empresa e ao tecido económico.

Neste sentido, a inovação requer uma sociedade do conhecimento baseada em sistemas educativos de excelência, e nos quais são fundamentais os “sistemas de ciência e tecnologia” baseados nas universidades locais promovendo a investigação e o apoio a projetos partilhados com as empresas e os sectores económicos do entorno. Cada vez mais, a formação vai ser uma atividade e uma necessidade constante na vida profissional das pessoas para se poder adaptar aos novos requisitos e técnicas da empresa. Por isso, as cidades devem dotar-se de centros educativos que ofereçam estes serviços e gerem valor e formação às pessoas. Por conseguinte, os serviços educativos são o elemento indispensável de geração de talento e, cada vez mais, são capturadores e retentores de talento. Universidades, centros de formação profissional, e escolas são um componente essencial do ecossistema económico das cidades e do território, e é fundamental propiciar o intercâmbio e a colaboração formação-administração empresa.

### **2.2.4.1. Linhas de intervenção**

- Incentivo da colaboração da universidade com os governos locais na geração de conhecimento e valor nos processos de desenvolvimento urbano.
- Promoção de novos programas de formação e capacitação nas universidades e centros educativos das cidades que favoreçam a empregabilidade.
- Promoção da transferência de conhecimento da universidade para a empresa, desenvolvendo projetos de ciência e tecnologia partilhados.
- Promoção da imagem de cidades universitárias e do conhecimento como elemento de captação de talento e investimentos.
- Aumento da capacidade das cidades para atrair e fixar talentos.

#### 2.2.4.2. Resultados esperados

- Transformação das cidades em ambientes de alta qualidade universitária, constituindo-se em campus urbanos que gerem um ecossistema de conhecimento e talento que contribua para a competitividade das empresas e da economia do território.
- Aumento da capacidade dos recursos e do nível de competitividade das empresas do território.
- Desenvolvimento de projetos de colaboração e transferência do conhecimento entre as empresas e as universidades do território.

#### 2.2.4.3. Atores envolvidos

##### **O Eixo:**

- Promover projetos e iniciativas de participação da universidade em projetos de melhoria urbana e do mundo da empresa.
- Incorporar a universidade nos processos de geração de conhecimento de políticas urbanas do próprio Eixo.

##### **As administrações locais:**

- Gerar novos fatores de atração para a cidade de universidades e centros de formação avançados.
- Promover âmbitos de colaboração entre a empresa e a universidade.
- Promover a imagem de entornos universitários urbanos e de formação.

##### **As administrações regionais e nacionais:**

- Definir uma política de educação e universidade, e promover âmbitos de colaboração com a empresa e transferência de conhecimento.
- Promover iniciativas de retenção e recuperação de talento.
- Incentivar o desenvolvimento da criatividade com estímulos seletivos positivos.

##### **A UE:**

- Promover a incorporação da universidade no desenvolvimento de projetos de carácter europeu.
- Promover a colaboração universitária europeia.



### **A sociedade civil:**

- Contribuir para que a cidade seja atrativa para o talento e a vida universitária.
- Incentivar a formação e o conhecimento no mundo da empresa, e apostar por unos recursos avançados.
- Melhorar a formação e a capacidade como sociedade contribuindo para a geração de valor para a economia e a empresa.

## **2.2.5. CULTURA E TERRITÓRIOS CRIATIVOS**

Este espaço corresponde à dimensão intangível da cidade e é consequência da emergência de uma nova economia baseada no conhecimento e na criatividade. A criatividade é um fator chave de e para a inovação e para o correto desenvolvimento da especialização inteligente.

Através da criatividade e das indústrias culturais é possível reforçar o sentimento de pertença, melhorar a imagem e fortalecer a identidade da cidade mediante o estabelecimento de uma nova visão dos valores próprios e dos produtos tradicionais e endógenos do território. Nas cidades criativas emergem produtores culturais e criativos cuja atividade se centra na promoção da qualidade de vida urbana, gerando oportunidades sociais e desenvolvendo novos estilos de vida sem perder as referências físicas e simbólicas da sua memória histórica.

Por definição, os territórios criativos são ambientes de inovação aberta e de valorização do património cultural local. A criação é uma forma de valorizar os atributos identitários e tem a sua origem no conhecimento já existente. Estes territórios são também ambientes de incentivo à inovação cruzada onde as indústrias culturais e criativas apoiam os restantes sectores económicos e sociais na definição de soluções mais eficientes para a competitividade e diferenciação de metodologias, processos, produtos e serviços. Assim, a competitividade das cidades criativas reside precisamente na sua capacidade para potenciar a unicidade (o valor diferencial) do seu capital territorial: o património natural, cultural e simbólico e a qualidade de vida que oferece. O modelo de governação é essencial no desenvolvimento das cidades culturais e criativas, sendo imprescindível que as autoridades locais assumam a responsabilidade de potenciar a criatividade em todas as suas atuações, de favorecer a diversidade cultural e a interação entre os criadores e os criativos.

### **2.2.5.1. Linhas de intervenção**

- Aumento da capacidade das cidades para atrair e fixar talentos.
- Definição de polos de inovação e criatividade para o sistema urbano que incentivem a interação com o restante território tornando-os participantes dos processos criativos desenvolvidos.
- Estratégias baseadas nos valores e saberes locais, tradicionais e identitários que dinamizem a cidade mediante a atribuição de novos usos às infraestruturas já existentes ou aos espaços degradados que serão valorizados através da sua intervenção.

- Enfoque das indústrias culturais e criativas, não só como valores intangíveis capazes de gerar atrativos para o território mas também como atividade socioeconómica que, em si mesma, se constitui em aceleradora do crescimento e geradora de emprego.
- Aposta pela criatividade a médio e longo prazo através da continuidade e coerência das políticas públicas culturais e da educação para a cultura e a criatividade.

#### 2.2.5.2. Resultados esperados

- A identificação e aproveitamento de novas oportunidades e alternativas de desenvolvimento das cidades do Eixo Atlântico e do seu sistema urbano com base nos elementos culturais e referenciais simbólicos territoriais, apresentados de forma diferente graças à introdução de processos criativos e inovadores.
- Uma maior integração dos diferentes setores de especialização inteligente para dar uma resposta concertada às necessidades da cidade.
- A consolidação dos valores identitários do território e a sua valorização através da sua atualização e modernização, tornando-os mais facilmente assimiláveis pelas novas gerações.
- Geração de novos fatores de atração para a cidade, em especial para o talento, através de um posicionamento diferenciador no qual a cultura e a criatividade sejam assumidas como valores fundamentais de bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos.
- A capacitação da cidade para novos processos de internacionalização apoiados nas mais-valias geradas pela integração das indústrias culturais e criativas nos restantes setores económicos e apoiados, também, na universalidade da cultura e da criatividade como linguagem de comunicação dos valores distintivos da cidade.

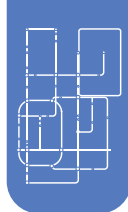
#### 2.2.5.3. Atores envolvidos

##### **O Eixo:**

- Coordenar a identificação e aproveitamento de novas oportunidades e alternativas de desenvolvimento endógeno do seu sistema urbano.
- Servir de foro de intercâmbio de boas práticas.

##### **As administrações locais:**

- Gerar novos fatores de atração para a cidade no âmbito cultural e criativo.
- Despertar o interesse pela defesa dos valores patrimoniais sem desprezo do interesse pelos valores universais que devem ser preservados.
- Consolidar, atualizar e modernizar os valores identitários do seu território.



#### **As administrações regionais e nacionais:**

- Definir polos de inovação e criatividade do sistema urbano, em colaboração com as administrações locais e com a sociedade civil.
- Incentivar o desenvolvimento da criatividade e da interculturalidade através dos currículos escolares na educação obrigatória.
- Incentivar o desenvolvimento da criatividade com apoios seletivos positivos.

#### **A UE:**

- Promover o espírito de criatividade e interculturalidade.
- Prestar apoio financeiro através de Europa Criativa.

#### **A sociedade civil:**

- Contribuir para que a cidade seja atrativa para o talento, a cultura e a criatividade.
- Incentivar a defesa dos valores patrimoniais próprios e, ao mesmo tempo, aproveitar a riqueza da interculturalidade para atualizá-los e transformá-los em fatores de desenvolvimento e criação de emprego sustentável.

### **2.2.6. TURISMO**

As estratégias regionais de especialização inteligente da Galiza e do Norte de Portugal (e consequentemente, a estratégia de especialização inteligente da Euro-região) consideram o turismo como vetor de competitividade regional, vinculando-o à valorização do património endógeno natural, histórico, artístico, cultural e etnográfico. A sua transversalidade é determinada pela sua capacidade para complementar e impulsionar outros setores económicos e a sua importância para a competitividade reside na sua capacidade para promover os valores e produtos identitários das cidades.

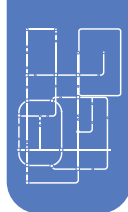
O atrativo turístico reside na capacidade de venda da cidade pelo que é na sua globalidade: recursos, produtos, eventos, infraestruturas, serviços e comunidade local. Reside na identidade da cidade e na avaliação que os turistas fazem da mesma e dos conteúdos que esta lhes pode oferecer. Reside na capacidade de integrar a cadeia de valor da experiência turística oferecida (e os agentes nela envolvidos) e de gerar processos de cooperação sólidos e sustentáveis entre os agentes turísticos (sejam eles públicos ou privados). A cidade deve garantir uma liderança política facilitadora e promotora do turismo (de preferência assente na cogovernança da atividade turística).

É preciso valorizar a capacidade do turismo pelo seu carácter prescritivo, e não só dos atrativos turísticos da cidade, mas também das restantes componentes sociais e económicas desse território, sendo sem dúvida um elemento extraordinário e fundamental para o posicionamento e a geração de uma marca com mais componentes associados que os propriamente turísticos.

Por outro lado, muitas vezes, encontra-se associada ao turismo da cidade uma marca, uma imagem e uma estratégia de comunicação, pelo que é importante conciliar as atuações da área “marketing territorial” com estas intervenções de posicionamento do turismo para evitar a existência de duplicações ou, até, a difusão de mensagens contraditórias. Na área da comunicação, são de especial relevância as estratégias de promoção e marketing online que estão vinculadas à diferenciação e posicionamento assumidos pela cidade, a sua capacidade de internacionalização e, também, a sua capacidade de gerar novos negócios. A competitividade associada ao desenvolvimento da atividade turística descansa noutros dois pilares fundamentais: o acompanhamento permanente das tendências (ou seja, da evolução da indústria, do perfil do turista e da concorrência) e a produção e tratamento de smart information (fundamental na definição de modelos, na gestão do destino, para a internacionalização e para a correta comunicação da mensagem, imagem e marca da cidade).

#### 2.2.6.1. Linhas de intervenção

- Promoção da capilaridade turística do território de forma que os polos atuais de desenvolvimento turístico (Santiago de Compostela e Porto) e novos polos de atracção (termalismo, património natural, cultural e marítimo) progridam tanto na sua preservação e não massificação como a favor da coesão e redução das assimetrias regionais.
- Incentivo da competitividade turística do sistema urbano do Eixo Atlântico baseado nos recursos e produtos turísticos partilhados e/ou cujo potencial é aumentado pela via da cooperação transfronteiriça e pela complementaridade de atuações e associações.
- Articulação entre as estratégias de desenvolvimento turístico das cidades do Eixo para dar prioridade a ações que visem a melhoria da competitividade turística de um conjunto de cidades.
- Conceção do turismo como uma política transversal a todas as áreas de intervenção municipal.
- Delineação das ações a desenvolver sob a ótica da “experiência turística” assumindo que a cidade é o cenário que estimula o consumo do produto turístico (uma experiência sensorial, individualizada e única tanto mais valiosa quanto mais inesquecível e quanto mais participada pelo turista).
- Abrir oportunidades económicas e empresariais ao território, para além da própria atividade turística, posicionando as capacidades económicas e empresariais da economia local e o acesso aos produtos e serviços do território.
- Equilíbrio entre o viver cotidiano dos residentes e a fruição vital dos turistas.
- Consolidação dos valores identitários e diferenciadores do território para potenciar as oportunidades que esses valores podem trazer à atividade turística.



### 2.2.6.2. Resultados esperados

- A identificação e seleção de modelos de estruturação do sistema urbano do Eixo Atlântico como destino turístico único que responde em termos de identidade, marca e imagem à mensagem “Dois países - um destino”.
- O aumento da permeabilidade turística do território mediante a potenciação da capitalidade das cidades impulsionadoras (Porto e Santiago de Compostela) a favor das cidades de menor dimensão e do sistema urbano no seu conjunto.
- O aumento da capacidade de internacionalização da cidade em função de um correto posicionamento no contexto global e da respetiva projeção e reconhecimento externos.
- A melhoria da coordenação dos agentes turísticos locais a favor da oferta de experiências turísticas integrais e de alto valor acrescentado.
- A utilização da *smart information* e das tecnologias a favor da adequação dos produtos turísticos locais às expectativas dos turistas e da diferenciação da cidade/destino no contexto global.
- A definição de estratégias e modelos de competitividade turística baseadas nas infraestruturas existentes, nos saberes e produtos locais e noutros fatores singulares que diferenciem a cidade sem que esta perca a sua identidade própria.
- Uma maior inclusão da comunidade local no fenómeno turístico, especialmente na construção da componente emocional da experiência turística.

### 2.2.6.3. Atores envolvidos

#### **O Eixo:**

- Coordenar a articulação das estratégias de desenvolvimento turístico das cidades do sistema urbano.
- Coordenar o inventivo da competitividade turísticas do sistema urbano.

#### **As administrações locais:**

- Conceber o turismo como uma política transversal a todas as áreas de intervenção municipal.
- Delinear políticas que tomem compatíveis os interesses e desejos dos residentes com os dos visitantes das cidades.
- Impulsionar a *smart information*, aplicada ao turismo, à escala local.
- Incentivar a inclusão participativa da comunidade local na componente emocional da experiência turística.
- Definir estratégias locais integradas de desenvolvimento turístico, com alto valor acrescentado e ampla participação.

**As administrações regionais e nacionais:**

- Coordenar e potenciar a estratégia “Dois países - um destino”.
- Incentivar a capitalidade das cidades impulsionadoras e a capilaridade do desenvolvimento turístico em benefício do conjunto do território.
- Impulsionar a *smart information* nas suas áreas de atuação.

**A UE:**

- Promover a cooperação transfronteiriça em matéria turística.
- Favorecer a internacionalização da experiência turística europeia.

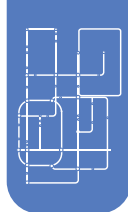
**A sociedade civil:**

- Participar ativamente no delinear das estratégias locais de desenvolvimento turístico.
- Participar ativamente na componente emocional da experiência turística.

**2.2.7. MARITIMIDADE**

A dimensão marítima do sistema urbano deve ser avaliada no seu conjunto e não só no que respeita à faixa litoral. Quer dizer, o mar deve contribuir para a coesão territorial e para mitigar a brecha litoral-interior proporcionando um retorno efetivo à geoestratégia da centralidade do Atlântico. Desta forma, poder-se-á potenciar a conectividade entre cidades atualmente existente favorecendo, simultaneamente, o surgimento de novas oportunidades e negócios.

Na opinião de João Aguiar Machado, DG MARE da Comissão Europeia, o conceito de economia azul “Blue growth” está hoje associado ao mar e ao seu hinterland e a UE considera-o como um dos seus setores prioritários, elaborando uma estratégia concreta com a sua ampla gama de oportunidades: a energia azul; a aqüicultura; o turismo marítimo, litoral e de cruzeiros; os recursos minerais marinhos e a biotecnologia azul. Todos estes setores podem constituir elementos de afirmação e competitividade das cidades litorais do sistema urbano sendo fundamental que a estratégia de competitividade definida para cada uma delas favoreça a complementaridade de ações e atividades em benefício do conjunto do sistema. As atividades tradicionais devem ser perfeitamente compatíveis com as atividades de ponta, em termos tecnológicos, sendo aqueles campos preferenciais para a inovação e criatividade destas. Este desenvolvimento, na opinião de Aguiar, deve estender-se para o interior a partir dos polos litorais e permitiria, no caso Atlântico, a conectividade do sistema urbano com importantes cidades do outro lado do oceano na América. Não obstante, o sucesso e aproveitamento da economia azul descansa também no sucesso em manter os ecossistemas marinhos livres de contaminação derivada das atividades humanas.



A competitividade baseada no mar está, além do mais, vinculada, por um lado à investigação e à inovação, ou seja, à produção de conhecimento capaz de transformar em vantagens competitivas as diferentes valências de exploração dos recursos marinhos e, por outro, ao reforço de competências das cidades para essa exploração, tanto a nível dos recursos humanos como da própria governação e, até, da transferência de conhecimentos da academia face aos restantes componentes do sistema de inovação. Por outro lado, são, provavelmente, as áreas emergentes as mais propícias à colaboração da academia com a administração pública e com o setor privado no contexto da criatividade e da inovação.

#### 2.2.7.1. Linhas de intervenção

- Delineação de um cluster do mar do sistema urbano baseado na complementaridade entre ações e infraestruturas já existentes e em partilhar o conhecimento gerado pelos centros de investigação e espaços de interpretação do mar.
- Implementação de ações que tornem permeáveis à competitividade gerada pela frente atlântica aos territórios do interior.
- Abordagem da economia do mar a partir de todas as suas áreas, dado que, independentemente do seu contributo ao crescimento, todas elas contribuem para a consolidação do mar como elemento diferenciador e identitário do território.
- Promoção de políticas e iniciativas de sustentabilidade e defesa da biodiversidade, compatíveis com a atividade marítima e a conservação do medio marinho, com especial atenção ao pacote da UE em relação à contaminação marinha e aos produtos descartáveis plásticos no contexto da economia circular.

#### 2.2.7.2. Resultados esperados

- A valorização do recurso endógeno mar como valor identitário e diferenciador e, conseqüentemente, como elemento de competitividade das cidades do litoral do sistema urbano do Eixo Atlântico.
- A capacitação das cidades para a identificação e aproveitamento das oportunidades inerentes ao desenvolvimento da economia azul, em especial aquelas que derivam do novo conhecimento, da inovação e da criatividade.
- A proposta de um posicionamento global alternativo ao atualmente existente para as cidades do litoral e para o próprio sistema urbano que não só aumente os seus níveis de competitividade como também a sua capacidade de internacionalização.
- A aplicação, em proximidade, da estratégia da UE para a região atlântica.

- A diminuição das assimetrias regionais atualmente existentes dentro do sistema urbano através da implementação de ações de competitividade que potenciem simultaneamente os valores endógenos dos territórios do interior.
- A garantia de sustentabilidade e conservação da biodiversidade do património marinho do território.

### 2.2.7.3. Atores envolvidos

#### **O Eixo:**

- Constituir-se como o ente de coordenação, diálogo e promoção do compromisso dos diferentes agentes da cadeia de valor do mar promovendo, por um lado o necessário acordo político e, por outro, a indispensável monitorização dos resultados.
- Contribuir para o debate do knowhow existente.

#### **As administrações locais:**

- Valorizar o mar como recurso endógeno gerador de competitividade.
- Colaborar no delinear do cluster do mar do sistema urbano.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

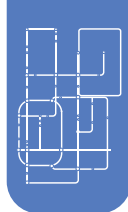
- Delinear o cluster do mar do sistema urbano em colaboração com todos os agentes envolvidos.
- Implementar ações que permitam tornar coesor o território euro-regional aproveitando os recursos e oportunidades da estratégia marítima.
- Trabalhar a economia do mar com perspetiva holística.

#### **A UE:**

- Financiar a conexão da faixa atlântica com as grandes redes transeuropeias de transporte.
- Aprofundar a estratégia marítima do Atlântico, tendo em conta os hinterland litorais e interiores próximos.

#### **A sociedade civil:**

- Participar ativamente no delinear do cluster do mar do sistema urbano.
- Conceber a economia do mar como uma cadeia de valor acrescentado em todas as suas áreas possíveis.



## 2.2.8. ECONOMIA RURAL E DOS PRODUTOS TRADICIONAIS

Os produtos rurais e tradicionais são, normalmente, portadores de um elevado conteúdo simbólico associado a essa mesma ruralidade, à natureza e à etnografia. São, intrinsecamente, fatores diferenciadores e, conseqüentemente, podem ser explorados como fatores de competitividade dos territórios tanto pelo seu caráter identitário como pela experiência emocional que o seu consumo pode representar. A competitividade da economia rural e dos produtos tradicionais descansa, muitas vezes, nos processos de certificação (Denominação de Origem Protegida, Indicação Geográfica Protegida ou Especialidade Tradicional Garantida) que, mesmo quando constituem processos de diferenciação dos produtos, não representam fatores diretos de competitividade das cidades. É necessário enquadrar as suas potencialidades no conjunto da agenda urbana de cada cidade ou território. As vantagens competitivas geradas pelo setor primário (incluindo os bosques) e o seu contributo para a redução das assimetrias e a atracção e fixação de população correspondem à valorização do capital territorial local através da introdução de novas dinâmicas produtivas e de desenvolvimento do produto no qual se incluem, como elementos diferenciadores, os ativos intangíveis vinculados à identidade local. Desta forma, os produtos rurais e tradicionais deixam de ser meras respostas às necessidades de procura para constituir uma experiência de consumo diferenciadora, potenciada por esse contexto intangível que também integra o produto. Assim, os produtos tradicionais e rurais transformam-se em parte da estratégia de competitividade territorial conferindo notoriedade, posicionamento e diferenciação à cidade.

### 2.2.8.1. Linhas de intervenção

- Dinamização dos processos produtivos locais relativos aos produtos rurais e tradicionais, identificando novos produtos agropecuários interessantes para o mercado de consumo de proximidade nas grandes, médias e pequenas cidades, para aumentar os rendimentos da economia rural familiar e os complexos de produção-consumo de proximidade.
- Acesso mais fácil dos produtos tradicionais e rurais aos mercados (desenvolvendo canais de distribuição alternativos, apoiando-se nas estratégias de marketing territorial ou adaptando os processos produtivos ao perfil da procura potencial que os produtos tiverem).
- Preservação do saber fazer tradicional como valor diferenciador, mas promovendo a sua modernização e adaptação ao perfil da sua procura através da introdução da inovação e da criatividade nos seus métodos e processos de fabrico e através da sua inclusão nas estratégias de marketing territorial e de comunicação turística.
- Aumento da visibilidade e da orientação comercial dos produtos rurais e tradicionais do território da cidade e da sua envolvente.
- Transformação dos produtos rurais e tradicionais em representantes da identidade territorial e da comunidade local e, simultaneamente, como imagem e embaixadores da cidade e do território.

- Revitalização dos bosques como ativos económicos de primeira ordem que limitem os incêndios florestais.
- Promoção do consumo, no âmbito urbano, de produtos de proximidade e época, promovendo a “soberania alimentar”, incidindo no âmbito da restauração e serviços de hotelaria.

#### 2.2.8.2. Resultados esperados

- A valorização dos produtos tradicionais do território como valores identitários e diferenciadores e como elemento de competitividade das cidades e de coesão entre elas e a sua periferia.
- A capacitação das cidades para identificar e aproveitar as oportunidades inerentes ao desenvolvimento da economia rural e dos produtos tradicionais mediante a aposta pelo desenvolvimento de novo conhecimento e o incentivo à aplicação da inovação e da criatividade ao setor primário.
- A diminuição das assimetrias regionais atualmente existentes dentro do sistema urbano através da implementação de ações de competitividade que potenciem simultaneamente os valores endógenos dos territórios do interior.
- Valorização do espaço florestal.
- Criação de redes e espaços de distribuição no âmbito urbano de produtos do meio rural próximo.

#### 2.2.8.3. Atores envolvidos

##### **O Eixo:**

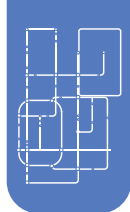
- Servir de foro de intercâmbio de boas práticas.
- Contribuir para o debate do knowhow existente.

##### **As administrações locais:**

- Facilitar o acesso dos produtos tradicionais e rurais ao mercado urbano.
- Incluir o ambiente rural nas suas agendas urbanas.
- Desenvolver o interesse pelo mundo rural entre a cidadania.

##### **As administrações regionais e nacionais:**

- Delinear estratégias que aumentem a visibilidade e a orientação comercial dos produtos rurais e tradicionais.
- Desenvolver políticas públicas que revitalizem os bosques como ativos económicos de futuro.
- Implementar ações que permitam incentivar a coesão do território euro-regional aproveitando os recursos e oportunidades do mundo rural.

**A UE:**

- Incluir com mais força os produtos rurais tradicionais e os bosques como elementos chave do desenvolvimento rural.

**A sociedade civil:**

- Participar ativamente na preservação e modernização do saber fazer tradicional.
- Trabalhar na componente emocional dos produtos tradicionais na experiência turística.

**2.2.9. MARKETING TERRITORIAL URBANO**

- O marketing urbano é transversal a todas as políticas municipais porque todas elas devem contribuir para alcançar a missão estabelecida para a cidade. Está presente não só na definição da marca da cidade como também nas próprias estratégias discursivas urbanas. Constitui, em primeira instância, a estratégia de comunicação interna e externa da cidade e do seu território (do seu planeamento estratégico) sendo um dos pilares da construção da sua imagem. Neste sentido, requer um conhecimento prévio e profundo da realidade, das políticas e das atuações da gestão municipal bem como das necessidades e vontades dos atores locais (incluindo os cidadãos) pelo que parece fundamental que o seu desenvolvimento aproveite todas as fontes de informação disponíveis.

A imagem da cidade é um elemento construído em função da experiência própria do indivíduo e da experiência de outros (contada, lida ou ouvida) estando conformada tanto por factos concretos como por expectativas, o que torna imprescindível que a cidade seja capaz de valorar os seus próprios atributos aos olhos dos residentes, dos turistas e dos investidores. Neste contexto, cada cidade deve afirmar-se pela sua singularidade ou afirmar-se em conjunto com outras que com ela partilham uma determinada característica que, pela sua complementaridade se torne num atributo único e diferenciador desse território. Deve afirmar-se em função não só do seu rácio de desenvolvimento como pela emoção que é capaz de causar. A imagem deve ter como elementos base: a clareza, a credibilidade, a simplicidade e a capacidade de diferenciação. Só desta forma, a imagem não se distanciará da identidade e da realidade local.

Relacionada com os elementos de identidade e imagem e, logicamente, parte integrante do marketing urbano está a marca da cidade que deve ser entendida como um elemento relacional com os públicos-objetivo e ter significado para estes, sendo mais forte e eficaz quanto maior for a sua capacidade para conquistar preferências e fidelizar os públicos. A marca territorial é constituída por um símbolo e uma mensagem que representam a cidade, é uma expressão gráfica da sua identidade e uma proposta de valor para cada um dos públicos a quem se dirige. A nível das cidades, a marca deve favorecer o co-branding através da extensão dos seus atributos e do reconhecimento aos produtos e atividades locais, numa estratégia que valorize o made in. As marcas de

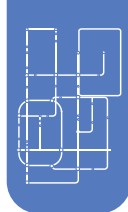
produtos e serviços têm a capacidade de gerar atributos e marca ao território onde se produzem. É uma geração de valor partilhada porque por sua vez, a marca dos territórios possui a capacidade de melhorar a posição no mercado dos produtos que nele se obtêm.

Na geração da marca a nível global estão a conquistar cada vez mais força os elementos de autenticidade dos territórios, essas componentes únicas e exclusivas que diferenciam as nossas cidades de outros lugares, num momento em que as tendências globais estão a tomar conta do conjunto das cidades e serviços destas.

- O ciclo de intervenção do marketing territorial para a competitividade da cidade encerra-se com a definição do posicionamento pretendido para a mesma, ou seja, com a definição do espaço mental que se pretende que a cidade (identidade, imagem e marca) ocupe na mente dos seus destinatários. O posicionamento da cidade estará associado à proposta de valor diferenciador que apresentar face ao resto do território e corresponderá com o conjunto de traços identitários que a permitam situar e distinguir no contexto global. As estratégias de marketing urbano serão tanto mais eficazes quanto melhor for a informação que está na base da sua definição (ou da sua atualização). Será o correto conhecimento da realidade da cidade/território e dos destinatários objetivo de comunicação o que permita o estabelecimento de um vínculo racional e emocional com o lugar.

#### 2.2.9.1. Linhas de intervenção

- Identificação da imagem de cada cidade, ou grupo de cidades se se optar por uma escala euro-regional, tanto a imagem real como a percebida pelos diferentes públicos destinatários.
- Desenvolvimento da identidade de cada cidade, ou grupo de cidades se se optar por uma escala euro-regional, para definir o que a torna singular e diferente.
- Delineação da marca de cada cidade que sirva para identificá-la e posicioná-la no contexto global.
- Uma estratégia de especialização inteligente definida para o conjunto do sistema urbano que permita concertar um marketing territorial concertado para poder gerar sinergias e complementaridades, ao mesmo tempo que se reduzam las possibilidades de eventuais fenómenos de concorrência e se aumente a competitividade de cada cidade e, por conseguinte, do conjunto.
- Um marketing urbano que seja um vetor transversal a todas as políticas e atividades da cidade/sistema urbano, oferecendo um conjunto de ferramentas de comunicação tanto interna (com os residentes) como externa (com potenciais residentes, turistas e investidores).
- Identificação e colaboração com “marcas” de produtos e empresas locais, e promoção da colaboração para melhorar o posicionamento e geração de valor para as marcas das cidades e do território donde se produzem.
- Uma estratégia que aproveite as oportunidades que pode oferecer a Euro-região exterior, formada pela diáspora, integrando-a na imagem de marca do território e comprometendo-a na sua valorização no âmbito da globalização.



### 2.2.9.2. Resultados esperados

- A melhoria da comunicação interna e externa da cidade com os seus destinatários objetivo (residentes, potenciais residentes, turistas e investidores).
- A assunção e consolidação dos valores identitários da cidade e o conseqüente aumento do sentimento e orgulho de pertença por parte dos residentes e de atrativo por parte dos outros segmentos-objetivo.
- O (reforço do) posicionamento da cidade no sistema urbano, no contexto regional/nacional e no contexto internacional.
- A construção, consolidação ou reforço da marca individual de cidade ou da marca territorial definida e assumida por um conjunto de cidades para um determinado território.
- A criação de uma cultura e de uma dinâmica de geração de marcas dos serviços e produtos do território, associando-os com a cidade e o território.

### 2.2.9.3. Atores envolvidos

#### O Eixo:

- Coordenar processos de construção de identidade e imagem que tenham como referente o sistema urbano do Eixo no seu conjunto que evite conflitos concorrenciais.
- Servir de foro de intercâmbio de boas práticas.
- Contribuir para o debate do knowhow existente.

#### As administrações locais:

- Construir a identidade de cada cidade a partir de um conhecimento profundo da sua realidade concreta e imaginada, através de processos amplamente participativos.
- Criar a imagem de cada cidade com a versatilidade necessária para interessar a diferentes públicos destinatários, através de processos amplamente participativos.
- Estabelecer a marca da cidade que a posicione no contexto global e de forma complementar com as outras do seu sistema urbano, através de processos amplamente participativos.

**As administrações regionais e nacionais:**

- Desenvolver adequadamente a RIS3 da Euro-região Galiza-Norte de Portugal, através de processos amplamente participativos.
- Promover o marketing territorial a escala do sistema urbano que evite conflitos concorrenciais e incentive a concertação.
- Favorecer o melhor posicionamento do sistema urbano do Eixo e das suas cidades no contexto global.

**A UE:**

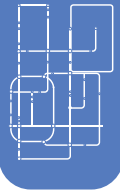
- Promover o marketing territorial de sistemas urbanos, como o do Eixo, como um instrumento eficaz para alcançar os objetivos da agenda urbana europeia.

**A sociedade civil:**

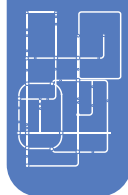
- Participar ativamente nos processos participativos de criação e consolidação do marketing territorial do sistema urbano do Eixo e de cada uma das suas cidades, de forma criativa, crítica e corresponsável.
- Desenvolver marcas de grande valor para os produtos e serviços que são gerados nas cidades e colaborar para ajudar no posicionamento das mesmas.

## MATRIZ DE RELAÇÕES ENTRE AS ÁREAS DO EIXO CIDADE COMPETITIVA E OS OBJETIVOS TRANSVERSAIS DA AGENDA URBANA EUROPEIA

ÁREA	SOSTENIBILIDAD	CRECIMIENTO	INCLUSIÓN
<b>1: Emprego e habilidades para o emprego na economia local</b>	Novas formas de tomar sustentável a cidade	Atração de empresas/investidores	Ampliação do mercado de trabalho Novas dinâmicas sociais
<b>2: Inovação e digitalização</b>	Novas formas de tomar sustentável a cidade	Consolidação da marca. Atração de talento.	Ampliação do mercado de trabalho. Novas dinâmicas sociais
<b>3: Energia</b>	Potenciação da transição energética	Atração de empresas/ investidores	Ampliação do mercado de trabalho
<b>4. Educação e talento</b>	Novas formas de tomar sustentável a cidade	Atração de empresas/ investidores Atração de talento	Ampliação do mercado de trabalho
<b>5: Cultura e territórios criativos</b>	Proteção, promoção e valorização dos valores sociais, etnográficos e do património	Criação de marca Diferenciação nos processos e produtos	Ampliação do mercado de trabalho Multiculturalidade
<b>6: Turismo</b>	Proteção, promoção e valorização dos valores sociais, etnográficos e do património	Atração de visitantes Atração de empresas/ investidores Consolidação da marca	Fortalecimento do sentimento de pertença
<b>7: Maritimidade</b>	Proteção, promoção e valorização dos valores sociais e etnográficos	Atração de empresas/ investidores Consolidação da marca	Ampliação do mercado de trabalho Novas dinâmicas sociais
<b>8: Economia rural e produtos tradicionais</b>	Proteção, promoção e valorização dos valores sociais e etnográficos	Atração de empresas/ investidores Consolidação da marca	Ampliação do mercado de trabalho Valorização dos saberes tradicionais
<b>9: Marketing territorial urbano</b>	Consolidação dos valores sociais e ambientais	Atração de empresas/ investidores Atração de talento Criação de marca	Fortalecimento do sentimento de pertença Ampliação do mercado de trabalho







### 2.3. A CIDADE ECOLÓGICA: O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE

Os ecossistemas do planeta encontram-se submetidos a uma intensa pressão antrópica. O processo de artificialização do solo como consequência da expansão das cidades ou a sobre-exploração dos recursos naturais são alguns dos processos urbanos que ameaçam a sustentabilidade do desenvolvimento à escala global.

Desde o ano 2010, mais de metade da população mundial vive em cidades. Se se mantiverem as tendências atuais de urbanização, esta população aumentará até dois terços para o ano 2050. São, igualmente, responsáveis da maior parte da produção de bens, a inovação e o emprego, e constituem as principais portas de entrada dos fluxos de capitais transnacionais e das cadeias de abastecimento global. Portanto, não surpreende que atualmente seja nas cidades onde a sociedade enfrenta os principais desafios da sustentabilidade. Desafios como a segurança energética e alimentar, as alterações climáticas, a gestão da água, o congestionamento do trânsito, a poluição do ar, a segregação cultural ou as tensões sociais aparecem em todos os lugares, mas +e na cidade onde se acumulam e se concentram numa rede complexa de relações e efeitos.

A multiplicidade e complexidade destes desafios, referidos às cidades, proporcionam boas oportunidades para a construção de uma ação local eficaz e decisiva para afrontar os desafios da sustentabilidade por diversas causas: as questões de sustentabilidade são menos abstratas e mais tangíveis a nível urbano; no âmbito da cidade podem ser delineadas alternativas a pequena escala que podem posteriormente projetar-se a nível regional, estatal ou até planetária.

Tal como propõe Thomas Elmqvist no seu contributo a esta mesma Agenda Urbana, o paradigma da sustentabilidade urbana deve ser abordado de uma perspetiva que, além de incorporar a complexidade dos sistemas socio-ecológico-tecnológicos, se sustente não só nos objetivos a alcançar e nas metas a conseguir, como procure a resiliência e a transformação social económica e ambiental gerada pelos processos de urbanização. Ou seja, as políticas que procuram a sustentabilidade urbana devem prestar atenção, além de à preservação da estrutura e função dos ecossistemas, e por conseguinte dos serviços que fornecem, à construção de novos tipos de ecossistemas e novas soluções naturais (*nature based solutions*) que permitam a reconciliação entre o desenvolvimento humano, a biodiversidade e a funcionalidade ecológica.

No que respeita à Euro-região Galiza Norte de Portugal, a dispersão urbana é uma das características fundamentais do modelo de ocupação humana deste território e um dos fatores que más condicionam a sua sustentabilidade urbana e territorial. Nos sistemas urbanos de alta densidade, esta dispersão caracteriza-se por um processo espontâneo (periurbanização ou urbanização difusa) de ocupação do espaço por áreas residenciais na periferia dos principais centros urbanos, provocando a fragmentação da paisagem e dos valores naturais, a crescente artificialização e impermeabilização do solo natural e a intensificação e congestionamento do trânsito urbano, com o consequente aumento dos níveis de poluição atmosférica e de ruído, contribuindo assim para

a degradação da qualidade de vida das populações urbanas. Nos sistemas urbanos do interior, a dispersão caracteriza-se por uma baixa densidade populacional e uma reduzida diversidade económica, fazendo com que o carácter disperso e de baixa densidade dos assentamentos humanos dificulte a provisão racional e sustentável de infraestruturas, equipamentos e serviços, traduzindo-se em elevados custos ambientais, económicos e sociais. A redução dos efeitos da dispersão urbana será um objetivo central do eixo de sustentabilidade ambiental da Agenda Urbana inserindo-se de forma transversal em todos os seus pontos.

Foram identificadas quatro áreas de intervenção dentro deste eixo territorial.

Estas áreas são:

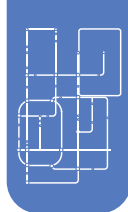
- Otimizar os fluxos metabólicos urbanos (energia, água, materiais)
- Alcançar a suficiência energética: a transição energética.
- Uso racional do território: investir a artificialização do solo
- Gerar um espaço urbano saudável e de qualidade.

### **2.3.1. OTIMIZAR OS FLUXOS METABÓLICOS URBANOS: ENERGIA, ÁGUA, MATERIAIS**

Através das cidades fluem elevadas quantidades de matéria, energia e informação. Estes fluxos, após diferentes processos de transformação, transformam-se em bens, resíduos e em diferentes formas de energia. A capacidade das urbes para articular os modos de gestão destes fluxos determina a eficiência destes recursos, o que condiciona a capacidade de obter maior valor social com menores custos económicos e meio ambientais. A Comissão Europeia calcula que evitar os resíduos, o design ecológico, a reutilização e medidas similares poderiam reduzir as emissões anuais totais de gases de efeito estufa em 2-4 %, além de levar às empresas da UE uma poupança líquida próximo de 8 % do seu volume anual de negócios. Os principais fluxos metabólicos urbanos dispõem de serviços que controlam o trânsito pelos tecidos urbanos como podem ser o serviço de transporte de matéria-gestão de resíduos, o sistema de fornecimento de água-sistema de depuração de águas, etc. Estes fluxos de materiais, energia e informação operam atualmente à escala planetária.

#### **2.3.1.1. Linhas de intervenção**

- Atenção ao desafio do uso eficiente do recurso hídrico, centrando-se nos modelos e práticas que garantam o funcionamento normal do ciclo hidrológico urbano e o controlo e redução do seu consumo nas cidades. A redução do consumo de água através da minimização das perdas na rede, a alteração dos modelos e hábitos de consumo e a introdução de redes e sistemas inteligentes devem inspirar as atuações da agenda neste domínio. A reciclagem das águas residuais domésticas e a reutilização das águas pluviais para usos de limpeza urbana devem ser também objetivos a alcançar.



- Otimização do metabolismo urbano encurtando as distâncias das fontes de origem de abastecimento de materiais e de energia, e o aumento nas escalas espaciais de origem da informação. Com o cumprimento deste objetivo consegue-se uma diminuição da pegada de carbono, uma menor dependência energética e uma maior intensidade em conhecimento, bem como a dinamização da atividade económica da área de influência de cada cidade, já que esta terá de contribuir com mais recursos para o seu centro urbano.
- Consideração de boas práticas no uso eficiente dos materiais, prestando especial atenção à gestão dos ciclos de vida, através da intensificação dos processos de reciclagem e reutilização e do incentivo de circuitos curtos de aprovisionamento nas principais atividades consumidoras de matérias-primas. Pelo seu volume de resíduos, o setor da construção e demolição deverá ocupar um lugar preeminente. Neste contexto, dar-se-á especial relevância às políticas, programas e planos de reabilitação e regeneração urbana, introduzindo medidas e ações de promoção da valorização do stock de materiais existente nos edifícios e infraestruturas públicas.
- Diminuição do fluxo de saída dos sistemas urbanos, promovendo uma transição para uma economia circular onde as atividades económicas sejam capazes de valorizar os seus resíduos e melhorar a eficiência energética dos seus processos. Para isto é imprescindível aumentar o fluxo de informação que possibilite estas alterações.

### 2.3.1.2. Resultados esperados

- Diminuição da pressão sobre o ciclo da água
- Redução da pegada de carbono
- Uso eficiente de materiais
- Diminuição dos fluxos de saída dos sistemas urbanos
- Cumprimento do objetivo da UE reciclando os resíduos municipais num 65 % daqui até 2030
- Dinamização da atividade económica da área de influência urbana
- Criação de empresas e emprego associado à valorização de resíduos
- Maior equidade social no acesso a bens e serviços públicos

### 2.3.1.3. Atores envolvidos

#### **O Eixo:**

- Impulsionar um debate amplo e inclusivo sobre as vantagens da diminuição das distâncias das fontes de abastecimento e o incentivo do consumo de proximidade.
- Atuar como nó impulsionador e coordenador de iniciativas inovadoras no âmbito da otimização do metabolismo urbano.
- Servir de foro permanente de boas práticas à escala global, aumentando assim a escala espacial das fontes de informação, e impulsionar a incorporação destas nos diferentes níveis de governação.

#### **As administrações locais:**

- Delinear programas, projetos e normativas que incentivem um uso sustentável da água, com especial incidência na minimização das perdas na rede e a reutilização de águas residuais domésticas e águas pluviais para fins compatíveis.
- Incentivar a criação de redes de produção-consumo de bens na área de influência urbana e apoiar as iniciativas inovadoras que emerjam nesta direção.
- Trocar informação e conhecimento com as restantes cidades do Eixo Atlântico com o objeto de melhorar o seu próprio desempenho.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

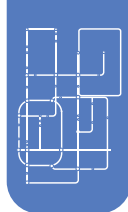
- Impulsionar reformas legislativas e desenvolver políticas consistentes com os princípios da Agenda Urbana.
- Impulsionar e Incentivar las iniciativas de inovação social que sejam assinaladas como objetivo para a otimização do metabolismo urbano em todas as áreas definidas pela Agenda Urbana.

#### **A UE:**

- Incentivar decididamente a redução das distâncias das fontes de recursos e impulsionamento do consumo de proximidade.

#### **A sociedade civil:**

- Impulsionar iniciativas inovadoras baseadas na inovação social que reduzam as distâncias entre produção e consumo de matérias através de sistemas de cooperativa, redes de inovação, etc.
- Desenvolver novo conhecimento na área académica que facilite o desenvolvimento de novas iniciativas inovadoras.



### 2.3.2. ALCANÇAR A SUFICIÊNCIA ENERGÉTICA: A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O acesso à energia é essencial para o desenvolvimento de um território. Garantir, portanto, o fornecimento de energia é uma das Linhas estratégicas prioritárias de qualquer região. Atualmente, a Euro-região consome energia fundamentalmente de origem externa e fóssil, recursos estes afetados pelos conflitos internacionais, que provocam oscilações no seu preço e representam uma ameaça para a segurança do fornecimento de energia. Além disso, estes combustíveis geram poluição tanto à escala global, com o conseqüente impacto na composição química da atmosfera e as suas respetivas repercussões nas alterações climáticas, como à escala local, que resulta numa diminuição da qualidade do ar urbano e dos custos económicos derivados, tanto diretos no mercado de emissões europeu, como indiretos cristalizados em doenças ou migrações provocadas pelas alterações nas condições climáticas.

#### 2.3.2.1. Linhas de intervenção

- Aproximação à autossuficiência energética através da substituição do consumo de energia de base fóssil por energia de origem renovável, aspiração especialmente relevante num território, como o da euro-região, que não conta com jazidas significativas de gás ou carvão.
- Impulsionamento à autogeração energética no próprio território, principalmente no próprio tecido urbano através da implementação de fontes de energia renováveis.
- Aumento da eficiência energética tanto de processos como de infraestruturas e a redução do consumo, através da adaptação das infraestruturas para um menor uso energético.
- Implementação de novos conceitos de urbanismo e mobilidade nas cidades e no território da euro-região, iniciando o processo de substituição dos tipos de veículos não compatíveis com as formas de energia fornecidas pela Euro-região (veículos com motor de combustão interna) por aqueles que são compatíveis. Neste processo é essencial Incentivar uma forma de ocupação do território mais concentrada.

#### 2.3.2.2. Resultados esperados

- Redução da pegada de carbono
- Criação de empresas e emprego associado à eficiência energética e implementação de fontes energéticas de origem renovável
- Redução de custos de produção e aumento da competitividade
- Acessibilidade à energia barata e limpa
- Maior equidade social no acesso a bens e serviços públicos

### 2.3.2.3. Atores envolvidos

#### **O Eixo:**

- Impulsionar um debate amplo e inclusivo sobre a viabilidade da autossuficiência energética no território da Euro-região.
- Atuar como nó impulsionador e coordenador de iniciativas inovadoras no âmbito da redução da pegada de carbono a partir da energia.
- Incentivar a coordenação das Agencias Municipais/Regionais de Energia situadas no território da Euro-região.

#### **As administrações locais:**

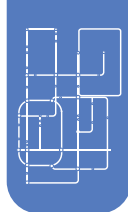
- Delinear programas, projetos e normativas que se direcionem para a suficiência energética.
- Trocar informação e conhecimento com as restantes cidades do Eixo Atlântico com o objeto de melhorar o seu próprio desempenho neste campo.
- Incentivar o uso do transporte coletivo.
- Adotar as medidas necessárias para facilitar a introdução de veículos elétricos (automóveis, bicicletas) como elemento central dos sistemas de mobilidade urbana.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

- Impulsionar de forma decidida a implementação de energias de origem renovável no território através do impulsionamento de reformas legislativas e o desenvolvimento de políticas consistentes com os princípios da Agenda Urbana neste âmbito.
- Impulsionar a incorporação de instrumentos de fiscalidade verde que derivem em aumentos de eficiência no uso da energia e na substituição acelerada de sistemas obsoletos de produção ou consumo energético.
- Incentivar o uso do transporte coletivo.
- Impulsionar decididamente a incorporação dos veículos elétricos.

#### **A UE:**

- Impulsionar diretivas e estratégias que favoreçam a auto-produção de energia.
- Incentivar o uso do transporte coletivo.
- Impulsionar decididamente a incorporação do veículo elétrico.



#### **A sociedade civil:**

- Impulsionar iniciativas inovadoras baseadas na inovação social que gerem novas formas de mobilidade urbana.
- Impulsionar e Incentivar iniciativas inovadoras no âmbito da produção cooperativa de energia através de sistemas de cooperativa, redes de inovação, etc.
- Desenvolver novo conhecimento no âmbito académico que facilite o desenvolvimento de novas iniciativas inovadoras.

### **2.3.3. USO RACIONAL DO TERRITÓRIO: INVESTIR NA ARTIFICIALIZAÇÃO DO SOLO**

Partindo das especificidades da Euro-região e do modelo territorial de sustentabilidade apresentado pelo Eixo Atlântico, a agenda urbana foca a sua atenção de forma prioritária no consumo de solo, ou seja na redução da taxa de artificialização na Euro-região, atualmente situada num aumento médio de 2,7 % anual entre 1990 e 2006 (Fernandes et al., 2010), estimação esta que muito provavelmente será revista em alta após a aplicação de novas aproximações metodológicas. As ações definidas pela Agenda Urbana devem abordar a minimização dos impactos ambientais resultantes da dispersão urbana (urbanização difusa e de baixa densidade) e a redefinição das políticas públicas locais e das práticas de planificação territorial e urbana de modo a que a artificialização do solo natural e as dinâmicas de urbanização difusa sejam drasticamente contidas. Estas ações introduzirão as melhores boas práticas identificadas e testadas no mundo, promovendo a economia do solo e das deslocações intraurbanas e mobilizando modelos e conceitos inspiradores como a “cidade de proximidade”, a “cidade compacta”, os “eco-bairros”, ou “mix funcional”, etc.

#### **2.3.3.1. Linhas de intervenção**

- Instauração de políticas públicas que introduzam a tendência para a compactação das cidades da Euro-região. A ocupação dispersa do território faz com que os serviços que devem controlar estes fluxos metabólicos urbanos sejam ineficazes e com custos elevadíssimos. O aumento de deslocações em veículo privado, os custos económicos envolvidos em qualquer atuação de melhoria nos fluxos metabólicos e a baixa interação entre os diversos agentes sociais são limitações de relevância para o desenvolvimento da Euro-região.
- Elaboração de políticas audazes a favor de uma maior densidade habitacional, o que será essencial para cumprir com os objetivos da planificação estratégica desta agenda, bem como para aliviar a pressão sobre os ecossistemas de suporte das cidades da Galiza-Norte de Portugal.

### 2.3.3.2. Resultados esperados

- Preservação do espaço natural
- Redução de movimentos interurbanos de veículos
- Maior atratividade para empresas do sector terciário
- Redução dos custos de contexto associados à mobilidade dos trabalhadores e à logística urbana
- Melhoria dos níveis de acessibilidade às diversas funções urbanas para todos os estratos sociais

### 2.3.3.3. Atores envolvidos

#### **O Eixo:**

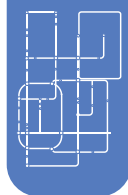
- Promover um debate amplo sobre os custos da dispersão urbana e as vantagens da cidade compacta em termos económicos, sociais e ambientais.
- Recolher e difundir boas práticas de planeamento e desenvolvimento urbanístico tendo presente o uso racional do território e a compactação urbana.
- Incentivar e apoiar a implementação de projetos piloto que procurem a mitigação dos efeitos da dispersão e a densificação e compactação das áreas urbanas.

#### **As administrações locais:**

- Rever os instrumentos de planeamento físico do território à luz dos critérios de sustentabilidade urbana, substituindo a aproximação tradicional de classificação dos solos segundo o seu uso potencial por uma alternativa que avalie e priorize o potencial de urbanização do solo rural em função dos critérios da ecologia urbana (acessibilidade; fatores bioclimáticos; transportes coletivos, ...).
- Implementar projetos piloto que aspirem à mitigação dos efeitos da dispersão e da densificação e compactação prioritária das áreas urbanas dotadas de infraestruturas.
- Promover um amplo debate sobre os custos da dispersão urbana e as vantagens da cidade compacta em termos económicos, sociais e ambientais.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

- Promover políticas públicas que incentivem a densificação e a compactação urbana, através da reabilitação do edificado e da (re)ocupação dos vazios urbanos em detrimento do desenvolvimento de novas frentes de urbanização.



- Criar mecanismos supramunicipais/regionais de Avaliação/Programação do solo urbanizável que permita a regulação das pressões e dinâmicas de artificialização do solo.
- Conceber e instituir práticas de avaliação da eficiência no uso dos recursos naturais nas dinâmicas de urbanização e integrá-las nos processos de Avaliação Ambiental Estratégica associados aos planos de ordenamento do território e urbanísticos.

#### **A UE:**

- Promover e difundir as boas práticas de planeamento do território baseadas nos critérios de uso eficiente do solo e dos princípios da ecologia urbana.
- Financiar projetos piloto que visem a mitigação dos efeitos da dispersão e a densificação e compactação prioritária das áreas urbanas dotadas de infraestruturas.

#### **A sociedade civil:**

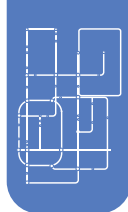
- Promover a participação dos cidadãos e das organizações cívicas no debate sobre os modelos de desenvolvimento e sustentabilidade urbana.
- Envolver as universidades e centros de investigação e desenvolvimento na produção e difusão de conhecimento sobre os custos da dispersão urbana e as vantagens da cidade compacta em termos económicos, sociais e ambientais e as estratégias sustentáveis de planeamento e desenvolvimento urbano.

### **2.3.4. GERAR UM ESPAÇO URBANO SAUDÁVEL E DE QUALIDADE**

As cidades devem aspirar a ser espaços habitáveis nos quais a interação entre os seres humanos e o meio natural se desenvolva de forma harmónica. Por trás desta afirmação subjaz que a qualidade do espaço urbano condiciona e influi sobre a qualidade de vida e a própria sustentabilidade urbana e conduz a um modelo de cidade contínua, densa e complexa. A qualidade do espaço urbano através de uma estreita relação entre infraestruturas, zonas edificadas, espaços verdes e áreas livres, constitui um dos principais desafios das políticas, a planificação e a gestão urbana. Uma relação que potencie a integração equilibrada dos elementos da estrutura verde urbana, que favoreça o convívio, a mobilidade e a acessibilidade humana e que estimule o redimensionamento do espaço público de forma que o cidadão seja o protagonista da cidade. Garantir a mobilidade de todos os cidadãos e a acessibilidade aos serviços públicos é um objetivo de que se deve marcar a Agenda Urbana. Para tal é preciso abordar desenhos inovadores dos espaços públicos e dos espaços de circulação. Neste sentido, a promoção dos modos suaves e das deslocações pedonais é fundamental para uma gestão sustentável do tráfico urbano.

#### 2.3.4.1. Linhas de intervenção

- Promoção de uma integração equilibrada da rede de dotações, áreas verdes e espaços livres, transformando-os em sistemas que estruturam a vida urbana, adequados em quantidade e qualidade às exigências específicas de cada bairro ou zona da cidade. São priorizadas aquelas opções baseadas na adoção de soluções baseadas em processos naturais que possam até concluir na geração de novos ecossistemas dotados de resiliência perante os impactos negativos inerentes à presença humana em assentamentos de elevada densidade.
- Diminuição da impermeabilização e aumento do grau de naturalização mediante a geração de uma estrutura verde urbana, contínua e interconectada que garanta o eficaz funcionamento do ciclo hidrológico urbano, condicione as características microclimáticas e melhore os níveis de qualidade do ar, da água e a própria qualidade acústica das cidades. Estas infraestruturas verdes, que podem ter carácter supramunicipal incentivando assim a cooperação entre as cidades do sistema urbano, incentivarão a conservação e o enriquecimento da biodiversidade, que para além do mero embelezamento da cidade, contribuam para a compensação das emissões de CO<sub>2</sub>, e para a consequente direção para a neutralidade nas emissões urbanas de gases de efeito estufa.
- Abordagem do incipiente problema da qualidade do ar nas grandes agregações urbanas mediante o redesenho da própria estrutura urbana, a regulação do trânsito ou a adoção de medidas fiscais. As estratégias de intervenção devem ser focadas na redução da circulação dos automóveis privados, o aumento do peso do transporte público e de modos suaves de mobilidade, e até a redistribuição e diversificação das atividades e funções urbanas (mix urbano) para garantir uma redução significativa dos custos sociais, ambientais e económicos associados à mobilidade urbana, principal fonte de poluição atmosférica. A mitigação dos efeitos desta poluição deve ser conseguida através de uma integração e articulação adequada entre a estrutura verde e a rede rodoviária.
- Impulsão de novas estratégias e intervenções a nível de planificação e de projeto urbano que mitiguem as modificações que sofrem os microclimas urbanos como consequência do crescente aparecimento de fenómenos como as “ilhas de calor urbano”. Estas modificações deverão estar diretamente relacionadas com as formas e dinâmicas urbanas, com os materiais e com as cargas antrópicas distribuídas no tecido urbano. Os planos e as intervenções não devem preocupar-se apenas com a disposição do traçado rodoviário e a dimensão rodoviária, mas também determinar a forma e posição do arvoredo, o controlo das correntes de vento, a disposição dos espelhos de água, o tratamento de superfícies, pavimentos e o uso dos jardins, espaços verdes e vegetação para mitigar o efeito direto das alterações microclimáticas, incluindo a ilha de calor.
- Delineação dos espaços públicos com a finalidade de facilitar a participação e o convívio dos habitantes da cidade. A forma e composição urbana deve também acompanhar a organização do espaço em torno da sua identidade, dos usos e das representações simbólicas e contribuir para o sentimento de pertença.



#### 2.3.4.2. Resultados esperados

- Redução da poluição atmosférica e acústica urbanas
- Aumento da biodiversidade no tecido urbano
- Geração de atividade económica no processo de reurbanização
- Maior atratividade para empresas do sector terciário
- Cooperação entre administrações públicas na delimitação, execução e conservação de infraestruturas verdes supramunicipais
- Aumento espaços de convívio e de socialização como fator de integração social
- Melhoria da qualidade de vida e saúde pública através da redução dos níveis de ruído e de poluição atmosférica

#### 2.3.4.3. Atores envolvidos

##### **O Eixo:**

- Promover um amplo debate sobre o conceito de qualidade do espaço urbano e a sua aplicação concreta no planeamento, gestão e desenvolvimento urbano.
- Recolher e difundir boas práticas de planeamento e de desenvolvimento urbanístico tendo presente a construção de um espaço urbano de qualidade, que contemple a redução da poluição atmosférica e acústica, a integração equilibrada da rede de dotações em espaços livres e áreas verdes, a preservação da biodiversidade e do ciclo hidrológico urbano ou a socialização nos espaços públicos.
- Incentivar e apoiar a implementação de projetos piloto que visem uma melhoria da qualidade ambiental, social e sanitária dos espaços urbanos.

##### **As administrações locais:**

- Rever os instrumentos de planeamento urbano e o urbanismo à luz dos critérios de sustentabilidade urbana, substituindo a aproximação tradicional da zonificação sectorial por uma perspetiva funcional que preste atenção à integração das múltiplas dimensões dos espaços urbanos e procure a sua sustentabilidade.
- Implementar projetos piloto que aspirem à melhoria da qualidade ambiental, social e sanitária dos espaços urbanos.
- Promover um amplo debate sobre o conceito de qualidade do espaço urbano e a sua aplicação concreta no planeamento, gestão e desenvolvimento urbano.

**As administrações regionais e nacionais:**

- Promover políticas públicas que incentivem a construção de espaços urbanos de qualidade que contemplem a redução da poluição atmosférica e acústica, a integração equilibrada da rede de dotações em espaços livres e áreas verdes, a preservação da biodiversidade e do ciclo hidrológico urbano ou a socialização nos espaços públicos.
- Conceber e instituir práticas de avaliação da qualidade dos espaços urbanos e os integre nos processos de Avaliação Ambiental Estratégica associados aos planos de ordenamento do território e urbanísticos.

**A UE:**

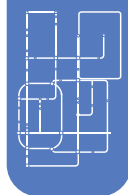
- Promover e difundir as boas práticas de planeamento do território baseadas em critérios de qualidade dos espaços urbanos e nos princípios da ecologia urbana.
- Financiar projetos piloto que visem uma melhoria da qualidade ambiental, social e sanitária dos espaços urbanos.

**A sociedade civil:**

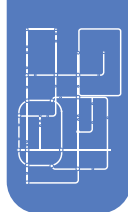
- Promover a participação dos cidadãos e as organizações cívicas no debate sobre os modelos de desenvolvimento e sustentabilidade urbana.
- Envolver as universidades na produção e difusão de conhecimentos sobre os impactos da baixa qualidade do espaço urbano e as estratégias e ações adequadas para promover a redução da poluição atmosférica e acústica, a integração equilibrada da rede de espaços livres e áreas verdes, a preservação da biodiversidade e o ciclo hidrológico urbano ou a socialização nos espaços públicos.

## MATRIZ DE RELAÇÕES ENTRE AS ÁREAS DO EIXO CIDADE ECOLÓGICA E OS OBJETIVOS TRANSVERSAIS DA AGENDA URBANA EUROPEIA

ÁREA	SUSTENTABILIDADE	CRESCIMENTO	INCLUSÃO
<b>Otimizar os fluxos metabólicos urbanos</b>	Diminuição da pressão sobre o ciclo da água Redução da pegada de carbono. Diminuição dos fluxos de saída dos sistemas urbanos.	Dinamização da atividade económica da área de influência urbana Criação de empresas e emprego associado à valorização de resíduos. Uso eficiente de recursos como via para a redução dos custos de produção.	Maior intensidade de conhecimento Incentivo de circuitos curtos de aprovisionamento. Maior equidade social no acesso a bens e serviços públicos (tarifas de água, resíduos e saneamento).
<b>Alcançar a suficiência energética: a transição energética</b>	Implementação de fontes de energia renovável no tecido urbano. Redução da pegada de carbono.	Criação de empresas e emprego associado à eficiência energética e implementação de fontes energéticas de origem renovável. Redução de custos de produção e aumento da competitividade	Accessibilidade a energia barata e limpa Maior contributo de modos de transporte alternativos ao veículo privado. Maior equidade social no acesso a bens e serviços públicos (tarifas de eletricidade).
<b>Investir a progressiva artificialização do solo</b>	Preservação do espaço natural. Redução de movimentos interurbanos de veículos.	Maior atratividade para empresas do setor terciário. Redução dos custos de contexto associados à mobilidade dos trabalhadores e à logística urbana.	Urbanismo de proximidade como fator de redução da segregação funcional e social do tecido urbano. Melhoria dos níveis de acessibilidade às diversas funções urbanas para todos os estratos sociais.
<b>Gerar um espaço urbano saudável e de qualidade</b>	Redução da poluição atmosférica urbana. Aumento da biodiversidade no tecido urbano.	Geração de atividade económica no processo de reurbanização. Maior atratividade para empresas do sector terciário.	Aumento espaços de convívio e de socialização como fator de integração social. Melhoria da qualidade de vida e saúde pública através da redução dos níveis de ruído e de poluição atmosférica. Garantir uma cidade para todos através da melhoria da acessibilidade a edifícios, equipamento e espaços públicos







## 2.4. A CIDADE INTEGRADORA E PARTICIPATIVA: A NOVA SOCIEDADE

O conceito de uma nova sociedade, cuja invocação parece orientada para modificar as relações entre a sociedade e o Estado, o reforço orgânico e jurídico da sociedade civil, a sustentabilidade, a integração e a globalização das culturas e o uso massivo dos instrumentos eletrônicos da comunicação, apresenta-se-nos hoje como uma síntese aperfeiçoada de três processos evolutivos anteriores que devemos recordar: a sociedade civil de Tocqueville e Stuart Mill, que delimita os controlos do Estado e facilita a defesa radical das liberdades de ação, consciência e associação; a sociedade de pessoas livres e sujeitos de direitos inalienáveis que se concebem hoje como uma ideia força que define o pensamento político moderno, cuja dimensão predominante é a ideia de bem-estar; finalmente, a democracia comunicativa de Habermas, que recupera alguns ecos das democracias diretas que inspiraram o nascimento da polis e a política.

Apesar das proximidades territoriais, culturais e históricas, e da nossa comum pertença à UE, a Galiza e o Norte de Portugal ainda conservam culturas políticas bastante diferenciadas, e ainda conservam a inércia de uma diferenciação imposta que está paradoxalmente reforçada pelas coincidências objetivas que se apreciam em ambos os mundos. Por isso vão ter uma notável importância as políticas de comunicação que estiverem programadas para alcançar uma aproximação das culturas políticas de ambos os territórios e das agendas e preferências dos seus cidadãos e instituições. Além disso, tanto o nível de urbanização como os concretos modelos urbanos que atualmente funcionam apresentam apreciáveis diferenças entre a Galiza e o Norte de Portugal, pelo que a visão unitária do conjunto aumenta a sua complexidade.

O crescimento urbano e as mudanças no modelo de urbanização e nas infraestruturas estão a transformar o critério administrativo em algo disfuncional. E é por isso que, sem formular um princípio de reorganização da planta das administrações locais a norte e ao sul do rio Minho, deve-se chamar a atenção gestores locais para a necessidade de reinterpretar as suas cidades com critérios próprios das cidades dispersas descritas por Castells, e explorar a ideia de que não será possível uma nova sociedade se não se alterarem as estruturas do poder institucional e da organização participativa que foram criadas à medida das sociedades do século XIX, e que na segunda metade do século XX já constituíram uma fonte de irracionalidade projetiva e financeira das sociedades urbanas atuais.

Ao mesmo tempo, como assinala Carmen de Paz, a ênfase na agenda da inclusão está a ficar cada vez mais no âmbito local, dado que o bem-estar das pessoas está estreitamente vinculado à qualidade do ambiente imediato em que vivem, interagem e partilham experiências, e no quadro de uma progressiva descentralização de competências para os governos locais em países de todo o mundo. Igualmente se sabe que a urbanização tem o potencial de criar espaços de encontro que integrem a população diversa evitando qualquer tipo de discriminação. Um Habitat define a cidade inclusiva como aquela que promove o crescimento com equidade. É um

lugar onde independentemente dos meios económicos, o sexo, a raça, ou a religião, todo o mundo é capaz de participar das oportunidades sociais, económicas e políticas que esse espaço oferece. Carmen de Paz destaca dois elementos chave para construir essa cidade: por um lado, a dimensão espacial é a pedra basilar da inclusão urbana; por outro, a participação das comunidades é reconhecida como uma componente essencial, não só na planificação e no design como também na implementação de intervenções de inclusão, porque gera um sentimento de pertença, identidade e lugar entre os residentes, e lhes garante o aproveitamento dos benefícios do desenvolvimento urbano.

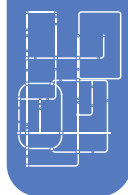
Os esforços direcionados para o desenvolvimento de uma cidade inclusiva exigem um diagnóstico claro das principais barreiras existentes, por exemplo através do cruzamento de dados sobre parque de habitações, serviços e infraestruturas, problemas de segurança, ou perfis socioeconómicos e demográficos. O resultado de tal análise marcará as linhas a seguir em cada caso concreto. Os enfoques integrados implicam a consolidação de múltiplas ações que de forma conjunta tentam paliar impedimentos para a consecução de uma cidade inclusiva de forma sustentável.

Deste modo, deverão priorizar-se aquelas intervenções que: (1) consigam resultados em várias dimensões e/ou coletivos; (2) incluam medidas de distintos tipos; (3) combinem intervenções pelo lado da oferta e pelo lado da procura; e (4) promovam o uso partilhado dos mesmos recursos com vários fins relacionados. Resultam de especial interesse nesta área os programas de revitalização integral, que abrangem diferentes programas sectoriais de intervenção, por exemplo em áreas como urbanismo, habitação, segurança, bem-estar social, revitalização económica, mobilidade, acessibilidade, equipamento e infraestruturas.

No quadro deste contexto, a análise sobre a cidade inclusiva no âmbito do Eixo Atlântico deve centrar-se nas áreas de intervenção seguintes:

- Demografia, saúde, política social e inclusão
- Multiculturalidade, Interculturalidade e Educação cultural
- Segurança estrutural, funcional e jurídica
- Programas integrais de revitalização urbana
- Habitação
- Políticas de comunicação

Convém, no entanto, chamar a atenção que o critério de globalidade é determinante essencial de uma nova sociedade, e que esta não pode existir como um facto isolado ou uma exceção solta num ambiente de relações tradicionais. E por isso deve-se procurar que, apesar de manter a ideia de autonomia projetiva e de gestão, se intensifique e estreite a conexão com as políticas urbanas da UE, e se preste atenção às correntes de socialização global que estão a emergir nas sociedades de hoje.



#### 2.4.1. DEMOGRAFIA, SAÚDE, POLÍTICA SOCIAL E INCLUSÃO

Os territórios e cidades compreendidas na Euro-região ainda têm grandes possibilidades de enfrentar com carácter preventivo e com políticas eficientes os grandes problemas demográficos e de integração que a UE já evidencia. A tendência para a queda da natalidade e o envelhecimento pode ser considerado estrutural, por razões de cultura, bem-estar e modelo económico. As políticas orientadas para a fixação da população –confiada aos objetivos de criação de trabalho e aumento da mobilidade- não supõem uma vantagem visível numa zona que perde população no seu conjunto, e na qual a migração do rural para o urbano está mais incentivada pelo atrativo de uma “nova sociedade” que pelo diferencial de oportunidades que são oferecidas a uma população já envelhecida e pouco proclive à mobilidade. As projeções demográficas sobre o envelhecimento na Europa podem ser alteradas pela chegada de imigrantes jovens com culturas proclives, inicialmente, ao crescimento da natalidade; não obstante, a Euro-região terá de fazer um esforço importante para não ficar à margem destes fluxos.

Também deve ser previsto que, face a algumas tentativas de manter a UE nas suas antigas formas de identidade, a Europa de 2060 mostrará uma pluralidade religiosa e axiológica muito importante. Terá comunidades religiosas que ainda estão muito afastadas do Estado laico. Terá resistências ou incompreensão para com as políticas de igualdade de género. Acumulará línguas, estéticas, usos sociais, referências e culturas que modificarão os níveis de coerência e integração dos nossos modelos sociais.

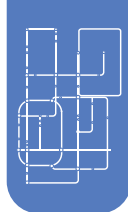
As atuais políticas de saúde e política social já estão basicamente orientadas para a universalização assistencial e a sustentabilidade financeira –fazendo parte dos grandes planos estatais que as coordenam, as financiam e as garantem-; no entanto, as políticas específicas de inclusão são quase inéditas entre nós, e não só pelo facto de distarem muito da constituição de um problema perceptível e prioritário, mas porque as procuras que conduziram os enormes investimentos destinados à modernização dos espaços urbanos estiveram dominados pela construção de espaços e serviços urbanos articulados a partir de uma mentalidade localista e por uma evidente identificação entre os conceitos de reabilitação urbana –que tem de ser amplo e de natureza eminentemente social-, e de intervenção arquitetónica.

Convém sublinhar, além do mais, que quando o conceito de inclusão se aplica a regiões de povoamento disperso e rural o objetivo de inclusão não afeta só as populações imigrantes ou com diferenças étnicas, mas inclui uma parte da população envelhecida, infantil e feminina das áreas dispersas, que apresentam muitas dificuldades para usar e entender os serviços e equipamentos que são capazes de vertebrar os núcleos urbanos difusos. A área atlântica, que constitui a periferia da periferia europeia, e que sempre recebeu contingentes imigratórios muito moderados, ainda continua sem experimentar a formação de focos de marginalidade ou de simples acumulação étnica que sejam resistentes aos processos de integração e inclusão, pelo que ainda é possível delinear políticas preventivas, aplicáveis a todo o conjunto euro-regional, cujo financiamento e eficiência

resultam teoricamente viáveis. As periferias urbanas degradadas ou em risco de degradação, ou com grupos sociais em risco de exclusão, são de escassa importância. A pressão migratória sobre as cidades é muito fraca, e em boa parte está representada por população que, por ser oriunda da América Latina ou das antigas colônias portuguesas, apresenta uma baixa dificuldade de integração.

#### 2.4.1.1. Linhas de intervenção

- Emprego de políticas incentivadoras para agir, a médio e longo prazo, sobre o declive demográfico que afeta a Euro-região.
- Transformação da imigração numa alternativa a considerar, para travar o declive demográfico da Euro-região, estimulando fatores de atração e estabelecendo políticas preventivas de integração.
- Delineação de políticas preventivas no âmbito da interculturalidade ainda com uma escassa incidência nas áreas urbanas do Eixo Atlântico.
- Melhoria da atenção social às populações dispersas do entorno –dependência, terceira idade, prestações domiciliárias e promoção e igualdade da mulher-, que dependem funcionalmente das cidades do Eixo Atlântico.
- Redução dos déficits estruturais que apresenta a utilização de certos serviços –saúde (hospitalários), lazer e cultura- nas áreas dispersas e suburbanas, até definir uma integração social de segundo nível que é preciso corrigir.
- Incentivo da doação dos excedentes alimentares, através de grupos e associações comunitárias, para que possam chegar àqueles que mais precisam de alimentos comestíveis e seguros.
- Atenção aos problemas relacionados com a desigualdade e a exclusão, que afetam especialmente as mulheres, crianças, idosos, jovens e pessoas com capacidades diferentes, que são mais difíceis de diagnosticar e tratar nos ambientes suburbanos ou nas áreas de população dispersa, onde também se torna complicada a implementação das pautas igualitárias das sociedades modernas.
- Potenciação do envelhecimento ativo e da vida saudável, apoiada no emprego de plataformas tecnológicas que permitam aos idosos interagir e sentir-se úteis, autónomos e seguros.
- Incentivo à participação dos jovens nas decisões locais para envolvê-los na construção da nova sociedade que eles liderarão.
- Abertura de canais de participação das crianças nas decisões locais que lhes digam respeito, como método fecundo de formação dos cidadãos.



#### 2.4.1.2. Resultados esperados

- A planificação das políticas industriais e agrárias e o desenvolvimento das políticas sociais sobre no suposto de uma regeneração e normalização dos equilíbrios demográficos auxiliada pela imigração.
- A adequação dos modelos educativos às necessidades e características de uma sociedade multicultural e saudável.
- A habilitação e conectividade necessárias para que os núcleos de população envelhecida e dispersa possam tornar efetivos os serviços e equipamentos que são de uso comum para as populações jovens ou estritamente urbanizadas.
- A prevenção do aparecimento de espaços degradados ou compartimentos urbanos de base étnica.
- A consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável em matéria de resíduos alimentares.
- A sustentabilidade dos sistemas de saúde e a cobertura das populações crescentes de origem migratório, embora para isso seja preciso rever os modelos de identificação, controlo, financiamento e despesa.
- O aumento de jovens envolvidos com os problemas da sua cidade e da sua sociedade.
- O aumento do setor de idosos que participam ativamente nas dinâmicas sociais.
- O aumento de crianças que são educadas interessando-se pelos problemas da sua cidade e participando nos seus debates.

#### 2.4.1.3. Atores envolvidos

##### O Eixo:

- Servir de foro de intercâmbio de boas práticas.
- Contribuir para o debate do knowhow existente.
- Estabelecer um diagnóstico claro das barreiras existentes, a nível euro-regional, na consecução da cidade inclusiva.

##### As administrações locais:

- Facilitar a participação das pessoas idosas nas dinâmicas sociais.
- Gerar dinâmicas de participação ativa dos jovens na vida dos cidadãos.
- Abrir canais de participação para as crianças nos problemas que lhes dizem respeito, desde uma clara perspetiva de educação dos cidadãos.

- Evitar o aparecimento de espaços degradados ou compartimentos urbanos de base étnica.
- Promover o atendimento social, especialmente às populações dispersas do entorno.
- Delinear políticas preventivas no âmbito da integração e da interculturalidade.
- Aplicar políticas ativas de integração.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

- Delinear e implementar políticas incentivadoras que mitiguem o declive demográfico.
- Valorar a imigração como alternativa ao declive demográfico, estimulando os fatores de atracção.
- Garantir a sustentabilidade dos sistemas de saúde e de atendimento social.
- Promover a interculturalidade e a vida saudável nos sistemas educativos.

#### **A UE:**

- Promover a coordenação das políticas nacionais que visem mitigar o declive demográfico.
- Promover a coordenação das políticas migratórias.

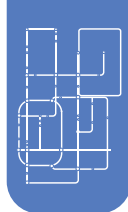
#### **A sociedade civil:**

- Favorecer ativamente as políticas de integração.
- Tomar consciência dos problemas derivados do declive demográfico e contribuir para a sua mitigação.
- Envolver-se ativamente, como cidadãos, na implementação de intervenções de inclusão.

### **2.4.2. MULTICULTURALIDADE, INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO CULTURAL**

A multiculturalidade é uma significativa presença de diferentes culturas num mesmo espaço geográfico e social, ou dentro de uma comunidade política, com independência de tais culturas se relacionarem e interagirem entre si –multiculturalismo–, ou ocupem espaços social e geograficamente delimitados que reduzem à mínima expressão as trocas resultantes da multiculturalidade. A globalização económica e cultural, e o aumento exponencial da mobilidade em todas as suas formas e direções, transformaram a multiculturalidade numa característica quase geral das sociedades modernas, e em especial das mais avançadas.

Por multiculturalismo entende-se aquela ideologia ou modelo de organização social que afirma a possibilidade de conviver harmoniosamente entre grupos ou comunidades étnicas que sejam cultural, religiosa, ou linguisticamente diferentes. A interculturalidade, na sua perspectiva educativa, considera a diversidade humana como



uma oportunidade de intercâmbio e de enriquecimento. Mas as culturas dominantes tendem a atribuir-se uma superioridade sobre a cultura dominada que, de forma direta ou indireta, ativa atitudes de recusa e discriminação, e que com frequência prestam a sua conformidade a certos programas e ideologias que atribuem ao estranho ou origem de muitos problemas de segurança, de participação, de degradação cultural e social ou de desestruturação social, laboral e política. No caso concreto dos movimentos migratórios, quer sejam de cariz económico ou venham provocados por guerras e ditaduras, a sociedade de acolhimento costuma ser hegemónica, e tende a estabelecer hierarquias legais e sociais que colocam os outros em inferioridade de condições e geram conflitos de convivência. E só nos casos em que exista equidade, abertura e respeito mútuo se pode passar da multiculturalidade para a interculturalidade.

Por todas estas razões, numa região integrada na Europa, à que necessariamente se irão transmitindo as dinâmicas multiculturais que já se apreciam em áreas de forte centralidade, a extensão ordenada da interculturalidade ativa constituem a base das futuras políticas de integração, igualdade, informação e participação.

#### 2.4.2.1. Linhas de intervenção

- Conceção da escola como transmissora de valores e competências que gerem respeito, tolerância e interesse pelo outro ou pela outra.
- Consideração da interculturalidade, na sua perspectiva educativa, como uma oportunidade de intercâmbio e de enriquecimento para a Euro-região.
- Orientação dos conteúdos dos meios de comunicação públicos, e dos espaços subsidiados em meios privados, para os modelos de multiculturalidade experimentados na Europa.
- Atenção aos espaços de exclusão, de marginalização ou de ignorância que ainda subsistem entre as culturas europeias, e, mais concretamente, nas áreas Norte e Sul da Euro-região.
- Garantia de uns níveis mínimos de interculturalidade efetiva nas programações culturais, o lazer e os espetáculos programados desde as instituições públicas, ou diretamente subsidiados por elas.

#### 2.4.2.2. Resultados esperados.

- A adequação dos modelos educativos às necessidades e características de uma sociedade multicultural.
- A prevenção do aparecimento de espaços degradados ou compartimentos urbanos de base étnica.
- A consideração do pluralismo axiológico como um valor das novas sociedades, fazendo da referida pluralidade um fator determinante dos ideais da democracia global.
- O desenvolvimento de programas de integração ativa nas escolas e demais centros e níveis educativos.

- A determinação, o mais claro possível, dos princípios vertebrais das sociedades ocidentais, e motivação ao respeito mútuo entre culturas, etnias e religiões.
- A criação de programas vertebrais de inclusão, amplamente partilhados nos entornos urbanos do Eixo Atlântico.
- A existência de níveis mínimos de interculturalidade efetiva na programação cultural e de lazer das instituições públicas.

#### 2.4.2.3. Atores envolvidos

##### **O Eixo:**

- Coordenação de programas vertebrais de inclusão, amplamente partilhados nos entornos urbanos do Eixo Atlântico.
- Contribuir para o debate do knowhow existente.

##### **As administrações locais:**

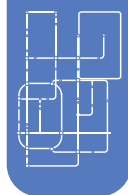
- Garantir uma interculturalidade mínima na sua programação cultural e de lazer.
- Evitar o aparecimento de espaços degradados ou compartimentos urbanos de base étnica.
- Delinear políticas preventivas no âmbito da integração e da multiculturalidade.
- Aplicar políticas ativas de integração e gestão da diversidade.

##### **As administrações regionais e nacionais:**

- Garantir uma interculturalidade mínima na sua programação cultural e de lazer.
- Adaptar os modelos educativos às necessidades e características de uma sociedade multicultural.
- Criar programas vertebrais de inclusão, amplamente partilhados nos entornos urbanos do Eixo Atlântico.
- Promover a multiculturalidade e a interculturalidade nos sistemas educativos.

##### **A UE:**

- Financiar programas de integração multicultural e intercultural no quadro da Europa Criativa e Direitos, igualdade e Cidadania.
- Promover os valores da multiculturalidade e da interculturalidade.



#### **A sociedade civil:**

- Favorecer ativamente as políticas de integração multicultural e intercultural.
- Tomar consciência dos problemas derivados da xenofobia e contribuir para a sua mitigação.
- Desenvolver ações pedagógicas que substituam o discurso do medo à diversidade pela valorização da mesma.

#### **2.4.3. SEGURANÇA ESTRUTURAL, FUNCIONAL E JURÍDICA**

O índice de cidades seguras de *The Economist*, que permite estabelecer um ranking das cidades mais importantes do mundo cada ano, considera na sua avaliação os aspetos centrais da segurança digital, a segurança pessoal, a segurança para a saúde e a segurança das infraestruturas. Nesta agenda a segurança para a saúde vinculámo-la estreitamente ao eixo da cidade ecológica apostando pela geração de um espaço urbano saudável e de qualidade que recolhe também boa parte da segurança das infraestruturas, que completaremos no âmbito de intervenção da habitação e da revitalização urbana. Por tudo isso centrar-nos-emos agora nas duas primeiras.

Em termos antropológicos, prévios à sua definição jurídica, podemos dizer que a segurança é a certeza do “a que atender” quando se exercita a liberdade. É o reconhecimento essencial do valor da cidadania, que em toda a democracia se protege de igual forma face às eventuais ingerências nocivas da coletividade e face a qualquer expansão viciosa do poder do Estado. A segurança democrática é aquela situação em que todos os cidadãos, coletivos e instituições disfrutam das condições propícias para exercer a sua liberdade. A segurança é, neste sentido, um produto coletivo, uma ação preventiva e arbitral dos conflitos sociais à qual cooperam todos os atores da comunidade política, e que em caso algum pode reduzir-se a uma vigilância compulsiva sobre os atores sociais.

Chamaremos de sistema de segurança pública ao conjunto de instituições e atores que intervêm na abordagem, regulação e processamento do conjunto dos conflitos sociais derivados da comissão de factos socialmente daninhos ou ilícitos através do processo social de criminalização. Entre os elementos e atores componentes do sistema de segurança pública têm presença necessária dois atores: o Estado através do sistema penal no seu conjunto, ou seja, as agências policiais, as agências judiciais e o sistema penitenciário; e a comunidade através da intervenção coerente dos seus diferentes agentes ou grupos constitutivos, que partilham pautas culturais e axiológicas amplamente partilhadas e axiologicamente escaladas.

A segurança é um facto social na medida em que, sobre as normas próprias do estado de direito, incorpora os significados, as pautas de comum aceitação e as orientações interpessoais que determinam a responsabilidade exigível. E essa é a razão pela qual a segurança incorpora práticas novas e experiências que alimentam a sua constante transformação. E nesse sentido pode dizer-se que, para além de um processo de determinações objetivas sobre a conduta ordenada e a vida social protegida, é um sentimento essencial do bem-estar, uma expressão de liberdade pessoal e cívica, ou uma qualidade de vida derivada da perfeita articulação dos interesses públicos e os privados.

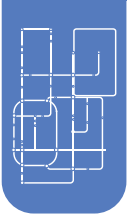
Finalmente, é necessário ter em conta que existe um grau variável de diferença entre a segurança real e a segurança entendida pela cidadania, que não costumam coincidir. Aproximar esses dois parâmetros é essencial, principalmente se pensamos que a digitalização crescente e desejável abre novas portas de insegurança que é conveniente proteger perante a escassa consciência social sobre a sua incidência e implicações.

#### 2.4.3.1. Linhas de intervenção

- Garantia de segurança nas relações sociais, económicas e culturais nas cidades do Eixo Atlântico.
- Garantia de segurança no âmbito da participação pública e da ação institucional do Estado na Euro-região.
- Luta contra os redutos de desigualdade, exclusão e precariedade que fraturam a comunidade e geram conflitos sociais no âmbito territorial do Eixo Atlântico.
- A proteção efetiva do património rural ou disperso, para evitar, além da sua perda ou deterioração, que aja como um incentivo para a atuação de bandas incontroladas nos âmbitos mais sensíveis.
- Educação para a paz, o convívio e o respeito pelos valores cívicos.
- Incentivo da emancipação das mulheres da Euro-região.
- Criação de mediadores comunitários que permitam aplicar a justiça de proximidade nos comportamentos não cívicos que facilitem o perdão e a reparação por parte de los infratores.

#### 2.4.3.2. Resultados esperados

- Aumento da segurança cibernética e consciencialização dos cidadãos da sua importância.
- A rápida extensão –no possível– dos direitos cívicos para as populações imigrantes, para que se sintam envolvidas no modelo social que os acolhe.
- A difusão e o assentamento das linguagens igualitárias e não sexistas.
- A igualdade real entre homens e mulheres segundo os seus méritos e capacidades.
- A erradicação de práticas discriminatórias que se realizam em nome da segurança, bem como a criminalização de etnias ou nacionalidades específicas.
- O reforço com todos os meios sociais e institucionais efetivamente disponíveis da luta contra a violência de género e contra a violência sexista e a pedofilia.
- O fortalecimento do sentido civil e cooperativo das forças e instituições da ordem pública.
- A garantia da proteção estrita da intimidade como uma componente social da segurança, em que todos temos protagonismo e interesse.
- Aproximação da perceção da segurança à segurança real.



### 2.4.3.3. Atores envolvidos

#### **O Eixo:**

- Coordenação dos programas de educação e orientação cívica desenvolvidos com mentalidade intercultural nas áreas urbanas do Eixo Atlântico.
- Servir de foro de intercâmbio de boas práticas.

#### **As administrações locais:**

- Garantir a proteção estrita da intimidade no âmbito das suas competências.
- Proteger o património urbano, rural e disperso.
- Manter o sentido civil e cooperativo das forças de ordem pública ao seu cargo, impulsionando encontros e reuniões com coletivos de cidadãos que aproximem a perceção da segurança à segurança real.
- Combater a violência de género e a pedofilia.
- Incentivar a educação para a paz e a convivência.
- Evitar práticas discriminatórias que se realizam em nome da segurança, bem como a criminalização de etnias ou nacionalidades específicas.
- Garantir, no âmbito das suas competências, a rápida extensão dos direitos cívicos às populações imigrantes.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

- Garantir, no âmbito das suas competências, a rápida extensão dos direitos cívicos às populações imigrantes.
- Combater a violência de género e a pedofilia.
- Manter o sentido civil e cooperativo das forças de ordem pública ao seu cargo, impulsionando encontros e reuniões com coletivos de cidadãos que aproximem a perceção da segurança à segurança real.
- Garantir a proteção estrita da intimidade no âmbito das suas competências.

#### **A UE:**

- Financiar programas de combate contra a violência de género, a pedofilia e a criminalização de etnias ou nacionalidades específicas.
- Promover os valores da educação para a paz e a convivência.

**A sociedade civil:**

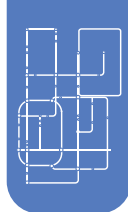
- Exigir a proteção estrita da intimidade e a compatibilidade entre a segurança coletiva e os direitos individuais.
- Contribuir para a segurança pública através do estabelecimento de pautas culturais e axiológicas amplamente partilhadas e axiologicamente escaladas.
- Participar em programas de justiça de proximidade.

**2.4.4. PROGRAMAS INTEGRAIS DE REVITALIZAÇÃO URBANA**

O conceito de Reabilitação Urbana, que sempre esteve identificado com atuações arquitetónicas direcionadas para a conservação da habitação e, num claro segundo lugar, para a conservação do espaço público existente, exige hoje uma revisão profunda, que lhe dê maior complexidade, instrumentos mais plurais, e uma clara reorientação das prioridades que devem situar a sociedade acima dos equipamentos e dos patrimónios. Aqui opta-se por enquadrar as políticas da criação, sustentação e uso geral do espaço urbano dentro do conceito mais específico da revitalização, que, embora pode incluir, quando assim for preciso, a atividade da reabilitação arquitetónica, enfatiza o específico enfoque de regeneração social. Os Programas Integrais de Revitalização Urbana devem abranger ações nas áreas de serviços sociais, saúde, educação, urbanismo e habitação, formação e emprego, comércio e empresa, segurança dos cidadãos, participação social, lazer e juventude.

O objetivo central da revitalização urbana é constituído por aquelas zonas residenciais, geograficamente diferenciadas, em que coincidam –conjunta ou separadamente– quatro tipos de fatores determinantes. A exclusão social manifestada como degradação do espaço urbano e deficiências de acessibilidade, comunicação, equipamentos e serviços públicos. Os importantes problemas sociais e económicos como carências formativas, altos índices de absentismo escolar, alta taxa de desemprego, elevados casos de dependências, significativa percentagem de beneficiários de ajudas sociais, escassa ou nula participação social e fraca ou nula taxa de atividade económica. A carência acusada ou plena de estruturas de convívio, relações de convivência conflituosas e importantes taxas de insegurança dos cidadãos. Os parques empresariais degradados ou de baixa utilização, toda vez que muitos desses espaços projetados para finalidades específicas transformaram-se em espaços de uso misto, ou em recursos espaciais para atividades sociais esporádicas e marginais, que implicam uma deterioração das suas funções cívicas e económicas.

Atualmente existe abundante normativa sobre a intervenção em ambientes urbanos delimitados em atenção às suas características e problemática comum, em bairros degradados, desfavorecidos. A característica comum das referidas regulações é a aplicação de ações integradas a problemas complexos, que só podem ser enfrentadas coordenando as administrações envolvidas sob uma liderança clara, com participação dos cidadãos e colaboração público-privada, e integrando ações de desenvolvimento económico, emprego, igualdade, interculturalismo, urbanismo e habitação com outras exigidas pelas características da população a que concerne.



#### 2.4.4.1. Linhas de intervenção

- Emprego dos Programas Integrais de Revitalização Urbana para corrigir desajustes demográficos na Euro-região.
- Delineação urbanística e das edificações que promovam a segurança dos residentes.
- Melhoria da segurança das infraestruturas urbanas.
- Emprego da cultura como forma de lazer e de formação e integração cívica.
- Melhoria da segurança social e jurídica do espaço público em ordem a aumentar a sua habitabilidade e a potenciação das relações sociais no âmbito territorial da Euro-região, com especial atenção para a iluminação eficaz desse espaço público.
- A prevenção para que a prostituição não caracterize determinados espaços urbanos, mesmo que seja à custa de uma maior tolerância integral.
- Adaptação do espaço urbano às necessidades de mobilidade dos idosos e das pessoas com capacidades diferentes.
- Assessoria e inspeção que orientem os particulares na colaboração com a Revitalização Integral Urbana.

#### 2.4.4.2. Resultados esperados

- Dotações para usos desportivos e lúdicos em todos os espaços públicos singularizados.
- Mapeamento das zonas degradadas do sistema urbano do Eixo Atlântico.
- Programas de luta contra a sub-habitação e contra a visualização geográfica da marginalidade.
- Distribuição dos novos serviços públicos –especialmente da saúde, desportivos e educativos-, e também das novas superfícies comerciais e das licenças de atividades especiais como elementos de revitalização e regeneração de espaços urbanos.
- Distribuição das atividades culturais e desportivas que sejam organizadas ou subsidiadas pelos poderes públicos nos diferentes bairros e entidades do espaço urbano.
- Reabilitação de habitações e espaços públicos em áreas de notável marginalidade.
- Eliminação de pontos de distribuição de droga periféricos e degradados.
- Utilização de patrimónios singulares –museus, campus universitários, edifícios administrativos, estádios e atuações ornamentais de nova criação- como potenciadores da revitalização.

#### 2.4.4.3. Atores envolvidos

##### **O Eixo:**

- Coordenar o mapeamento das zonas degradadas do sistema urbano do Eixo Atlântico.
- Contribuir para o debate do knowhow existente.
- Servir de foro de intercâmbio de boas práticas.

##### **As administrações locais:**

- Distribuir, com critérios de revitalização integral, as atividades culturais e desportivas e os serviços e equipamentos.
- Exercer a liderança e coordenação dos Programas Integrais de Revitalização Urbana.
- Reabilitar os espaços públicos e edifícios municipais em áreas de notável marginalidade.
- Evitar que a prostituição caracterize determinados espaços urbanos.
- Planificar a mobilidades urbana de forma que se garanta a conectividade de todos os bairros, evitando torná-los mais periféricos.
- Evitar a segmentação social dos bairros.
- Melhorar a segurança das infraestruturas urbanas.

##### **As administrações regionais e nacionais:**

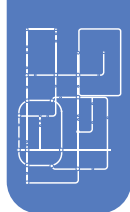
- Eliminar os pontos de distribuição de droga em zonas periféricas e degradados.
- Reabilitar os edifícios públicos nas áreas de notável marginalidade.
- Apoiar o financiamento dos Programas Integrais de Revitalização Urbana.

##### **A UE:**

- Apoiar o financiamento dos Programas Integrais de Revitalização Urbana, através de programas específicos e do BEI.

##### **A sociedade civil:**

- Participar ativamente, sob a liderança municipal, nos Programas Integrais de Revitalização Urbana.



#### 2.4.5. HABITAÇÃO

O direito a uma habitação digna consta nos ordenamentos jurídicos dos países da UE e na própria Carta de Direitos Fundamentais. Não obstante, é esta uma aspiração que está longe de ser cumprida para amplos setores da população, apesar da habitação ser um elemento central da inclusão social nas cidades. O modelo mediterrâneo de habitação própria foi-se impondo ao longo dos últimos cinquenta anos e hoje sete de cada dez europeus mantém esse regime de posse, se bem que dois quintos deles têm uma hipoteca pendente. Não obstante, a crise atual implicou um aumento considerável das tomadas das casas pelos bancos a uma retração nos níveis de manutenção dos lares com a respetiva deterioração da sua qualidade, aumentado por uma crescente sobrelotação. O modelo nórdico das habitações sociais em aluguer foi em declive por razões ideológicas, pelas limitações orçamentais e, em não poucos casos, pela sua associação com a exclusão social ao serem identificadas como habitações para imigrantes, desempregados ou pessoas em risco de pobreza. Hoje em dia, a posse de habitação social caminha para uma maior colaboração com o setor privado, por exemplo através da provisão de incentivos aos construtores para o desenvolvimento deste tipo de habitações. Por último, a crise também gerou um aumento das pessoas sem teto e dos bairros de lata, especialmente no sul da Europa.

A maioria da população de Espanha e Portugal vive em apartamentos, ultrapassando a média da UE e até liderando este item no caso espanhol. A posse em propriedade ultrapassa a média comunitária, com um terço de habitações hipotecadas em Espanha e um pouco mais em Portugal; a disponibilidade de habitação social em aluguer está na média europeia, no caso português e ligeiramente abaixo no espanhol. Em ambos os países, as taxas de sobrelotação estão claramente abaixo da média europeia, se bem que em Portugal as habitações da população em risco de pobreza têm deficiências bastante superiores à média comunitária.

A acessibilidade, qualidade e acesso à habitação é um elemento central que condiciona outras áreas da agenda urbana. Grande parte do atual parque não responde às condições necessárias para um combate efetivo das alterações ambientais global. A qualidade desse mesmo parque e a sua localização influem poderosamente na regeneração urbana e nos problemas de mobilidade. A poupança energética associada a uma economia circular deriva, em grande parte, do tipo de habitação e da sua localização espacial. A mobilidade laboral depende, em grande medida, do tipo de posse de habitação predominante. A aspiração a limitar a expansão urbana e as suas consequências na prestação de serviços sustentáveis, igualmente depende disso. Em resumo, sem uma habitação de qualidade e acessível não é possível a coesão social e a nova sociedade.

#### 2.4.5.1. Linhas de intervenção

- Aplicação de políticas públicas, na Euro-região, que facilitem o acesso a uma habitação digna àqueles setores com maiores dificuldades para fazê-lo: jovens, pessoas em risco de pobreza ou com baixos rendimentos, famílias monoparentais, imigrantes.
- Estudo da viabilidade do aumento do parque de habitação social, não tanto de titularidade municipal como de titularidade cooperativa ou de promoção privada incentivada.
- Planificação urbanística das habitações, nas cidades do Eixo Atlântico, que permita reduzir as deslocações e favoreça a economia circular.
- Estimulo da melhoria do parque de habitações existente: adequação às necessidades de uma população envelhecida, adaptação às medidas de poupança energética, qualidade mínima das habitações destinadas a aluguer, garantia de cumprimento das normas de habitabilidade.
- Eliminação, ou redução muito significativa, da sub-habitação e dos bairros de lata na área territorial da Euro-região.
- Soluções eficientes para a população dos sem teto.

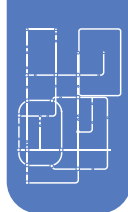
#### 2.4.5.2. Resultados esperados

- O desaparecimento dos bairros de lata e da sub-habitação.
- O aumento significativo no acesso à habitação digna dos setores com maiores dificuldades para tal.
- A melhoria do parque de habitações existente.
- O acesso à habitação dos sem teto.
- A poupança energética, o aumento de vida saudável e o maior crescimento económico derivados de uma boa planificação urbanística da habitação.

#### 2.4.5.3. Atores envolvidos

##### **O Eixo:**

- Contribuir para o debate do knowhow existente.
- Servir de foro de intercâmbio de boas práticas.



#### **As administrações locais:**

- Trabalhar na eliminação dos bairros de lata e da sub-habitação.
- Garantir a qualidade mínima do parque de habitações em aluguer.
- Elaborar, com amplos canais de participação, uma eficaz e eficiente planificação urbanística da habitação.
- Trabalhar no acesso à habitação dos sem teto.
- Facilitar a melhoria do parque de habitações existente.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

- Facilitar a melhoria do parque de habitações existente.
- Facilitar o acesso a uma habitação digna dos setores com maiores dificuldades para tal.
- Estudar a viabilidade do aumento do parque de habitação social.

#### **A UE:**

- Apoiar o financiamento dos Programas Integrais de Revitalização Urbana, orientados para a habitação, através de programas específicos e do BEI.

#### **A sociedade civil:**

- Participar ativamente na planificação urbanística da habitação.
- Contribuir para a melhoria do parque de habitações existente.

### **2.4.6. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO**

Pode-se mudar o mundo (fisicamente), ou pode-se mudar a forma de viver nele. A nova sociedade começa sempre por uma mudança de mentalidade, que em termos estratégicos nos obriga a reconhecer a existência de um problema de comunicação muito determinante. O problema de como conseguir um modelo de comunicação equilibrado, livre, plural e sem intervenção não é específico, nas sociedades avançadas, de nenhum país. Este problema é comum a todas as áreas e sociedades e apenas apresenta singularidades substantivas. O enorme salto nas tecnologias e formas da comunicação efetuado na última década rompeu em parte com os monopólios antigos da comunicação. Mas ao fazê-lo à custa de uma enorme dispersão das fontes e do anonimato das mesmas não resolveu –quando por vezes até aumentou- os problemas clássicos da comunicação democrática. O problema de comunicação previsível para o Eixo Atlântico é que, no universo de orientações que os cidadãos manejam-referidas à administração local, regional, estatal e até europeia-, as orientações específicas da política macrorregional europeia representam uma área especialmente fraca.

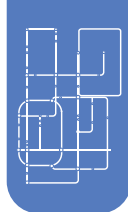
A criação e o reforço dessas orientações regionais, que deveríamos gerar com a mesma velocidade com a que se desenvolvem as estratégias do Eixo, só podem ser feitos nesse foro das democracias modernas que é o sistema mediático. E aqui é onde a porca torce o rabo, na medida em que, sobre os problemas que apresenta o bom funcionamento da democracia comunicativa em espaços tão consolidados e homogêneos como é o Estado, os habitantes da Euro-região Galiza-Norte de Portugal não têm um sistema mediático próprio, nem também parecem ter autoridades públicas ou empresas privadas dispostas a gerá-lo. Não falta quem pensa que a única forma de socialização democrática é a prática, e que o discurso da Euro-região –tal como o de qualquer espaço político- só pode ser gerado como consequência de uma praxis política insistente que a sociedade civil transforma, lentamente, em discurso. Mas nós trabalhamos sobre a convicção de que, num momento em que tudo parece depender das orientações educativas que conformam a personalidade do indivíduo e constituem a parte essencial da socialização, se mantenha a afirmação de que os grandes marcos da convivência se possam construir e alcançar sem orientações muito arraigadas que deem coerência e plenitude ao processo coletivo. Mas poucas dúvidas podem ficar de que esse objetivo pode estar muito longe se o filtro estatal das políticas europeias e das suas instituições continue a funcionar a pleno rendimento e sem a alternativa de uma opinião pública euro-regional. e muito devemos temer também que, se as instituições não impulsionam de alguma forma os passos para criar um modelo mediático euro-regional, teremos muitos problemas e muitas esperas desnecessárias para alcançar o que em termos de projeção politológica é inexorável.

#### 2.4.6.1. Linhas de intervenção

- Coincidência da agenda técnica e da agenda política com a agenda dos cidadãos. Coisa que agora mesmo não acontece. É, pois, imprescindível criar opinião euro-regional.
- Atenuação da brecha informativa que existe entre as áreas Norte e Sul da Euro-região.
- Conversão da Euro-região num quadro de convivência partilhada de valores comuns.
- Desenvolvimento de canais comunicativos que permitam um maior conhecimento entre as gentes da Euro-região e das suas realidades locais no conjunto do território.

#### 2.4.6.2. Resultados esperados

- O início de alguns conteúdos programáticos idênticos ou equivalentes nos meios de comunicação públicos ou nos espaços subsidiados das duas áreas linguísticas do Eixo Atlântico.
- Os programas de mobilidade de diferentes setores sociais, especialmente os relacionados com as atividades culturais ou de lazer.
- Os programas de mobilidade de alunos e professores universitários e a geração de publicações científicas que alarguem a sua influência a toda a Euro-região.
- As análises e debates partilhados sobre os programas vertebrais da UE, e muito especialmente sobre os que dizem respeito ao desenvolvimento e à visualização das periferias.



- O emprego das TIC para dar a conhecer as realidades locais ao conjunto da Euro-região.
- Um espaço –semanal ou quinzenal- com uma agenda comum, mesmo que com tratamento diverso, nalguns dos principais meios de comunicação públicos e privados de ambas as áreas.
- A colocação das bases para um meio de comunicação público partilhado –uma TV temática, por exemplo- em toda a área do Eixo Atlântico.
- O estabelecimento de prémios e incentivos para o jornalismo de âmbito euro-regional, com vista à criação de um núcleo de prescritores que sirva de base para a criação de consensos básicos euro-regionais.

#### 2.4.5.3. Atores envolvidos

##### **O Eixo:**

- Coordenar as ações orientadas para a criação de uma opinião pública euro-regional.
- Servir de foro de intercâmbio de boas práticas.

##### **As administrações locais:**

- Incentivar programas de mobilidade de diferentes setores, especialmente os relacionados com as atividades culturais e de lazer.
- Colaborar na criação de conteúdos e espaços de comunicação comuns ao âmbito euro-regional.
- Delinear e alimentar mecanismos de difusão da realidade local que tornem mais atrativa cada cidade e o conjunto do território.
- Colaborar na criação de uma opinião pública euro-regional.

##### **As administrações regionais e nacionais:**

- Incentivar programas de mobilidade de estudantes, professores e investigadores.
- Facilitar a criação de um meio de comunicação público partilhado.
- Colaborar na criação de uma opinião pública euro-regional.

##### **A UE:**

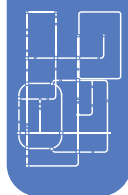
- Promover a criação de opinião pública euro-regional ao longo das fronteiras.

##### **A sociedade civil:**

- Participar e criar programas de mobilidade euro-regional.
- Colaborar na criação de uma opinião pública euro-regional.

**MATRIZ DE RELAÇÕES ENTRE AS ÁREAS DO EIXO CIDADE INTEGRADORA E PARTICIPATIVA E OS OBJETIVOS TRANSVERSAIS DA AGENDA URBANA EUROPEIA**

ÂMBITO	SUSTENTABILIDADE	CRESCIMENTO	INCLUSÃO
<b>1. Demografia, Saúde, Política social e inclusão</b>	Programas para uma sociedade demograficamente equilibrada.	Políticas de imigração, que favoreçam o reequilíbrio ordenado da pirâmide demográfica.	Programas de integração cultural, social e laboral que evitem a formação de âmbitos urbanos etnicamente diferenciados.
<b>2. Multiculturalidade, interculturalidade e Educação cultural</b>	Uma sociedade aberta à interculturalidade.	Um modelo educativo que vê a diversidade como oportunidade e riqueza cultural.	A interculturalidade como expressão normalizada de uma sociedade aberta. Geração de tradições e referentes da vida social interculturais.
<b>3. Segurança estrutural, funcional e jurídica</b>	Determinação e reforço das pautas assimiladas de socialização.	Criação de cidades integradas desde o seu pluralismo cultural e étnico.	Oportunidades para a reciclagem, a profissionalização e as oportunidades da diversidade. O espaço público como reflexo da interculturalidade.
<b>4. Programas Integrais de Revitalização Urbana</b>	Difusão de serviços e infraestruturas urbanas em todo o âmbito da cidade. Utilização dos centros de serviços públicos para a dinamização urbana.	Evitar os bairros dormitórios, dotando todos os espaços de comércio, serviços e oportunidades de lazer e trabalho.	Gerar emprego de proximidade. Aumentar a diversidade do tecido social. Potenciar o empreendimento no espaço urbano.
<b>5. Habitação</b>	Adequação do parque de habitações à mudança ambiental global.	Adaptação do parque de habitações à economia circular. Acessibilidade da habitação.	Uso do acesso à habitação como elemento central da coesão social.
<b>6. Políticas de Comunicação</b>	Partilhar as agendas no processo de informação, para gerar procuras e decisões de ampla aceitação.	Incentivar a criação de uma opinião pública da Euro-região.	Favorecer as iniciativas relativas à informação e a opinião nas pequenas localidades e nos grandes centros urbanos.



## 2.5. MUNICÍPIOS EFICIENTES: A NOVA ADMINISTRAÇÃO (ENTIDADES LOCAIS RELACIONAIS)

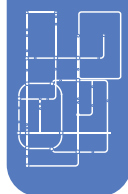
Repensar o papel dos municípios e das cidades nas próximas décadas implica dedicar um esforço importante a repensar a própria organização interna, a sua estrutura de funcionamento, os recursos e financiamento necessários e como consegui-los, bem como os novos papéis que os diferentes agentes, e em especial a cidadania, devem ter. Perante a amplitude da crise e dos novos desafios de futuro para os sistemas urbanos, apresentam-se três grandes modelos-tipo de reação das entidades locais:

- **O modelo fornecedor e gestor de serviços:** centrado em oferecer serviços à cidadania e em considerar o cidadão como consumidor ou cliente dos recursos municipais. Este modelo conduziu os municípios a uma perda de protagonismo social e económico, orientando a gestão para processos de privatização. Os municípios tentam centrar-se no desenvolvimento das competências próprias, as de obrigado cumprimento e começam a denominar como “impróprias” as que são competências voluntárias. A política submete-se à gerência, à contabilidade e à intervenção. A política como instrumento de construção dos cidadãos não é abordada. Produz-se uma deslegitimação da política a partir de algumas áreas da própria política.
- **O modelo do mercado ou do “governo ausente”;** aquele que deve fazer o menos possível (definido eufemisticamente como “emagrecimento do que é público”) e que encomenda à sociedade civil e/ou ao “mercado” a liderança e a realização das tarefas em vez de integrá-las na responsabilidade pública. São colocados em funcionamento mecanismos de gestão do caso público como podem ser os *private finance initiative (PFI)*, também conhecidos como *public-private partnerships (PPPs)* que, nalguns casos, foram instrumentalizados para fins diferentes daqueles para os quais foram concebidos. Os valores públicos de interesse geral, transparência, objetividade ou equidade são submetidos em exclusiva aos efeitos dos valores do Tripló E (economia, eficácia e eficiência) próprios da organização privada e da gestão de serviços. Este sistema de gestão incentiva uma cidadania não comprometida nem responsabilizada com a cidade e o seu futuro e conduz ao aumento da conflituosidade entre atores e diferentes setores da cidadania e seus representantes democráticos.
- **O modelo da nova governação pública, baseada nos conceitos de governação democrática.** São os governos da “ação articulada”, da “cidade resiliente” capaz de enfrentar a adversidade e poder preparar o futuro. O objetivo foca-se na construção de um novo modelo partilhado de progresso social, económico e institucional na cidade que a dirija para objetivos de progresso, coesão social e institucional e, porque não, de melhoria das condições de produtividade e de competitividade sempre dentro da manutenção de um alto nível de responsabilidade social por parte das empresas. Trata-se de gerir adequadamente as competências próprias juntamente com a gestão das incumbências (tudo aquilo que preocupa amplamente a cidadania e é básico para o progresso da cidade; o que não significa fornecê-las e financiá-las com recursos nem sequer maioritariamente locais). Dado que as políticas públicas são as políticas das *polis*, ajustar e cooperar são os conceitos chave.

Gerir um território significa cada vez menos centrar-se única e primordialmente em valores de economia, eficácia e eficiência dos recursos públicos, para priorizar umas relações de qualidade entre os atores urbanos para que gerem efeitos sinérgicos. A eficácia deve associar-se com a noção do ótimo, com as metas e o tempo, com a relação entre resultados pretendidos e resultados obtidos, com o grau em que se alcançam os objetivos e as metas num determinado período de tempo, sem reparar nos custos. A eficiência, pelo contrário, deve relacionar-se com a capacidade administrativa de obter o máximo de resultados com o mínimo de recursos, de energia e de tempo. As relações de qualidade entre os atores urbanos não devem ignorar a necessidade de colocar um limite razoável ao endividamento local, que deve orientar-se basicamente para o investimento produtivo sem lastrar as futuras gerações e o seu direito ao desenvolvimento. Também não convém ignorar a necessidade de ter um limite razoável na fiscalidade local porque tanto a cidadania como os investidores devem ter a noção de que o serviço realmente prestado pelas autoridades locais corresponde ao nível de fiscalidade que lhes é imposta. Trata-se da capacidade para orientar numa direção de futuro, através de um projeto concreto, a ação coordenada dos diferentes atores urbanos.

Apesar disso, centrando-nos em Espanha e Portugal, a primeira com 8.117 municípios e o segundo com apenas 308, a atual crise significou uma transformação normativa, por efeitos da consolidação fiscal, tendente a minorar as competências municipais e aumentar o controlo da gestão económico-financeira das entidades locais no caso espanhol. Enquanto em Portugal, e com a mesma filosofia, a reforma foi mais profunda. Assim, foi proibida a criação de novas empresas públicas locais; foi reduzido o número de *freguesias*, aproximadamente em 25%; foi reduzido o número de comunidades intermunicipais, fazendo-as coincidir com as NUTS III e clarificando as suas competências, especialmente na gestão dos fundos comunitários 2014-2020; foi reduzido o número de *vereadores* e de chefias de cada município, ao mesmo tempo que se reforçam os poderes de fiscalização das Assembleias Municipais.

Apesar das diferenças entre os dois países, os seus projetos de reforma da administração local têm muitas semelhanças. A razão principal é que os seus objetivos foram impostos por organismos externos como contrapartida da ajuda que lhes foi concedida.



ESPAÑA	PORTUGAL
Prioridade para a eficiência	Prioridade para a eficiência
Eliminação de entidades locais menores	Redução e eliminação de entidades locais menores ( <i>freguesias</i> )
Redefinição de competências municipais	Redefinição de competências entre municípios e <i>freguesias</i>
Redução do número de municípios	Reducción del número de municípios
Proibição de criação de entes instrumentais	Proibição de criação de empresas públicas locais
Redução do número de cargos diretivos locais	Redução do número de cargos diretivos locais
Diminuição do pessoal com contrato a prazo ou temporário	Redução do número de funcionários públicos locais
Diminuição do número de <i>concejales</i>	Redução do número de <i>vereadores</i>
Limitação de cargos públicos com dedicação exclusiva	Limitação de cargos públicos com dedicação exclusiva
Regulação dos salários de presidentes de câmara e de vereadores	

Na tentativa de recolher as estratégias atuais que as cidades e grupos de cidades europeias, quer sejam transfronteiriças ou não, apresentam para uma melhor governação, governo e gestão pública, o especialista internacional sobre a matéria Jordi Joly (colocar citação) lembra-nos que a Comissão Europeia refere que a qualidade da administração pública tem um impacto direto no ambiente económico e portanto é crucial para estimular a produtividade, a competitividade e o crescimento. Igualmente, menciona que a associação institucional transfronteiriça não só deve ser um amplo quadro de estratégia regional, como também um motor que incentive a melhoria do habitat, a sustentabilidade e o progresso.

É conveniente começar a desenvolver um modelo próprio para as associações municipais transfronteiriças, para os governos das suas cidades e prepará-los assim para alcançar os objetivos da Agenda Urbana 2020, um modelo onde exista uma excelente cooperação entre os políticos e os administradores públicos para garantir a missão e a visão de cidade, modelo que deve ser implementado nos hábitos de trabalho do dia-a-dia.

Igualmente, as cidades com sucesso atual e com perspetivas dele no futuro, estão baseadas na cooperação como fator chave, numa governação horizontal com a criação de *networks* e *clusters*, mas também com uma vertente vertical para conseguir a transversalidade necessária. E para tal é necessário um papel ativo das cidades já que os assuntos de integração estão muito pouco presentes nas políticas interministeriais.

Por outro lado, é necessário aprofundar o desenvolvimento do sentimento de pertença a uma estrutura transfronteiriça, vincando aspetos e projetos que não sejam assumidos individualmente mas sim como grupo, focalizando a estratégia em impactos que sejam reconhecíveis pela população.

Na opinião de Joly, as cidades devem trabalhar um passo mais além no conceito de *Smart City*; inteligente significa não só ser amigável com o uso de ferramentas e tecnologias digitais, como ter uma reconhecida e avançada capacidade de gestão das políticas que estão sob a responsabilidade da cidade. As cidades e os seus grupos devem trabalhar para um sistema de governo eficaz e eficiente de engrenagens (vertical e horizontal) capaz de alinhar os recursos para conseguir um impacto social positivo. Este é sem dúvida um impacto e governo avançado, um novo compromisso público.

Os governos internos locais das organizações de cidades transfronteiriças jogam um papel essencial, principalmente no alinhamento e no diálogo entre a política e a gestão. Portanto o modelo proposto baseia-se no Trato entre Política e Gestão (TPG), um sistema completo, integrado e estruturado que abrange uma ampla gama de ferramentas e teorias.

Joly define o conceito *Impacto Economia* que na sua conceção futura significa trabalhar e desenvolver um espaço de compromisso da sociedade, ansiando uma área em que as esferas pública e privada se sobrepõem entre si, criando sinergias de interesse mútuo. Desenvolvimento económico sustentável e compromisso social são a chave do êxito regional.

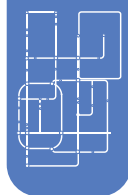
A criação de sistemas de inovação adequados ajuda a desenvolver uma região em que as pessoas querem iniciar e desenvolver negócios nela, sendo ao mesmo tempo atrativas para as empresas que hoje em dia se movem em qualquer lugar. Portanto, incentivar através de concursos a contratação pública inovadora, a procura de soluções aos desafios da cidade também é bastante recomendável.

As administrações públicas têm que focalizar os seus esforços em ser eficientes, competitivas, inovadoras, baseadas em profissionais capacitados e com uma mentalidade orientada para o resultado. Se a isto se lhe juntar uma estratégia transparente e uma gestão efetiva dos recursos humanos e económicos de uma forma sustentável, o bem-estar dos cidadãos está garantido.

Por último, e sobre o financiamento, embora as administrações eficientes e critérios de gestão da qualidade nas organizações públicas não devem depender dos subsídios, não por isso deve de renunciar a eles.

No quadro deste contexto, a análise sobre a necessária nova administração local no âmbito do Eixo Atlântico centra-se nas seguintes áreas de intervenção:

- Governação democrática: liderança e impulso de uma estratégia integrada de desenvolvimento urbano
- Eficiência administrativa: uma administração para a gestão da estratégia
- Financiamento: suficiência, transparência e autonomia financeira
- Estruturas de redes e lobby: cooperar e ajustar



### 2.5.1. GOVERNAÇÃO DEMOCRÁTICA: LIDERANÇA E IMPULSO DE UMA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Todas as metodologias, desenvolvidas durante as duas últimas décadas do século passado, de reforma da administração pública local têm em comum a sua pertença a um mesmo enfoque que consiste em considerar que a administração pública deve centrar-se numas competências e recursos que deve tornar mais transparentes, controláveis e eficientes para servir melhor a cidadania. No século XXI, é exigível um novo enfoque. Um novo enfoque consistente em centrar a ação da administração local na consecução de objetivos de desenvolvimento económico e social e de qualidade de vida do conjunto da sociedade. Neste enfoque a oferta de serviços e a eficiência da sua gestão colocam-se ao serviço do seu impacto e incidência no progresso humano, que é uma ação societária que os engloba e integra. Os objetivos do desenvolvimento do progresso humano são: o desenvolvimento económico, a coesão social, a sustentabilidade ambiental e a finalidade ética com base nos direitos humanos de todo o desenvolvimento.

Os governos locais vêm na necessidade de assumir a liderança para construir redes de atores e coordenar os seus esforços para poder desenvolver, sob a responsabilidade democrática municipal e a participação e coresponsabilidade dos cidadãos, o bom governo da cidade. Hoje, o fundamental de um governo democrático, representante dos interesses gerais, é encontrar o seu papel específico como catalisador das relações de cooperação pública, privada e interinstitucional, em função de objetivos e projetos que respondam aos interesses gerais e às necessidades mais sentidas da cidadania. A tarefa principal para uma Administração é assumir as responsabilidades públicas para o bom funcionamento das relações interorganizacionais no território. O resultado das políticas públicas depende da intensidade, da qualidade e da estabilidade das interações que ocorram entre os atores.

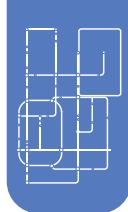
Uma das definições mais admitidas de governabilidade, é justamente a de dar satisfação às expectativas e procuras da cidadania. Proporcionar a referida satisfação atribuíam-se como competência à administração pública que devia fazê-lo através do desenvolvimento de políticas públicas e a implementação de prestações e serviços. A grande alteração consiste na constatação de que dar satisfação a umas necessidades crescentes e cada vez mais complexas deve necessariamente ser uma ação combinada entre os diferentes atores sociais e institucionais. Por isso, não se trata tanto de garantir a governabilidade como ação de um governo, mas que o fundamental é garantir a governação. Ou seja, a ação partilhada entre os atores presentes no território para dar satisfação às necessidades e suporte na assunção de desafios. A governação envolve a capacidade de uma sociedade para alcançar os seus objetivos. Hoje mais do que governo deve falar-se em capacidade de governar. Ou seja, de coordenação entre os recursos do governo e os da sociedade civil.

### 2.5.1.1. Linhas de intervenção

- Criação de confiança e colaboração entre a sociedade civil e a administração pública. Elementos característicos da nova governação seriam a criação de clusters, no terreno económico, e redes de cooperação, no social.
- Estabelecimento de uma liderança habilitadora que aglutine o conjunto das forças sociais e as dirija para um objetivo comum. Essa liderança deve ser exercida pela administração democrática. Legitimada por isso e para isso.
- Estabelecimento de canais que favoreçam a auto-organização dos setores sociais mais desfavorecidos e o fortalecimento da representatividade das entidades que assumam interesses menos concretos e mais gerais. A ausência de liderança por parte da administração eleita comporta um deficit democrático no território. É fundamental que as administrações assumam a direção para que não fique em exclusivo nas mãos dos interesses corporativistas.
- Gestão estratégica do território como um instrumento nas mãos dos governos locais e regionais para passar de gestores de competências e recursos a dirigir os processos de transformação do território com a cooperação dos atores sociais e institucionais e a participação da cidadania entendida como envolvimento responsável na consecução dos objetivos de progresso humano.
- Relação entre administrações locais e regionais baseada num processo de negociação relacional-colaborativo. Para isso, é necessário romper com um esquema de relação entre administrações baseado nas competências e nos recursos, que remete para um esquema de conflito sustentado no “eu ganho (competências e recursos), tu perdes”. o novo esquema de negociação descansa no “eu ganho, tu ganhas”, na consecução de objetivos de progresso humano nas cidades e na região.
- Definição clara das competências sobre as quais os municípios devem exercer o seu poder. Ou seja, definir o catálogo de competências municipais em benefício da governação democrática e da cidadania.

### 2.5.1.2. Resultados esperados

- A revisão da normativa básica sobre regime local.
- A criação de uma área de discussão que favoreça, impulsione e defina um novo quadro normativo sobre o regime local e o seu financiamento. Aspetos que escapam às competências locais mas que afetam imenso.
- A articulação de uma reforma estrutural com vocação de permanência no tempo.
- Os Alcaldes e Autarcas deverão combinar ágil e inteligentemente a gestão das suas competências com a gestão dos amplos conteúdos da sua agenda política (competências - incumbências).
- A implementação de uma governação relacional-colaborativa, liderada pelo governo local com uma gestão estratégica, e com a participação corresponsável de toda a sociedade.
- A determinação e consolidação dos direitos reais de participação e colaboração da cidadania no desenvolvimento do projeto comum da cidade.



### 2.5.1.3. Atores envolvidos

#### **O Eixo:**

- Contribuir para o debate do knowhow existente.
- Servir de foro de intercâmbio de boas práticas.

#### **As administrações locais:**

- Exercer a liderança habilitadora da estratégia integrada de desenvolvimento urbano.
- Dirigir a gestão estratégica do território, uma vez definida em colaboração com os restantes atores institucionais e sociais e com a cidadania.
- Determinar e consolidar os direitos reais de participação e colaboração da cidadania no desenvolvimento do projeto comum da cidade.
- Implementar uma governação relacional-colaborativa.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

- Rever a normativa básica sobre regime local.
- Criar uma área de discussão que favoreça, impulse e defina um novo quadro normativo sobre regime local e o seu financiamento.
- Definir o catálogo de competências municipais em benefício da governação democrática e da cidadania.

#### **A UE:**

- Favorecer o debate sobre a governação democrática.

#### **A sociedade civil:**

- Participar co-responsavelmente na estratégia integrada de desenvolvimento urbano das suas cidades e territórios.
- Participar co-responsavelmente na governação democrática das suas cidades e territórios.

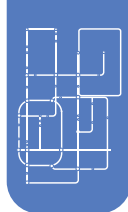
## 2.5.2. EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA: UMA ADMINISTRAÇÃO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Para desenvolver verdadeiramente a gestão estratégica relacional numa cidade é necessária a construção de uma administração pública à altura do século XXI (no sentido de moderna, eficaz, recetiva, colaborativa, etc.) e orientada para a prestação de serviços públicos de qualidade. Uma administração compreensível, acessível e participativa que não seja um obstáculo à implementação da governação democrática. Liderar uma cidade desde a perspetiva da gestão estratégica requer uma administração orientada na mesma direção e com as capacidades de facilitar a execução da estratégia delineada. Evidentemente para a articulação da nova governação, a gestão e organização do município importa muito. É necessária uma liderança para desenvolver um processo de transformação com uma direção de alteração muito clara: passar do governo fornecedor / ausente para o relacional.

Não devemos deixar dado que as administrações públicas espanholas e lusas carregam nas suas costas um profundo estereótipo de ineficácia e de ineficiência. Desde esta perspetiva, não se compreende a imutabilidade e a perdurabilidade de certos organismos e de determinados quadros da administração pública, que sendo ineficiente, projeta efeitos negativos sobre a competitividade dos sistemas económicos espanhol e português. Hoje em dia, a legitimidade social das administrações públicas não pode fundamentar-se apenas no respeito pela lei, a divisão de poderes e no regulado dos procedimentos seguidos na tomada de decisões. A legitimação legal manifesta-se insuficiente e necessita de ser complementada por outros valores organizacionais (economia, eficácia, eficiência, equidade social, objetividade, transparência, prestação de contas, participação, etc.) portadores de uma nova legitimidade baseada na sua capacidade como “ente global” prestador de serviços. A cidadania deseja uma administração pública atenta às suas necessidades e às suas procuras. Desde a sua condição de utente exige uma maior atenção à capacidade da administração pública (toda ela, no seu conjunto) para delinear, organizar e prestar serviços corretamente.

Sem dúvida, a eficiência da gestão das administrações é uma questão fundamental para a geração da legitimidade dos governos, uma vez que para além do comportamento democrático dos poderes públicos, é fundamental que estes respondam às necessidades da sociedade e o façam com eficiência. Mesmo assim, a sociedade cada vez mais requer maiores doses de transparência na gestão da administração e na tomada de decisões. A transparência e a “dação de contas” é um elemento indispensável para que os governos locais e as administrações contem com a necessária legitimidade política e dotar o território da necessária governabilidade.

Tudo isso confere o princípio de governação e bom governo, como questão primordial, e poder-se-ia dizer, que é o primeiro trabalho dos governos locais, e do próprio Eixo como associação de cidades.



### 2.5.2.1. Linhas de intervenção

- Planificação de uma administração para a gestão da estratégia. Trabalhar para alcançar uma administração para a gestão da estratégia que garanta uma melhor qualidade dos serviços públicos com um maior envolvimento e formação dos funcionários com o objetivo de alcançar um maior grau de profissionalização dos funcionários públicos, dentro do modelo *Politics and Management Deal* (PMD).
- Garantia da multidireccionalidade da comunicação e dispor de sistemas de informação corporativos que possam reportar da base para cima, condição necessária para desenvolver governos relacionais.
- Avanço na criação de mecanismos de transparência e prestação de contas à sociedade, constituindo o Eixo Atlântico uma rede de “cidades do bom governo e transparência”.
- Alcance de uma administração eletrónica de qualidade e inovadora ao serviço da cidadania. Internet como ferramenta estratégica para ampliar a relação com os cidadãos e as cidadãs e multiplicar a prestação de serviços através de uma série de linhas estratégicas: município online; atenção à cidadania e qualidade de serviço; recetividade, participação e conciliação; desenvolvimento organizacional; novas ferramentas de gestão.

### 2.5.2.2. Resultados esperados

- A implementação de um projeto inovador de transformação para a criação de governos relacionais e administrações recetivas.
- A implementação de uma verdadeira administração digital que potencie a cultura da internet entre a população e dentro da Câmara Municipal.
- A ampliação dos serviços públicos online.
- A melhoria de serviços e a melhoria do atendimento integral polivalente.
- A criação de oficinas integrais de atenção à cidadania.
- A agilização e simplificação dos trâmites.
- O alcance de uma administração que incentive o diálogo e a informação em duas direções, mais participativa e corresponsável com a cidadania, fruto desta interação.
- A consecução de uma administração recetiva e participativa.
- A criação de uma cultura de transparência e bom governo na gestão dos municípios, favorecendo o conhecimento das políticas públicas e a prestação de contas.

### 2.5.2.3. Atores envolvidos

#### **O Eixo:**

- Contribuir para o debate do knowhow existente.
- Servir de foro de intercâmbio de boas práticas.

#### **As administrações locais:**

- Conseguir uma administração recetiva e participativa.
- Agilizar e simplificar os trâmites.
- Aumentar a qualidade dos serviços públicos.
- Criar oficinas integrais de atenção à cidadania.
- Apostar pela implementação de uma administração digital.
- Criar um observatório urbano para fazer o acompanhamento da estratégia integrada de desenvolvimento urbano.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

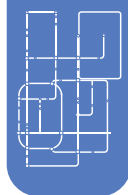
- Apostar pela implementação de uma administração digital.
- Conseguir uma administração recetiva e participativa.
- Aumentar a qualidade dos serviços públicos.

#### **A UE:**

- Apoiar a implementação da administração digital através dos fundos estruturais e do BEI.

#### **A sociedade civil:**

- Participar co-responsavelmente na implementação e acompanhamento da estratégia integrada de desenvolvimento urbano das suas cidades e territórios.



### 2.5.3. FINANCIAMENTO: SUFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA E AUTONOMIA FINANCEIRA

**Em Espanha**, com a finalização dos trespasses dos serviços educativos e de saúde, o quadro de distribuição da despesa aproxima-se a 50% para o Estado, 35% para as Comunidades Autónomas e 15% para as entidades locais. Este panorama significa que a Espanha transformou-se num dos Estados mais descentralizados do mundo desde a perspetiva da distribuição da despesa pública entre o Estado e os níveis subestatais. Mas se descemos para analisar a distribuição dessa despesa entre os dois níveis subestatais – o regional e o local - o desequilíbrio é patente.

**Em Portugal**, pelo contrário, o debate sobre a regionalização esteve durante anos na agenda política, mas não chegou a concretizar-se. Consequentemente com a presença de um Estado muito centralizado, deparamo-nos com uma distribuição da despesa de 74 % para o Estado e 26 % para as entidades locais.

Neste momento, os nossos governos locais estão amadurecidos para poder assumir uma maior carga de responsabilidades perante os seus cidadãos, com a conseqüente transferência dos recursos financeiros necessários para a sua prestação. E mais, existe uma procura generalizada de aprofundamento nos princípios da democracia local e de subsidiariedade ou “proximidade”, que além disso se encontram numa relação recíproca de retroalimentação: a democracia local exige, para ser efetiva, projetar-se sobre áreas amplas de políticas públicas, e o princípio de proximidade justifica-se pelo maior controlo democrático da colocação em prática dessas políticas públicas e a possibilidade de uma participação dos cidadãos na sua delimitação e gestão. A delimitação do âmbito das competências locais é uma questão interrelacionada com a atribuição de meios financeiros, e a virtualidade da atribuição de competências próprias diferentes das delegadas dependerá em última instância dos meios económicos com que se dote os entes locais. De igual forma, o tamanho e a população dos municípios devem fazer parte do debate sobre o financiamento e o âmbito de competências.

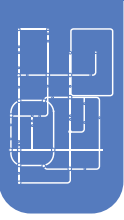
Para manter a crescente despesa corrente e a prestação de serviços em aumento, os municípios recorreram a aumentar a cobrança dos impostos próprios até ao limite e/ou a seguir para o endividamento. Mas é necessário destacar que as corporações locais realizam um volume de investimento que multiplica por dois ou por três a apelação ao crédito a longo prazo que solicitam, sendo as instâncias administrativas de maior eficácia investidora do crédito alheio, se bem no caso espanhol isto não pode ser desligado do baixo nível de competências dos municípios. Contudo, o nível de endividamento local provoca uma deterioração financeira, mais ou menos preocupante em função de variáveis financeiras e do andamento das receitas. Mas existe um risco maior, um risco político derivado da necessidade de querer atender necessidades sociais sem recursos na mesma proporção.

### 2.5.3.1. Linhas de intervenção

- Estabelecimento de uma proposta de novo modelo de financiamento que inclua a redefinição das matérias de taxação reservadas às corporações locais.
- Visão renovada da organização do território regional e urbano.
- Autonomia da gestão tributária.
- Afiançamento da suficiência financeira dos municípios. É necessário abordar uma reforma em profundidade dos impostos locais para adaptá-los às necessidades atuais.
- Sustentabilidade económica e financeira. O limite de endividamento deve ser igual para os municípios que para as restantes administrações públicas. Em todo o caso, os municípios devem poder fazer uso dos seus superávits e remanescentes de tesouraria sem mais limites que os do endividamento.
- Lealdade institucional. Os orçamentos do Estado não devem alterar o regime financeiro local. Devem flexibilizar-se as transferências e aumentar a sensibilidade nos critérios de ponderação estipulados, estabelecendo outros novos se for preciso.
- Definição de mecanismos de coesão para os municípios do interior e de baixa densidade, pois, a curto prazo, a única forma de compensar o desfasamento do resultado receitas/despesas é aumentar os contributos do Estado, estabelecendo critérios que garantam que estas transferências ajudem a equilibrar o território.
- Criação de incentivos para a real e eficaz cooperação entre municípios na prestação de serviços.
- Aumento da transparência na elaboração e execução dos orçamentos públicos.
- Capacitação para captar o maior número de recursos públicos competitivos disponíveis, especialmente no âmbito nacional e europeu.

### 2.5.3.2. Resultados esperados

- Um novo modelo de financiamento local, simplificando-o, facilitando a sua gestão e transparência e dotando-o de uma maior potência de cobrança.
- A consecução de uma maior suficiência financeira com o fim de potenciar ao máximo a eficácia social dos municípios, atribuindo os recursos disponíveis sob o princípio da solidariedade, base da cultura democrática, a fim de poder continuar a manter o convívio social.
- O fortalecimento da autonomia municipal para poder garantir serviços públicos de qualidade.
- A reformulação do sistema político-administrativo do território, se fosse necessário.



### 2.5.3.3. Atores envolvidos

#### **O Eixo:**

- Contribuir para o debate do knowhow existente, especialmente na captação de fundos públicos competitivos.
- Servir de foro de intercâmbio de boas práticas.

#### **As administrações locais:**

- Contribuir para a suficiência financeira com uma gestão eficaz e transparente dos recursos.
- Garantir a transparência do financiamento das finanças locais.
- Trabalhar para uns serviços públicos de qualidade.
- Exercer a lealdade institucional, em matéria financeira, com as restantes administrações públicas.
- Gerir as finanças públicas com critérios de sustentabilidade.
- Capacitar profissionais para a captação de fundos públicos competitivos.

#### **As administrações regionais e nacionais:**

- Reformular o sistema político-administrativo do território, se fosse necessário.
- Fortalecer a autonomia municipal e a sua suficiência financeira.
- Promover um novo modelo de financiamento das finanças locais.
- Criar incentivos para a real e eficaz cooperação entre municípios na prestação de serviços.
- Definir mecanismos de coesão para os municípios do interior e de baixa densidade.

#### **A UE:**

- Promover a Carta Europeia de Autonomia Local do Conselho da Europa.

#### **A sociedade civil:**

- Exigir e controlar a transparência das finanças das finanças locais.

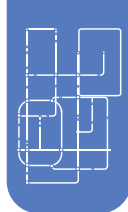
#### 2.5.4. ESTRUTURA DE REDES E LOBBY: COOPERAR E CONCILIAR

A Galiza e o Norte de Portugal, são unos territórios com um grande desequilíbrio entre o litoral e o seu interior, o que provoca que existam muitos municípios que ocupam uma grande extensão mas com pouca e envelhecida população. Existe também uma tensão nem sempre bem resolvida, entre as urbes maiores e as suas áreas metropolitanas, que gera situações de ineficiência e sobreposições que redundam na referida tensão.

É de vital importância criar estruturas, ou modificar algumas já existentes, para melhorar a posição dos municípios da Euro-região, tanto na sua relação com o contorno como nas suas próprias capacidades endógenas. Deste ponto de partida pretende-se formular uma alternativa de melhoria, sobre bases conceptuais assentes em vários elementos centrais. A unidade de atuação desde a necessária autonomia local. A eficiência do gasto na prestação de serviços, dando prioridade à qualidade dos mesmos. A garantia da cobertura dos serviços públicos em todo o território, com independência das circunstâncias que condicionam cada administração local (tamanho, dispersão populacional, áreas metropolitanas, etc.). O incentivo de sinergias que permitam uma melhoria da posição das administrações locais e fortalecer o seu potencial (económico, turístico...). O impulsionamento à colaboração entre as administrações locais, minimizando as rivalidades, num contorno de cooperação. O incentivo da colaboração entre as administrações locais e o ecossistema socioeconómico em que estão inseridas.

##### 2.5.4.1. Linhas de intervenção

- Identificação e análise das estruturas existentes. É preciso conhecer e analisar o funcionamento das estruturas já existentes, tais como associações comunais ou comunidades de municípios, consórcios, fundações, entidades de participação mista entre instituições privadas (entidades sem fins lucrativos, empresas, ou outras) e municípios ou organizações supramunicipais.
- Adequação das estruturas às necessidades do contorno. Não se trata de criar uma estrutura e replicá-la de forma mimética em todos os territórios, mas de estudar as necessidades e os pontos fortes do contorno onde operam e condicioná-las aos objetivos que se perseguem, tornando a colaboração um elemento central para a consecução de aqueles.
- Incentivo da cultura da cooperação e da aliança através do estabelecimento de objetivos estratégicos comuns. É necessário visualizar a utilidade da colaboração para que os diversos agentes que intervêm no terreno, e principalmente aqueles que têm mais responsabilidade nas decisões, percebam a cooperação como um ponto forte e uma ferramenta útil para a consecução dos objetivos perseguidos.
- Interação e permeabilidade. Há que prever mecanismos ágeis e flexíveis que permitam a permeabilidade das estruturas de redes e lobby que se criem para que possam interagir com o contorno, enriquecendo-se e implementando aquelas ideias e iniciativas que partam de outras instituições, ou que existam na área de referência, ou, se for o caso, noutras.



- Flexibilidade interna das estruturas de redes e lobby que permita as cooperações reforçadas, sem forçar ninguém a iniciar novas ações e sem impedir que outros o façam.
- Inserção do território no mundo global. É preciso exercer influência em qualquer foro, por próximo ou afastado que estejam, onde se tomem decisões que afetem os municípios da Euro-região, tecendo alianças flexíveis, temporárias ou não, com outros agentes interessados.
- Consolidação das estruturas de cooperação transfronteiriças que demonstraram a sua eficácia na Euro-região e criação de outras novas no âmbito da cooperação de proximidade.

#### 2.5.4.2. Resultados esperados

- A análise das estruturas e lobbies que operam em cada contorno: composição e objetivos estratégicos.
- A melhoria da competitividade de cada uma das cidades do Eixo graças ao trabalho em rede e colaborativo.
- A diminuição das diferenças entre a zona interior e litoral, para que as zonas menos desenvolvidas possam aproveitar as sinergias das mais dinâmicas acelerando a convergência de desenvolvimento.
- Criação de estruturas supramunicipais ou intermunicipais estáveis, permeáveis ao entorno e que interajam com ele.
- A especialização das estruturas supramunicipais em função dos pontos fortes do contorno ao que pertencem e/ou dos objetivos que perseguem.
- A consolidação das estruturas de cooperação transfronteiriças que demonstraram a sua eficácia na Euro-região
- A criação de estruturas flexíveis de lobbies, nacionais ou internacionais, temporárias ou estáveis, capazes de defender os interesses das cidades da Euro-região.

#### 2.5.4.3. Atores envolvidos

##### **O Eixo:**

- Consolidar-se como estrutura de cooperação transfronteiriça de referência
- Contribuir para o debate do knowhow existente.
- Incentivar a cultura da cooperação e a aliança.
- Analisar as estruturas e lobbies que operam em cada contorno, a sua composição e os seus objetivos estratégicos.

**As administrações locais:**

- Criar estruturas supramunicipais ou intermunicipais estáveis, permeáveis ao entorno e que interajam com ele.
- Incentivar a cultura da cooperação e a aliança através do estabelecimento de objetivos estratégicos comuns.
- Criar.

**As administrações regionais e nacionais:**

- Facilitar a criação de estruturas flexíveis de lobbies, nacionais ou internacionais, temporárias ou estáveis, capazes de defender os interesses das cidades da Euro-região.
- Incentivar a cultura da cooperação e a aliança.
- Promover a criação de estruturas supramunicipais ou intermunicipais estáveis.
- Contribuir para a diminuição das diferenças entre a zona interior e litoral, graças ao trabalho em rede e colaborativo.

**A UE:**

- Apoiar a capacidade de interlocução dos lobbies de cidades transfronteiriças perante as instituições comunitárias.

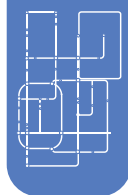
**A sociedade civil:**

- Participar no incentivo da cultura da cooperação e a aliança.

## MATRIZ DE RELAÇÕES ENTRE AS ÁREAS DO EIXO MUNICÍPIOS EFICIENTES E OS OBJETIVOS TRANSVERSAIS DA AGENDA URBANA EUROPEIA

	SUSTENTABILIDADE	CRESCIMENTO	INCLUSÃO
<p><b>1. Governação democrática: liderança e impulso de uma estratégia integrada de desenvolvimento urbano.</b></p>	<p>O reforço da dimensão urbana. Uma administração pública ao serviço da estratégia de desenvolvimento urbano. Estratégias DUSI como “modelo de cidade” concordado de modo coletivo. Estabelecimento de um novo conceito de administração pública (proactiva) que viabilize a sua futura existência. Clarificação e classificação rigorosa das cartas de serviços dos diferentes níveis institucionais da administração pública.</p>	<p>Planificação conjunta e coerente de áreas territoriais amplas, como base de um crescimento sustentável de entornos territoriais homogêneos. Atrativo da cidade e dos seus entornos funcionais (ampliação do conceito de <i>citymarketing</i>). O setor público como dinamizador e garante da nova economia social. Qualidade, excelência e inovação nos serviços públicos como base de um desenvolvimento racional, equilibrado e justo.</p>	<p>Planificação de políticas sociais para áreas funcionais (por cima dos limites administrativo-competenciais). Evitar a cronicidade da pobreza urbana no âmbito da União Europeia. Equilíbrio social económico e ambiental como princípios básicos para evitar a exclusão social e conseguir corrigir as distorções provocadas pela vulnerabilidade urbana</p>
<p><b>2. Eficiência e transparência administrativa: uma administração para a gestão da estratégia.</b></p>	<p>Manutenção partilhada de sistemas de informação para a gestão integral das cidades. A Agenda UE e o seu impacto no conteúdo das políticas e na gestão das cidades. Reforma e racionalidade do sistema de competências como garantia da sua viabilidade futura.</p>	<p>Economia do conhecimento: inovação e novos compromissos empresariais. Estabelecimento de fórmulas de colaboração e cooperação público-privadas. Uma administração pública reguladora e garante dos sistemas de economia social.</p>	<p>Uma organização pública orientada para resolver os problemas de vulnerabilidade social. Políticas de emprego e inclusão baseadas no princípio de subsidiariedade.</p>
<p><b>3. Financiamento: suficiência, transparência e autonomia financeira.</b></p>	<p>Evolução natural das características próprias da gestão pública. Exigência de prestação de atuações no terreno público. Transparência no âmbito da atividade económica pública. Adequação do sistema de financiamento ao novo sistema de competências.</p>	<p>O registo e a gestão de lobbys. Uma garantia de transparência e de crescimento sustentável. O setor público como motor do desenvolvimento económico. Setor Público com função de regulador e equilibrador dos desajustes do sistema económico.</p>	<p>A transparência na gestão de fundos públicos como garantia de prestação de contas e da adequação de benefícios em política social inclusiva.</p>
<p><b>4. Estruturas de redes e lobby: cooperar e conciliar.</b></p>	<p>Cooperar e conciliar com o objetivo de conseguir sinergias na planificação e na execução de políticas públicas.</p>	<p>Estabelecimento de pautas de colaboração público-privada nas que prime o interesse público.</p>	<p>Implementação de novas fórmulas de responsabilidade social corporativa para uma equitativa e justa distribuição da riqueza.</p>





### 3. CONCLUSÃO: AS CIDADES QUE QUEREMOS. A AGENDA URBANA, UMA OPORTUNIDADE DE SONHAR COM AMBIÇÃO

Tendo completado os seus primeiros 25 anos, o Eixo Atlântico lança pela terceira vez uma reflexão coletiva. Após os dois estudos estratégicos (1995 e 2005), **a reflexão coletiva para a próxima década apresenta-se como uma Agenda Urbana** em linha com o processo de construção da Agenda Urbana Europeia definida pelo Pacto de Amesterdão assinado a 30 de maio de 2016.

Esta agenda urbana pretende definir uma estratégia coletiva de crescimento que melhore a gestão das instituições locais e o seu governo, tanto na relação com outras administrações públicas, como na cidadania, cuja qualidade de vida é o principal objetivo da política local. A ambição com a qual esta é feita quer estar à altura do desafio da crise estrutural que a Euro-região, a Europa e o mundo atravessaram, pelo que a sua importância e transcendência devem ser maiores. Conscientes disto, envolveram-se na sua preparação os peritos mais relevantes, não só dos dois países, mas também da esfera internacional. A agenda é o resultado das suas reflexões partilhadas e validadas por três vias complementares. Em primeiro lugar, através das Câmaras Municipais do Eixo Atlântico passando pelas Assembleias Gerais (2015 e 2016) e pelas sessões monográficas com cargos eleitos e técnicos superiores (Vilagarcía de Arousa, 2015 e Vila Nova de Famalicão, 2016). Em segundo lugar, através da cidadania com a participação no inquérito público lançado a partir da página web do Eixo Atlântico, entre novembro e dezembro de 2016. Por último, a partir da sociedade civil e das administrações públicas através do Congresso ocorrido nos dias 8 e 9 de junho de 2017 em Braga, com a participação de mais de três centenas de pessoas. Esta participação culminará num **plano de ação gerido e desenvolvido a partir das Câmaras e dos Conselhos do Eixo Atlântico**, com a participação activa da sociedade civil, para definir e traçar o caminho pelo qual irão avançar as nossas cidades nos próximos anos.

Se algo está claro nas teorias atuais das zonas urbanas na Europa e está presente nos casos de maior sucesso que todos nós valorizamos, é que a chave para o triunfo de um projeto urbano reside no **verdadeiro protagonista que é a cidadania**, que tudo gire e seja pensado em função dos habitantes da cidade, que se construa um diálogo constante com os cidadãos e as cidadãs; um diálogo participado, corresponsável, que não se limite só a escutar.

O que nem sempre é simples. Na Galiza e no norte de Portugal precisamos de avançar na cultura de participação e consenso entre os cidadãos, e isto significa tempo, tolerância e muito esforço.

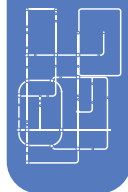
Para conseguir esta visão de cidadania à qual aspiramos, além de uma liderança clara e uma equipa de pessoas comprometidas, é necessário incluir a iniciativa privada, e, sobretudo, incorporar o máximo possível de atores da sociedade civil. Por conseguinte, esta visão deve ser iniciada a partir da inclusão, da sensibilidade social e de um esforço para que ninguém fique fora do processo, que se melhorem as condições de vida de todas as pessoas e, sobretudo, daquelas que não tenham as condições mínimas de vida. O esforço deve começar com os mais desfavorecidos, mas também deve chegar a todas as camadas sociais que possam beneficiar deste aumento de qualidade de vida.

Evidentemente que num coletivo de trinta e oito cidades de dois países distintos, temos realidades muito diversas, mas também problemas comuns que podemos resolver ou, pelo menos, mitigar se trabalharmos em conjunto. Isto é parte do que é proposto nesta agenda urbana: **definir o(s) tipo(s) de cidade(s) que queremos** e, conseqüentemente, até onde devemos ir. Claro que cada cidade irá eleger o seu próprio percurso, mas é bom contar com uma orientação comum; ou seja, um modelo de características partilhadas e uma visão conjunta que cada cidade irá, em seguida, particularizar.

Gerir uma cidade significa priorizar o estabelecimento de relações de qualidade entre os atores urbanos para que se produzam efeitos sinérgicos. Trata-se da capacidade para orientar numa direção de futuro ou através de um projeto específico, a ação coordenada dos diferentes atores urbanos guiados pela liderança do Conselho/Câmara Municipal, personalizadas no seu Alcaide/Presidente. Estas conclusões não são concebidas como um resumo das peças chave de cada eixo, mas sim como desafios para o futuro em cada um deles, interligados com o plano de ação. A gestão estratégica da Agenda Urbana do Eixo Atlântico deve basear-se nos seguintes desafios:

***Cidades mobilizadoras da coesão territorial euro-regional.*** Não há coesão sem desenvolvimento sustentável e o planeamento territorial é uma das chaves para alcançar essa meta. Esse planeamento exige a participação corresponsável dos cidadãos e dos agentes económicos em todas as fases do processo de conceção, elaboração e execução dos projetos de desenvolvimento euro-regional, através de informações adaptadas e de interação com a sociedade civil, permitindo que esses projetos ganhem força e que a sociedade, no seu conjunto, possa apropriar-se das suas ideias. O sistema urbano do Eixo Atlântico tem de continuar a apostar no policentrismo para enfrentar os desafios de:

- **Consolidar a transfronteiralidade** começando por tornar as fronteiras permeáveis através da identificação das soluções de mobilidade e de transporte na área, a concepção oportuna de ofertas que as cubram e sua implementação dinâmica; esta consolidação passa pela criação de massa crítica em diferentes âmbitos que permita impulsionar uma verdadeira zona franca social em benefício dos cidadãos dos dois países.
- **Integrar as áreas urbanas (e semiurbanas) funcionais** como uma metodologia de trabalho entre municípios e cidades sem que isso implique a criação de novas estruturas administrativas. Estas áreas podem ser de natureza geográfica (bacias hidrográficas) ou temática (com descontinuidade geográfica incluída). Estas áreas devem ser flexíveis e dinâmicas em função dos problemas comuns a abordar e das alternativas de resolução mais eficientes e eficazes.
- **Aproveitar o potencial da orla costeira** com uma cooperação colaborativa (em rede) entre os nove grandes portos comerciais da Euro-região que permita a especialização inteligente de cada um deles e a criação de um sistema portuário capaz de melhor posicionar o território através de entidades de coordenação conjuntas. Faltam, no entanto, plataformas logísticas euro-regionais ligadas à atividade portuária pensadas para os respetivos mercados internos e para os europeus.



- **Desenvolver a intermodalidade euro-regional** dos sistemas de transporte, principalmente com os sistemas portuários e aeroportuários, no âmbito do transporte urbano e interurbano de passageiros. A intermodalidade obriga a contar com gestão euro-regional *on-line* da oferta e da procura.
- **Assegurar a conectividade externa**, tanto das pessoas como das mercadorias através de todos os sistemas de transporte possíveis, com especial ênfase nas grandes redes ferroviárias europeias e nas autoestradas marítimas. Seguindo sempre uma estratégia (com foco) euro-regional nas propostas e acordos.
- **Planificar cidades mais compactas no futuro** como um meio para evitar a dispersão não sustentável do tecido urbano. Não obstante, não convém maximizar a densificação, mas encontrar um equilíbrio que otimize o fornecimento de serviços dos ecossistemas. Desta forma, será possível melhorar as condições de mobilidade e localização de equipamentos e de infraestruturas a um custo suportável para a comunidade, acrescentando qualidade de vida para os cidadãos com mais espaços verdes e uma revitalização urbana integrada. Em suma, cidades mais humanas dentro de um modelo territorial policêntrico.
- **Travar o avanço da cidade difusa** que invade as áreas rurais que devemos preservar e que prejudica gravemente as economias rurais orientadas para actividades de proximidade urbana que geram empregos sustentáveis e de coesão entre os espaços rurais e urbanos, interiores e costeiros.

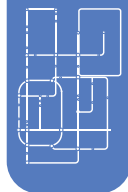
*Cidades facilitadoras da competitividade e da inovação.* Pensar no que temos no nosso passado para procurar projetos partilhados. Não procurar nichos para o futuro a partir do nada, mas sim invocar as capacidades existentes no território. Essa deve ser a abordagem para a competitividade e a inovação. Numa estratégia de cidade no Eixo Atlântico devem estar presentes as ferramentas para lutar ou para dar possibilidades para que a cidadania lute contra o nosso principal problema: **a falta de empregos sustentáveis e de qualidade e as consequências sociais que daí derivam.** Dois objetivos transversais devem ser destacados para que as cidades continuem a ser o motor da Euro-região e para que liderem os territórios circundantes. Por um lado, importa fazer uma aposta no conceito plural das “cidades inteligentes” (“smart cities”), não como um objetivo ou uma medida concreta, mas sim como uma opção útil em muitas das áreas de ação de uma agenda urbana para a saída da crise. Por outro lado, a criação de emprego a partir de todas as oportunidades que o território oferece e as suas potencialidades em todos os domínios de atividade desta agenda urbana e, em especial, das indústrias culturais. Precisam-se projetos criativos e capacidade para transferir essa visão para a cidadania, conseguindo o envolvimento ativo dos sectores privados e da sociedade para enfrentar os seguintes desafios:

- **Conciliar o dilema colaboração-concorrência** que surge nos meios de comunicação, na opinião pública e nas agendas políticas através da metodologia da especialização inteligente e dos desafios comuns. A visão da Agenda Urbana alcança um horizonte mais distante com um foco holístico transversal que reforça a soma de esforços para superar os temas sensíveis e ir avançando com o restante acima dos interesses locais.

- **Consolidar a realidade da cooperação social e privada** que é mais intensa do que a que é desenvolvida na esfera administrativa e política. A ligação entre as empresas e a cidadania dos dois lados é constante. A capilaridade está alcançada. A relação histórica dos negócios é sólida. É um sinal de vitalidade quando a sociedade civil tem um efeito mobilizador sobre as administrações públicas.
- **Atrair talento** valorizando as nossas forças competitivas neste segmento da população: qualidade de vida, gastronomia, clima, paisagem, herança histórica e cultural, autenticidade, feito cá, colaboração interuniversitária, conectividade, infraestruturas especializadas de I&D.
- **Apostar na economia azul**, baseada no conhecimento e num ordenamento espacial marítimo da rede. Os benefícios e as potencialidades deste espaço são enormes, desde a energia oceânica, à aquicultura ou ao turismo costeiro, passando pela mobilidade (desenvolvimento dos portos) e pela investigação científica e tecnológica.
- **Impulsionar o turismo sustentável** como alavanca de desenvolvimento capaz de gerar empregos de qualidade, preservar o património e os recursos naturais, interiorizar sentimentos de pertença e de orgulho próprios e propagar uma diplomacia cultural e urbana atrativa que abra mercados às nossas empresas.
- **Criar marcas urbanas (branding)** a partir da especialização inteligente e do aproveitamento dos pontos fortes de cada cidade e da Euro-região no seu conjunto. Primeiro, autoidentificar-se com ela própria, depois expandir-se no mundo global com uma imagem de marca potente, positiva e vencedora.
- **Formar uma burocracia criativa** que seja capaz transferir para a realidade diária dos funcionários locais, a visão política da Agenda e a liderança dos cargos eleitos, facilitando o nascimento de indústrias criativas em todas as áreas, o seu desenvolvimento, consolidação e expansão.

***Cidades resistentes a alterações ambientais globais.*** A atual estrutura da agenda e os seus conteúdos permitem o seu alinhamento, com relativa facilidade, com os objetivos de desenvolvimento sustentável recentemente acordados pelas Nações Unidas, o que permitirá não só projetar esta agenda singular à escala europeia, mas também inseri-la nas grandes iniciativas de definição estratégica de objetivos à escala global. Hoje é impossível falar de uma visão de cidade, de uma estratégia clara que não assente os seus alicerces numa **visão ambiental global, ecológica** e de respeito e melhoria do meio ambiente. Em muitas cidades há importantes avanços com trabalho sectorial em temas específicos: mobilidade sustentável, eficiência energética, redução de CO<sub>2</sub>, políticas de “metabolismo urbano” como o ar, água, resíduos, etc., mas poucas trabalham globalmente com uma visão holística, transversal e integradora. O nosso objetivo com esta agenda é orientar as nossas cidades para um projeto que tenha os aspetos ambientais como um eixo central e uma visão global capaz de enfrentar os seguintes desafios:

- **Incorporar o conceito de serviços ecossistémicos** no planeamento urbano conscientes do seu valor económico. Estudos recentes baseados na economia ecológica, indicam que quando os custos da reabilitação de ecossistemas degradados são comparados com os benefícios derivados dos novos serviços que estes sistemas oferecem: depuração natural de água, redução da contaminação atmosférica, fornecimento de alimentos, etc., os tempos de retorno do investimento envolvido nessa reabilitação não excedem os 3 anos.



- **Conceber os sistemas naturais como sendo promotores de saúde**, a naturalização das nossas cidades não é uma formulação exclusivamente estética, mas sim um motor de criatividade e de produtividade. Demonstra-se a existência de taxas mais altas de mortalidade associadas a distâncias maiores entre as residências das pessoas e as áreas verdes. Além disso, tem sido demonstrado que a convivência com os espaços naturais melhora a capacidade mental dos cidadãos, o que implica uma melhoria na criatividade e, em última instância, da produtividade.
- **Gerar uma nova relação com os sistemas naturais** por parte das cidades que não só têm de tratar de evitar os impactos sobre os sistemas naturais, mas que devem também adotar um novo papel como gestores responsáveis desses espaços.
- **Estabelecer uma nova relação entre o sistema urbano e o sistema rural periurbano.** É importante fechar os ciclos da matéria usando os resíduos dos sistemas urbanos: por exemplo, resíduos de nitrogénio e de fósforo nas cidades, utilizados nos sistemas agrícolas nas proximidades.
- **Criar resiliência urbana** superando a dicotomia entre sustentabilidade e resiliência, é um dos desafios que enfrentam as cidades ecológicas do futuro. Os sistemas mais eficientes tendem a ser mais simples, mas, em contrapartida, ao perder complexidade reduzem a sua resiliência. A conceção dos sistemas urbanos deve abordar este compromisso de forma a que a sua conceção aumente em eficiência, ao mesmo tempo que mantem os níveis de complexidade que garantam níveis de resiliência aceitáveis.

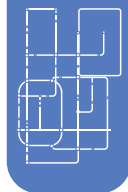
**Cidades amigáveis que transmitam segurança, integração e tolerância.** É nas cidades onde se concentra toda a **complexidade social** (integração, envelhecimento, desemprego, ...). Por este motivo, no futuro, será necessário investir em projetos sociais nas cidades, **com especial atenção para as políticas públicas**, a pedra de toque e angular na ação dos governos locais como um motor de geração de emprego e de igualdade. Conseguir um nível elevado de desenvolvimento e de qualidade destas políticas públicas será a garantia do êxito das nossas cidades. Os **serviços sociais, a saúde, educação e a cultura** devem estar presentes nas ocupações e na atenção dos nossos alcaides/presidentes e governos locais; é verdade que em algumas dessas áreas a legislação de cada país outorga mais competências a outras administrações, mas também é verdade que os municípios têm um papel importante no planeamento e na gestão de políticas públicas nestes domínios; estes também têm a possibilidade de contribuir e, acima de tudo, a obrigação de ter e de estabelecer políticas que os orientem e os guiem. As cidades podem, portanto, **ser especialmente inovadoras no domínio social**, na relação com os seus cidadãos e na **capacidade operacional dos seus governos**, mobilizando não só os seus próprios recursos, mas também os de outras administrações públicas e do setor privado na prossecução dos seus objetivos coletivos e preparando-se para enfrentar os seguintes desafios:

- **Resolver o défice demográfico** que nos ameaça a longo prazo com políticas públicas interdepartamentais facilitadoras de um saldo populacional positivo através do crescimento económico, apoio total para as famílias e a conciliação com a atividade laboral através do aumento de serviços; a médio prazo com políticas

de atração migratória baseada na geração de emprego, qualidade de vida e segurança que evitem qualquer diferença de tratamento entre a população local e a população imigrante e controlem o efeito de convocação de coletivos de difícil integração.

- **Promover as zonas interiores de baixa densidade demográfica**, como medida necessária de coesão social e territorial, garantindo a sua mobilidade e acessibilidade aos serviços e aos benefícios das novas tecnologias em todos os âmbitos.
- **Alimentar o diálogo intersectorial e intergeracional** através da transmissão de valores e através da escola e da cidade educacional em que toda a população contribui com os seus conhecimentos. Cada pessoa, na sua individualidade, tem que se sentir útil e necessária para o bem comum.
- **Evitar a invisibilidade dos grupos mais vulneráveis** que se sentem excluídos da cidadania, com medidas preventivas que evitem que estes grupo deixem de figurar nas agendas das políticas sociais públicas e até mesmo daquelas que emanam da sociedade civil.
- **Colmatar o fosso digital** que está a excluir as pessoas e que pode aumentar no futuro, com a expansão dos serviços digitais aos cidadãos. O aumento da exclusão digital, que pode gerar a eliminação do dinheiro em moedas ou notas e a obrigatoriedade de pagar através das TIC, cria bastante insegurança. Os idosos são o grupo mais vulnerável a esta tendência imparável e aquele que mais necessita de apoio.
- **Recuperar espaços e quadros de convivência urbana** que combatam o isolamento e a tendência para a solidão não só dos idosos, mas também, cada vez mais, dos jovens e solteiros. Os *chats* digitais não podem substituir os copos, as conversas e a sociabilidade da linguagem corporal. Os cafés e as praças sempre foram os viveiros da civilização na história da Europa. Quanto mais globalizada for a sociedade maior é a necessidade de nos ancorarmos ao local. O planeamento urbano tem que facilitar isso concentrando-se mais nas necessidades das pessoas e menos sobre o benefício económico.
- **Construir novos fóruns e ágoras públicas** no ambiente digital para que a informação validada possa fluir, para reflexão sobre o modelo de cidade que queremos, sobre as alternativas e ideias, para que se consolide a sensação de ser um participante no presente e no futuro da cidade que se constrói todos os dias.
- **Criar sentimento e sentido de pertença ao Eixo Atlântico** nos cidadãos, nos técnicos municipais, nos parceiros sociais, como a melhor maneira de garantir o espaço euro-regional, cooperação e desenvolvimento transfronteiriço. Os símbolos são elementos centrais da identidade coletiva.

***Cidades eficientes e eficazes na gestão pública.*** A sociedade atual é muito diferente daquela que assistiu ao nascimento dos municípios que temos hoje. A amplitude e a profundidade da crise que nos sacudiu e os novos desafios do futuro obrigam-nos a repensar a própria organização interna, a sua estrutura operacional, os recursos e os financiamentos necessários e a forma de os obter, bem como os novos papéis que os diferentes atores, e em especial os cidadãos, devem assumir para poderem enfrentar os seguintes desafios:



- **Desencadear uma verdadeira transformação cultural** no seio das organizações e das suas práticas de gestão e governo. Esta transformação cultural pressupõe uma liderança política e administrativa esclarecida e inspiradora e, simultaneamente, uma qualificação e um desenvolvimento contínuo do capital humano assim como um trabalho persistente de motivação dos funcionários e técnicos municipais.
- **Construir uma burocracia criativa:** a administração municipal é, cada vez mais, refém de uma gestão excessivamente legalista / formalista que inibe a flexibilidade e a criatividade para encontrar soluções adequadas à resolução dos complexos problemas que os municípios enfrentam. É importante reverter esta perspetiva, criando um ambiente favorável à construção de soluções engenhosas e inteligentes pelos dirigentes e técnicos das diferentes áreas de intervenção dos municípios e estimular os juristas para adequar essas soluções aos respetivos quadros legais em vigor.
- **Alcançar uma gestão estratégica por objetivos** que se baseie nos impactos positivos e se foque em resultados. No caso da Agenda Urbana, esta perspetiva implica a incorporação dos seus objetivos, medidas e projetos nos planos e orçamentos municipais, mas também, e mais importante, num fornecimento adequado de recursos financeiros e humanos e na avaliação dos impactos e retorno social e económico para cada município.
- **Fortalecer os sistemas e dispositivos de governação democrática** é essencial para garantir uma maior eficiência no governo local e, ao mesmo tempo, a corresponsabilização dos cidadãos e dos atores da sociedade civil na governação local, assim como a relegitimação política dos governos e representantes eleitos locais. A este respeito, os municípios devem se esforçar para aumentar a transparência na gestão municipal, assegurar a prestação de contas e promover a participação pública.
- **Aumentar a informação e o conhecimento** sobre o nosso sistema urbano, com deficiências óbvias, tanto do ponto de vista económico como social e ambiental, o que é essencial para o planeamento. O que não pode ser medido não pode ser gerido. Assim, é proposta a criação de um projeto conjunto para criação de uma base de dados territorial que permita apoiar a tomada de decisão.
- **Ser criativo no financiamento das ações municipais** concebidas para a agenda. Algumas soluções não são caras, nem exigem mudanças ousadas na regulamentação, inclusive municipal, ou são de baixo custo económico direto. Além disso, há uma necessidade de abrir o debate sobre a criação de novas formas de financiamento com base em investimento responsável: por exemplo, títulos verdes.
- **Continuar a aprofundar a nossa natureza transfronteiriça**, reforçando uma das tendências atuais das cidades que é a **internacionalização**. A definição do papel, das relações, dos parceiros prioritários e o reforço como pólo regional devem ser abordados através da cooperação e de uma perspetiva macrorregional.

A validação técnica desta Agenda Urbana no Congresso de Braga não significa o fim do processo. Trata-se apenas do final de uma etapa. Agora inicia-se a fase de elaboração do Plano de Ação que deve passar do papel para a realidade os pressupostos e os objetivos aqui indicados para concretizar a cidade sonhada. É, pois, um momento para que todos sejamos generosos, para que trabalhemos em conjunto e com ambição, se o fizermos poderemos sonhar com cidades melhores, com um sistema urbano do Eixo Atlântico melhor. Está nas nossas mãos.





EIXO ATLÂNTICO  
DO NOROESTE PENINSULAR





**Interreg**  
Espanha - Portugal

Programa Europeu de Desenvolvimento Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

